

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DITADURA MILITAR E PROPAGANDA  
POLÍTICA: *A REVISTA MANCHETE DURANTE O  
GOVERNO MÉDICI***

Ricardo Constante Martins  
Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Ciências  
Sociais do Centro de Educação e Ciências  
Humanas da Universidade Federal de São  
Carlos, como parte dos requisitos para a  
obtenção do título de Mestre em Ciências  
Sociais, área de concentração: Sociologia  
Política.

Orientador: Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

São Carlos- SP  
1999

*Dedico essa dissertação àqueles que tiveram sua voz calada diante das atrocidades cometidas pela ditadura militar brasileira nos anos de 1969-74.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a meus pais e irmãos, pela vida e ao apoio sempre presente.

À professora doutora Maria Isabel Leme Faleiros, pela ajuda nos momentos de dificuldade durante o meu curso de graduação, incentivo e contribuição à minha formação acadêmica.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos que contribuiu para a realização desta dissertação.

Ao meu orientador, professor doutor João Roberto Martins Filho, pela confiança demonstrada desde o início da pesquisa, dedicação e sugestões fundamentais, sem as quais este trabalho não se realizaria.

Especialmente à minha esposa, pela paciência e apoio nos momentos cruciais das etapas de elaboração da tese.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>Capítulo I: DITADURA E PROPAGANDA</b> .....	07
Ditadura militar e a questão da hegemonia em Gramsci.....	11
A imprensa.....	15
A Indústria Cultural.....	20
Os meios de comunicação.....	23
A questão dos Aparelhos Ideológicos de Estado.....	33
<b>Capítulo II: A DITADURA MILITAR E A AERP</b> .....	42
A ditadura militar no Brasil.....	43
O pós-golpe .....	59
O governo Médici e a Estrutura Repressiva.....	66
As características políticas e a imagem do governo.....	71
Aerp: a propaganda oficial do regime.....	76
Os meios de comunicação privados .....	90
<b>Capítulo III: REVISTA <i>MANCHETE</i>: UM APARELHO IDEOLÓGICO DA DITADURA MILITAR</b> .....	96
A revista <i>Manchete</i> no período populista.....	98
O suicídio de Vargas.....	100

O governo Kubitschek.....	102
As raízes do apoio ao militarismo.....	105
O término do “ciclo democrático”.....	111
O Golpe.....	114
A revista <i>Manchete</i> e o governo Médici.....	119
<i>Manchete</i> : exaltação, agradecimento e complacência ao regime político.....	122
Ditadura militar e crescimento econômico: a concretização do otimismo.....	148
<b>Capítulo IV: UM CONTRAPONTO NECESSÁRIO.....</b>	<b>165</b>
Revista <i>Visão</i> .....	167
Revista <i>Veja</i> .....	175
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>188</b>

## INTRODUÇÃO

O uso dos meios de comunicação nos processos de dominação de classe vem consistindo, nas sociedades modernas, num fator de considerável importância, principalmente devido ao desenvolvimento técnico desses meios e a conseqüente ampliação de seu alcance junto à sociedade. A literatura a respeito demonstra que o poder da propaganda promovida por eles é reconhecidamente importante e eficiente.<sup>1</sup> De modo geral, os meios de comunicação “assumiram a tarefa de ajustar os públicos da massa ao *status quo* social e político.”<sup>2</sup>

No que se refere especialmente aos governos ditatoriais, a utilização da propaganda política enquanto artifício de manipulação das massas fez parte do cotidiano de vários Estados autoritários que pretenderam, de modo geral, impor socialmente projetos políticos que atendiam aos interesses de grupos econômicos específicos disfarçados de projetos “nacionais”, e que requeriam união entre as classes sociais enquanto pressuposto de sua realização.

Na Alemanha nazista, por exemplo, apesar da enorme força repressiva empregada junto àqueles que se opunham à ditadura hitleriana, o uso da propaganda na construção da imagem e da consolidação do III Reich, em especial para consumo

---

<sup>1</sup> LAZARSFELD, Paul F., MERTON, Robert K. *Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada*. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1997. p. 231.

<sup>2</sup> *Ibidem*. p.232.

interno, foi de considerável importância.<sup>3</sup> Joseph Goebbels, titular do Ministério da Educação do Povo e da Propaganda nazista, foi responsável pela propaganda maciça junto às massas populares alemãs, e adotava o princípio propagandístico de que *Uma mentira dita cem vezes torna-se verdade*. Acreditava ele que, independente da veracidade da notícia, a repetição de uma mensagem faria com que esta penetrasse na consciência de todos, tornando-se socialmente aceita como verdade. Certo ou não, o fato é que Goebbels parece ter revelado em termos práticos as possibilidades da manipulação ideológica através dos meios de comunicação por parte dos grupos que detêm o poder de Estado, principalmente nas situações de ditadura, quando o controle sobre os meios de comunicação em geral é mais acentuado. Deve-se lembrar que a propaganda produzida pelos estados nazi-fascistas é a grande referência na construção do modelo clássico de análise de propaganda em regimes totalitários<sup>4</sup>, tamanha sua importância e eficiência.

No Brasil, a ditadura de Getúlio Vargas cria em 1942 o seu Departamento de Imprensa (DIP), e busca promover o governo ditatorial do Estado Novo através da propaganda política que, caracteristicamente personalista, tenta criar uma imagem positiva de Vargas e da ditadura em questão. O presidente “permitia à sua agência de propaganda (DIP)(...) cantar os seus louvores, em publicações como *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã*”. Esse instrumento, “emprestado do fascismo europeu”, visava absorver “a energia de alguns intelectuais que de outro modo,

---

<sup>3</sup> COTRIN, Gilberto. *História e consciência do mundo*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1996. p.368.

<sup>4</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.18.

ficariam inquietos, preenchendo além do mais a lacuna deixada pela supressão da política democrática.”<sup>5</sup>

A ditadura militar instaurada após o golpe de 1964 não se diferenciou dos exemplos acima citados no que se refere ao uso da propaganda política enquanto artifício de manipulação de classes, principalmente se tomarmos como referência o governo Médici. Nesse período, o regime militar criou “um dos maiores sistemas de propaganda política de um governo autoritário da época contemporânea”<sup>6</sup>. Esse sistema envolveu, além da propaganda oficial do regime promovida pela Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas), setores dos meios de comunicação brasileiros “privados”, cujo desenvolvimento em boa parte ocorre durante o regime ditatorial.

O objetivo deste trabalho é tentar compreender a atuação de um órgão específico da imprensa brasileira, a revista *Manchete*, durante o governo Médici, enquanto um periódico que integrou um sistema de dominação de classe que, juntamente com o sistema repressivo do Estado militar, contribuiu para que algumas classes no Brasil impusessem seus interesses junto aos setores e às classes que sofreram a dominação.

Na primeira parte deste trabalho, procuramos expor os referenciais teóricos que auxiliaram nossa interpretação sobre a atuação dessa revista durante o período em questão. A hipótese central que orientou a análise sobre *Manchete* foi a de que,

---

<sup>5</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.61.

<sup>6</sup> FICO, Carlos. Op.cit., p.117.

além desse meio de comunicação pertencer à esfera da chamada Indústria Cultural e, por isso mesmo, “ser portadora da ideologia dominante”<sup>7</sup>, conforme referencial teórico pensado principalmente pela Escola de Frankfurt, *Manchete* possui uma particularidade em termos de atuação que permite situá-la teoricamente como um típico Aparelho Ideológico de Estado, segundo o conceito de Louis Althusser e Nicos Poulantzas. *Manchete* é analisada enquanto um AIE da Informação que, para Althusser, age “embutindo, através da imprensa ... em todos os ‘cidadãos’, doses cotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc”<sup>8</sup>. A pesquisa revelou essa possibilidade ao constatar que tal periódico *incorporou integralmente* a ideologia do Estado militar, disseminando exatamente a leitura que os militares faziam da situação nacional naquele momento. A revista compartilhou a mística elaborada pelo regime do “país do futuro”, além de estabelecer uma relação de causa e efeito entre o autoritarismo político e o “milagre econômico”.

O conceito de hegemonia em Gramsci serviu de referência para tentar compreender o que significou o governo Médici enquanto um momento político específico do regime ditatorial. Conforme alguns analistas do período, esse governo simbolizou um momento de reestruturação do bloco de poder comandado pelos militares.<sup>9</sup> Nesse sentido, pensamos que o trabalho feito por esse governo objetivando manter a coesão das forças que o apoiavam e aumentar sua base de

---

<sup>7</sup> ADORNO, T. Coleção Os Pensadores. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1989. p.16.

<sup>8</sup> ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. 3.ed. Lisboa: Editorial Presença, /s.d./ p.43.

<sup>9</sup> CRUZ, Sebastião C. Velasco e, MARTINS, Carlos Estevam. *De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”*. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (org): *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.40.

apoio, operava, fundamentalmente, no campo da repressão política e da propaganda ideológica.

O segundo capítulo trata das origens do Estado militar e suas características gerais, especialmente as especificidades político-econômicas que caracterizaram o governo Médici. Além disso, analisamos a atuação da agência oficial de propaganda do regime, a Aerp, em especial o tipo de conteúdo elaborado por essa assessoria. Apontamos também a possibilidade de haver uma espécie de divisão de tarefas entre a Aerp e órgãos como *Manchete*.

No terceiro capítulo fizemos a análise específica da *Manchete*. A revista tem aqui sua atuação investigada de modo geral desde sua origem, em 1952, até o início da ditadura militar e, de forma específica e pormenorizada, durante os anos do governo Médici.

O último capítulo busca retratar, para efeito de comparação com *Manchete*, a postura de dois periódicos da imprensa brasileira no mesmo período: as revistas *Visão* e *Veja*. Tal comparação possibilitou compreender com maior clareza a hipótese central do trabalho que explica a atuação de *Manchete* enquanto um Aparelho Ideológico de Estado durante o governo Médici. *Visão* e *Veja* são, como veremos, contrapontos necessários à compreensão do que realmente se constituiu *Manchete* neste período da história brasileira.

Concluimos lembrando um dos legados maiores da teoria marxista que identifica nos processos de dominação de classe basicamente dois artifícios

absolutamente necessários e complementares na dinâmica dessa dominação: a *força* e a *ideologia*.

## Capítulo I: DITADURA E PROPAGANDA

*"O único entusiasmo justificável é aquele que acompanha a vontade inteligente, a operosidade inteligente, a riqueza inventiva em iniciativas concretas que modificam a realidade existente".*

Gramsci

A ditadura militar ocorrida no Brasil, especificamente no governo do General Emílio Garrastazu Médici, promoveu insistentemente a idéia de que o crescimento econômico vivido pelo país, entre os anos de 1969-73, decorria necessariamente do processo "revolucionário" iniciado em março/abril de 1964.

O governo brasileiro revelou, nesta época, uma forte preocupação em conquistar um certo consenso em torno do seu projeto de desenvolvimento econômico que trazia consigo, como já é sabido, uma grande desigualdade com relação à distribuição de renda. O "milagre econômico", como convencionou-se chamar, atingiu somente os setores economicamente privilegiados, deixando à margem desse 'desenvolvimento' a grande maioria da população brasileira. Por isso, fez-se necessário para o governo criar canais de comunicação estruturalmente voltados para transmitir a idéia de que a política econômica imposta ao país pela ditadura correspondia e atendia aos interesses "nacionais", e não de grupos economicamente privilegiados, como denunciavam as "oposições". Nessa conjuntura, setores militares sentiram necessidade de "motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento."<sup>10</sup> Além disso, mesmo junto aos setores sociais que se beneficiavam com o crescimento econômico, como a classe média ascendente cuja formação técnica atendia às necessidades do Estado caracteristicamente tecnocrático do período<sup>11</sup>, o governo necessitou justificar o autoritarismo político como condição necessária à continuidade do "milagre

---

<sup>10</sup> COSTA, Octávio. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1970, Primeiro Caderno, p.3, 24 de Abril.

<sup>11</sup> Ver CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político Brasileiro e outros ensaios*. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1973. p.78.

brasileiro”. Esse “milagre”, ao promover o consumo de bens duráveis, incentivando-o através do crédito, fazia da classe média seu principal setor social de legitimação.

Na tentativa de aglutinar em torno de si o apoio do maior número possível de setores da sociedade brasileira o governo Médici fez uso, além da repressão policial e política, de uma forte propaganda ideológica elaborada e disseminada por sua Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) e, principalmente, pelos meios de comunicação não estatais (televisão, rádio, jornais, revistas etc.).

Pensamos que a importância dada pelo governo à imprensa privada decorre principalmente da preocupação da cúpula castrense em não usar a AERP enquanto um instrumento de propaganda explícita do regime. Isto pode ser compreendido através da análise da seguinte questão exposta por Carlos Fico<sup>12</sup>: a necessidade da criação de um órgão de propaganda pelo governo militar não era consenso entre a oficialidade. Aparentemente, a maior parte dos membros do governo à época das propostas de formação de uma agência de propaganda, esboçadas já durante o governo Castelo Branco e condenadas veementemente por este, temiam estar criando uma instituição que se assemelhava ao DIP de Getúlio Vargas.<sup>13</sup> Segundo Fico, o DIP muniu ideologicamente a ditadura de Vargas, tido pelos militares brasileiros como principal representante do populismo no Brasil. Talvez por isto, um dos cuidados que os formuladores da Aerp tiveram foi o de descaracterizar, nas

---

<sup>12</sup> Ver Carlos Fico. Op.cit., p.89-90.

<sup>13</sup> O DIP (Departamento de Imprensa) foi criado por Getúlio Vargas em 27-12-1939, durante o Estado Novo, tendo como objetivo oficial dirigir os serviços de imprensa e propaganda nacional.

práticas propagandistas desta agência, qualquer tipo de personalismo com relação aos membros do governo e principalmente ao presidente da República. Essa parece ter sido a forma encontrada pelos militares para justificar a criação de um órgão de propaganda típico dos regimes nazi-fascistas e copiado por Vargas, símbolo de tudo aquilo que o regime brasileiro tentava negar. No entanto, pelos motivos expostos acima, a Aerp não resolvia a necessidade constatada pelo governo Médici de disseminar um tipo de propaganda ideológica que fizesse, naquele momento, uma associação necessária entre ditadura militar e crescimento econômico; relação que fatalmente colaboraria na criação de uma imagem "positiva" do regime, que passou então a ser produzida pela iniciativa privada. Neste sentido, justifica-se o interesse deste trabalho em abordar essencialmente a propaganda política não "oficial" e, por isso mesmo, extremamente importante, posto que mais explícita em seu apoio político-ideológico ao governo Médici. A imprensa privada poderia, portanto, proporcionar ao regime uma propaganda "favorável", sem que o governo tivesse que responder publicamente por ela, neutralizando assim as possíveis comparações com o DIP, tão temidas pela cúpula castrense.

O conceito de ideologia deve ser entendido aqui como um sistema de idéias, uma construção imaginária, que domina o espírito de um grupo social. Essas idéias derivam da realidade concreta dos indivíduos, como analisa Marx em sua obra A

*Ideologia Alemã*. Segundo ele, "deve se explicar as formações ideológicas a partir da praxis material".<sup>14</sup>

Marx considera que a ideologia de uma sociedade reflete os valores e as idéias da classe dominante:

"As idéias da classe dominante são, em cada época as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante, as idéias nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação".<sup>15</sup>

### ***Ditadura militar e a questão da hegemonia em Gramsci***

O esforço feito pelo governo objetivando manter a coesão das forças que o apoiavam e aumentar sua base de apoio no período acima citado, operava, fundamentalmente, no campo da repressão política e da propaganda ideológica. O regime parecia estar tentando construir, através desses instrumentos, o que Gramsci chamou de "hegemonia". Ao analisar o conceito de hegemonia em Gramsci, Luciano Gruppi comenta que:

"A hegemonia é ... [a] capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas

---

<sup>14</sup> MARX, ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986. p.56.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.72.

contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que - através de sua ação política, ideológica, cultural- consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder"<sup>16</sup>

Deve-se, no entanto, fazer algumas considerações com relação ao conceito de hegemonia em Gramsci no que se refere à questão das ditaduras.

Segundo esse autor, nas situações de ditadura há um predomínio, no nível da superestrutura, da sociedade política sobre a sociedade civil.<sup>17</sup> Nesse sentido, o grupo que detém o poder de Estado faz uso somente da coerção para exercer seu domínio sobre os demais setores sociais: “Gramsci utiliza o termo ditadura ou dominação para definir a situação de um grupo social não hegemônico, que domina a sociedade exclusivamente através da coerção, graças à detenção do aparelho de Estado”.<sup>18</sup> Esse conceito de ditadura, no entanto, parece não corresponder exatamente àquilo que foi a ditadura brasileira no período Médici. Como procuraremos mostrar, esse governo fez uso não só de práticas coercitivas para exercer poder, mas também de um forte aparato propagandístico que procurou, através da associação entre propaganda oficial e “não oficial”, transmitir junto à sociedade uma imagem ideologicamente favorável ao regime. O governo Médici

---

<sup>16</sup> GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Graal, 1978.

<sup>17</sup> PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.69.

<sup>18</sup> *Ibidem*. p.68.

criou, como veremos adiante, um dos maiores sistemas de propaganda política de um governo ditatorial contemporâneo<sup>19</sup>. Qual seria, portanto, o objetivo de uma ditadura ao criar um sistema de propaganda política da dimensão que criou o governo em questão?

No mínimo, o que se pode considerar é que Médici não fez uso somente da coerção para por em prática os objetivos político-econômicos de seu mandato: a propaganda ideológica foi peça fundamental para a ditadura militar naquele momento buscar um consenso em torno de seu projeto de "desenvolvimento". É importante lembrar que a principal base de apoio da ditadura nesse período foram, além da burguesia internacionalizada, as classes médias ascendentes, cuja formação atendia naquele momento do capitalismo brasileiro às necessidades do Estado tecnocrático e alguns poucos setores populares que, em virtude do crescimento econômico, acabavam se beneficiando das esporádicas políticas redistributivas.<sup>20</sup> É justamente a essa base de apoio, principalmente às classes médias e restritos setores populares, que o regime se preocupava em fazer chegar, através dos meios de comunicação, sua leitura sobre um país que crescia vertiginosamente na área da economia graças ao autoritarismo político. Tendo como parâmetro geral de atuação o lema “segurança e desenvolvimento”, o governo precisava, segundo sua justificativa, “motivar a vontade coletiva”<sup>21</sup>, imprescindível no processo de construção do “Brasil grande”. Como dissemos anteriormente, os militares que

---

<sup>19</sup> Fico, Carlos. Op.cit., p.117.

<sup>20</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*, Op. cit., p.78.

<sup>21</sup> FICO, Carlos. Op. cit., p.94.

ocupavam o poder se utilizaram da propaganda política para fazer chegar ao país enquanto necessidade “nacional”, coletiva, a implementação e manutenção de um modelo de desenvolvimento que excluía, em termos de benefício material e não somente retórico, a maior parte do povo brasileiro.

Tendo em vista as especificidades que cercaram o governo Médici no que se refere basicamente ao seu esforço em associar repressão e propaganda política, defendemos ser possível aplicar aqui o conceito de hegemonia pensado por Gramsci. Considerando-se que Médici governou não somente através da coerção imposta pela “sociedade política”, mas também através de artifícios ideológicos característicos da “sociedade civil”, acreditamos poder compreender inicialmente tal governo a partir desse referencial teórico. Lembrando que a “primazia” da sociedade política numa situação de ditadura não significa, principalmente se tomarmos como referência o governo Médici, inexistência ou desprezo pela “sociedade civil” nos processos de dominação de classe. Mesmo tendo em vista o modelo clássico de ditadura onde, segundo Gramsci, o grupo dominante governa “exclusivamente” através da coerção, “como a sociedade civil e a sociedade política no seio da superestrutura, hegemonia e ditadura não são totalmente separadas.”<sup>22</sup> Além disso, ainda segundo análise do autor em questão, “não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação.”<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> PORTELLI, Hugues. Op.cit., p.69.

<sup>23</sup> Ibidem.p.32.

O conceito de hegemonia em Gramsci pressupõe transformações não somente no âmbito estatal (político), mas também no campo da cultura, da moral, da concepção de mundo. Para Gramsci "a luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica".<sup>24</sup>

### ***A imprensa***

Em sua maioria, os meios de comunicação compartilhavam com o regime, na fase áurea do milagre econômico brasileiro, sua proposta político-econômica excludente. O governo exercia um forte controle sobre esses meios de comunicação que tendiam, obviamente, a apoiá-lo. Através de uma política de concessão de licenças ou registros para a atuação de emissoras de televisão, jornais, revistas etc., o governo criava uma espécie de vínculo político que, de certa forma, convertia o apoio inicial dado pelo Estado aos donos das empresas de comunicação em dividendos políticos, criando assim uma poderosa infra-estrutura no nível da propaganda ideológica<sup>25</sup>. Para exercer o monopólio sobre o controle e a

---

<sup>24</sup> Ibidem p.

<sup>25</sup> Um exemplo gritante desse controle exercido pelo Estado sobre os meios de comunicação foi o "incentivo" dado pelo regime ao processo de formação e estruturação da Rede Globo de Televisão que, posteriormente, passou a ser um dos canais de comunicação no Brasil que mais apoiaram o projeto elaborado pelos golpistas de 1964. Em seu livro *Brasil: de Castelo a Tancredo*, Thomas Skidmore, comenta que o processo de concessão da Rede Globo foi caracterizado pela ilegalidade. Além de aparentemente ilegal, ele simbolizou, segundo Nelson Werneck Sodré, a coroação de um projeto iniciado em 1965, de compra, por parte de grupos estrangeiros, de jornais, revistas, estações de televisão etc. junto ao mercado brasileiro. Para o autor, "Tratava-se, ..., de grave ameaça à cultura brasileira, numa fase em que vinha ela atravessando séria crise, por força das condições esterilizadoras criadas pela ditadura." Ver Sodré, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, p.506.

manipulação da cultura no Brasil, o Estado autoritário implanta a infra-estrutura tecnológica para o desenvolvimento do sistema de telecomunicações, promovendo as "facilidades" que seriam posteriormente usadas pela iniciativa privada. Ao discutir a relação entre o Estado e a produção cultural no Brasil após 64, Renato Ortiz afirma que

"O movimento cultural pós-64 se caracteriza por duas vertentes que não são excludentes: por um lado se define pela repressão ideológica e política; por outro, é um momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais. Isto se deve ao fato de ser o próprio Estado autoritário o promotor do desenvolvimento capitalista na sua forma mais avançada."<sup>26</sup>

Os órgãos que compunham o que pode se chamar de "rede de comunicação governamental" tiveram uma atuação extremamente importante para "costurar" a coalizão entre os setores da sociedade brasileira almejada pelo regime. Os profissionais da comunicação que pertenciam aos quadros da imprensa acima citada podem ser qualificados, na leitura de Gramsci, como sendo pertencentes à categoria dos "intelectuais". Penso ser necessário lembrar aqui que, para Gramsci, o conceito de intelectual é ampliado a uma categoria social, ao que ele chama de "agentes da superestrutura". Os intelectuais atuam na esfera do que Gramsci qualifica como sendo o "vínculo orgânico" da relação entre as forças produtivas e a superestrutura ideológica e política da sociedade. A "organicidade" dessa camada

social de intelectuais no seio do "bloco histórico" decorre, necessariamente, do vínculo de solidariedade que os une à classe social fundamental no plano econômico. Daí, Gramsci qualificá-los como "agentes" ou "funcionários da superestrutura"<sup>27</sup>. Pode-se dizer que, para ele, os intelectuais são uma espécie de "mediadores do consenso", tendo em vista que a função que exercem junto à sociedade se destaca no sentido de tentar criar uma atmosfera de consenso em torno de um projeto político que não atende necessariamente às demandas dos setores sociais necessários à composição de um bloco de poder minimamente estável. Como expõe Gruppi, para Gramsci,

"uma hegemonia se constrói quando tem os seus quadros, os seus elaboradores. Os intelectuais são os quadros da classe econômica e politicamente dominante; são eles que elaboram a ideologia. Os intelectuais - diz Gramsci- são os "persuasores" da classe dominante, são os "funcionários" da hegemonia da classe dominante" <sup>28</sup>

É importante salientar neste texto que o período a que esta análise se refere caracterizou-se, sobretudo, por ser uma fase do regime militar de recomposição do bloco do poder, tendo em vista que a posse do general Médici simbolizou uma espécie de "pacto" castrense e civil em prol da coesão e do fortalecimento do poder ditatorial. Sebastião Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins comentam, a esse respeito, que o "acordo Médici"

---

<sup>26</sup> ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e Indústria Cultural*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 114-115.

<sup>27</sup> PORTELLI, Hugues. Op. cit., p.15.

"refazia a coesão das forças situacionistas e consagrava a predominância da solidariedade sobre os conflitos intestinos, lesivos à preservação do bloco no poder. Em termos sócio- econômicos, o 'sistema' significava garantia de inserção para todas as frações das classes dominantes, fosse qual fosse, positiva ou negativa, sua contribuição para o processo de desenvolvimento nacional. O compromisso não excluía ninguém: ia do latifúndio às multinacionais, passando por todas as modalidades de exploração do homem pelo homem, desde as mais modernas até às mais retrógradas, incluindo as que são contrárias aos interesses da produção. O custo seria pago mediante o arrocho salarial, garantido pelo sindicalismo corporativista, a inflação e o endividamento interno e externo ".<sup>29</sup>

Tendo em vista que, conforme exposto claramente no texto, o período Médici consubstanciou-se numa grande - embora excludente - coalizão de forças, penso ser possível e até bastante razoável afirmar que o componente ideológico operado principalmente pelos meios de comunicação não estatais foi muito importante na tarefa de tentar unir um país politicamente fragmentado e economicamente injusto e excludente, perpetuando o bloco de poder que vigia na época.

Hugues Portelli, ao destacar a importância dada por Gramsci ao componente ideológico como fator imprescindível à busca e à conseguinte manutenção da hegemonia no seio do bloco de poder, analisa que, para Gramsci,

---

<sup>28</sup> GRUPPI, Luciano. Op.cit., p.35.

<sup>29</sup> CRUZ, Sebastião C. Velasco e, MARTINS, Carlos Estevam. Op.cit., p.40.

"O bloco ideológico é fator de hegemonia sob um duplo aspecto, num sistema realmente hegemônico: por um lado em seu próprio seio, na medida em que os representantes da classe dirigente orientem os de outros grupos sociais e sobretudo, por outro lado, a nível do bloco histórico, permitindo à classe dirigente controlar, por intermédio do bloco ideológico, outras camadas sociais."<sup>30</sup>

Podemos afirmar, portanto, que para Gramsci o poder econômico da classe dominante é uma condição necessária, mas nunca suficiente para a formação e a consolidação de uma situação socialmente hegemônica: é necessário que o grupo que ocupa o poder e que aspira exercê-lo de fato consolide sua dominação também - e principalmente - no campo da ideologia, tendo na camada social dos intelectuais o respaldo para criar e *disseminar* sua concepção de mundo.

Gramsci classifica os intelectuais de acordo com seu valor qualitativo. Para ele, existem os "grandes intelectuais" e os "intelectuais subalternos" : os primeiros seriam os criadores da nova concepção de mundo e, os segundos, os que administram e divulgam essa nova ideologia.

No entanto, essa classificação "qualitativa" da "camada dos intelectuais" não implica num descrédito ou menosprezo de Gramsci com relação aos chamados intelectuais subalternos, pois o que vale destacar, segundo ele, é a importância de

---

<sup>30</sup> PORTELLI, Hugues. Op.cit., p.77.

cada grupo em termos de suas funções, principalmente nos períodos de formação de novos blocos de poder.<sup>31</sup>

### ***A Indústria Cultural***

A discussão sobre a importância dos chamados "meios de comunicação" enquanto parte dos processos de dominação de classe, integra o campo de estudos relativos à "indústria cultural"<sup>32</sup>.

Esse termo foi utilizado primeiramente por Adorno e Horkheimer, num trabalho intitulado *Dialética do Iluminismo*, datado de 1947. Segundo Adorno, a expressão "indústria cultural" visava principalmente substituir o termo "cultura de massa", até então empregado pelos estudiosos do assunto.<sup>33</sup> Para ele, o emprego do termo "cultura de massa" sugere que a "cultura" em questão emana necessariamente das massas. Esse tipo de interpretação é, segundo Adorno, extremamente equivocada e só interessa aos que comandam os veículos de comunicação de massa, que, no limite, tentam imputar ao público desses veículos a criação de idéias e valores que, na verdade, foram produzidos no seio da própria indústria cultural. Via

---

<sup>31</sup>Ver PORTELLI, Hugues. Op.cit., p.97-8. Para ilustrar a questão da importância dos intelectuais subalternos, Gramsci os compara a membros de um exército: sem as camadas diferenciadas hierarquicamente no seio do aparelho militar, tornar-se-ia impossível o funcionamento de tal instituição. Portanto, há uma funcionalidade nessa necessária diferenciação.

<sup>32</sup> Para Adorno, a "indústria cultural" funciona pela ação conjunta de meios de comunicação como o cinema, a televisão, o rádio, as revistas, etc. Ver ADORNO, T. "Televisão, consciência e indústria cultural". In: ...(org.) ADORNO. São Paulo: Ática, 1977. (Grandes Cientistas Sociais).

<sup>33</sup> Ver ARANTES, Paulo Eduardo (org.) *Benjamin, Adorno, Horkheimer e Habermas*. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1989. (Os Pensadores).

de regra, esse tipo de prática consiste numa forma premeditada de tentar legitimar o conteúdo do material cultural vendido, revestido na verdade da ideologia dominante.

Segundo Adorno,

"A indústria cultural traz em seu bojo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico, qual seja, o de portadora da ideologia dominante, a qual outorga sentido a todo sistema."<sup>34</sup>

Para Adorno, assim como para outros autores que serão tratados neste trabalho, a indústria cultural e, mais especificamente os meios de comunicação, sob o controle da classe economicamente dominante, vem exercendo uma função importante na sociedade capitalista do século XX na medida em que contribui, em sua atuação, para reificar as relações de produção, emoldurando-as conforme as necessidades históricas dos setores sociais que a controlam. Por sua vez, as massas populares acabam impedidas de desenvolver sua consciência pois, ao receberem informações e concepções de mundo "acabadas" tendem, até como decorrência da duração desse impedimento, a aceitá-las. Evidente que não se trata de concluir que as massas populares "assimilam" totalmente as informações recebidas através dos meios de comunicação<sup>35</sup>; cabe, no entanto, afirmar que elas tendem a incorporar práticas que são exteriores às suas realidades e necessidades.

Adorno afirma que

---

<sup>34</sup> Ibidem. p.16.

<sup>35</sup> Ver LAZARSFEDL, P. F., MERTON, R. K. Op.cit., p. 241.

"As idéias de ordem que ela [indústria cultural] inculca são sempre as do **status quo**. Elas são aceitas sem objeção, sem análise, renunciando à dialética, mesmo quando elas não pertencem substancialmente a nenhum daqueles que estão sob sua influência."

e que,

"Através da ideologia da indústria cultural, o conformismo substitui a consciência; jamais a ordem por ela transmitida é confrontada com o que ela pretende ser ou com os reais interesses dos homens."<sup>36</sup>

Para o autor em questão, em última instância, as agências da indústria cultural têm como um de seus objetivos principais incitar o conformismo que, em contrapartida, alimenta e perpetua a realidade reificada. Essa perpetuação interessa só e estritamente à classe dominante, que tem nos meios de comunicação de massa um instrumento poderoso de manipulação e controle ideológico. Esse trabalho consiste, segundo Adorno, numa "antidesmistificação" da realidade concreta. Nesse sentido ele afirma que

"a dominação técnica progressiva, se transforma em engodo das massas, isto é, em meio de tolher a sua consciência. Ela impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente."<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> ADORNO, T. *A Indústria Cultural*, Op. cit., p.97

<sup>37</sup> *Ibidem*. p.99.

Portanto, para Adorno, a importância dos meios de comunicação de massa no processo de reprodução das relações de produção é fundamental. Segundo ele, subestimar o poder da indústria cultural de "reorientar" e influenciar o comportamento das massas populares caracterizaria um erro inocente e ingênuo pois as mensagens da indústria cultural transmitem um comportamento que está longe de ser inofensivo.<sup>38</sup>

Segundo as análises da escola de Frankfurt, numa sociedade de consumo a cultura tende a se tornar mercadoria e, como tal, carrega em si características que auxiliam a própria reprodução do capitalismo, integrando as pessoas a partir do alto e de forma autoritária, padronizando e uniformizando valores éticos, morais, etc.

### ***Os meios de comunicação***

Paul F. Lazarsfeld e Robert K. Merton, em seu trabalho *Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada*, ao analisarem a questão das funções e da importância dos meios de comunicação de massa na sociedade capitalista, apontam que, de fato, as instituições integradas a esses meios parecem influenciar de forma significativa a chamada opinião pública em prol dos setores sociais que as controlam. Isto ocorre porque o público que, de uma forma ou de outra, recebe as mensagens desses sistemas de comunicação não os financia, tendo em vista que a principal fonte de renda dos órgãos que compõem a indústria cultural é oriunda dos

---

<sup>38</sup> Ibidem. p. 100.

seus *patrocinadores*. Esses, por sua vez, acabam de certa maneira "impondo" idéias e valores que, evidentemente, vão ao encontro de seus interesses econômicos, políticos e sociais que, através dos meios de comunicação, vão sendo diariamente disseminados. Como em Adorno, para os autores em questão os meios de comunicação atuam principalmente no sentido de buscar manter o *status quo*, que eles representam e do qual são tributários. Seria até certo ponto incoerente supor que os meios de comunicação de massa trabalhassem contra as classes que os financiam pois, é preciso ter em mente que a indústria cultural opera objetivando atingir e influenciar a massa popular, e não *para* ela.

Segundo Lazarsfeld e Merton,

"Uma vez que os meios de comunicação são financiados pelos grandes interesses econômicos, gerados no sistema econômico-social vigente, eles contribuem para a manutenção desse sistema. Essa contribuição não se limita apenas ao patrocínio do produto através do anúncio. Resulta, em grande parte, da presença típica, em revistas sentimentais, programas de rádio e colunas de jornais, de alguns elementos de reiteração e aprovação da estrutura social vigente; e esta contínua reiteração acentua a obrigação de aceitar tudo aquilo ligado à presente ordem social."<sup>39</sup>

O teor dos conteúdos trazidos pelos meios de comunicação , na análise dos autores, sugere geralmente o *conformismo* e a *passividade* com relação à vivência daqueles que recebem as mensagens. A apatia acaba prevalecendo sobre o raciocínio

---

<sup>39</sup> LAZARSELD, Paul F., MERTON, Robert K. Op.cit.,p. 242.

que, quase sempre, é desestimulado. Busca-se junto à opinião pública a criação de uma atmosfera de paz, tranqüilidade e esperança; o senso crítico ao invés de despertado, é prevenido ou mesmo coibido:

"... enfatizando o conformismo e oferecendo bases restritas a uma avaliação crítica da sociedade, esses meios, sob patrocínio comercial, restringem, indireta mas efetivamente, o desenvolvimento obrigatório de uma concessão genuinamente crítica."<sup>40</sup>

Ao tratarem da questão da influência dos meios de comunicação junto à opinião pública, os autores afirmam que eles conferem prestígio e mantêm a autoridade de determinados grupos sociais pela "legitimação de seu status". Isto pode ser notado quando a maior parte dos órgãos que compõem o sistema de comunicação "reconhece" a importância deste ou daquele grupo. Essa atitude tendenciosa atua na esfera da criação e da sustentação de uma imagem pública. Ainda segundo os autores,

"Tanto a experiência comum quanto a pesquisa comprovam que o prestígio social de pessoas ou políticos sociais começa a elevar-se quando elas dispõem de uma imagem favorável nos meios de comunicação."<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Ibidem. p.243.

<sup>41</sup> Ibidem. p.236.

Apesar de terem inegavelmente elevado o nível de informação de amplas parcelas da população, os autores lembram que os meios de comunicação, "vêm involuntariamente canalizando as energias dos homens para um conhecimento passivo, em lugar de uma participação ativa."<sup>42</sup>

Um aspecto importante na relação entre os meios de comunicação e o público de um modo geral considerado pelos autores é o poder "narcotizante" desses meios. Isto ocorre porque

"o cidadão interessado e bem informado pode congratular-se consigo mesmo em razão de seu elevado estágio de interesse e de informação, sendo para ele impossível perceber sua recusa de tomar decisões e agir. Em resumo, ele considera seu contato secundário com a esfera da realidade política, suas leituras, seus programas de rádio, suas reflexões, como um desempenho substitutivo. Acaba confundindo *conhecer* os problemas do momento com *fazer* algo a seu respeito." Por isso, "os meios de comunicação de massa devem ser incluídos entre os narcotizantes sociais mais respeitáveis e mais eficientes."<sup>43</sup>

Novamente, pode-se notar aqui mais um aspecto da atuação dos meios de comunicação que revela o estímulo dado por eles à passividade e ao conformismo diante da realidade que cerca o indivíduo. É nesse sentido que, como citamos acima, o conhecimento passivo substitui a participação ativa. Essa substituição da "atitude" com relação aos fenômenos sociais pela "passividade", pode ser explicada pelo fato

---

<sup>42</sup> Ibidem. p 241.

de, que para algumas pessoas, as opiniões dos editoriais representam “o juízo ponderado de um grupo de especialistas”<sup>44</sup>, e que por isso mesmo merecem o respeito e a credibilidade dos leigos. Partindo desse pressuposto, pode-se notar a importância do controle dos meios de comunicação por parte de grupos econômicos que pretendem exercer dominação junto às classes sociais detentoras de um nível de informação bastante limitado, como no caso da sociedade brasileira no período da ditadura militar.

Eunice Durham, quando trata da questão da dinâmica cultural na sociedade moderna, atenta para uma questão importante que se insere no âmbito dos problemas relativos à indústria cultural: a tendência homogeneizadora da cultura de massa, no processo de reelaboração dos produtos impostos principalmente pela indústria cultural. Segundo ela, essa tendência se faz presente na medida em que essa cultura contém um caráter conciliatório, que pretende ignorar as diferenças sociais através da ideologização das práticas capitalistas:

"na medida em que a chamada cultura de massa constitui uma tendência homogeneizadora que se sobrepõe às diferenças reais, fundadas numa distribuição desigual do trabalho, da riqueza e do poder... todo problema da dinâmica cultural se projeta na esfera das ideologias e tem que levar em consideração seu significado político."<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Ibidem.p.241.

<sup>44</sup> Ibidem.p.236.

O texto da autora refere-se também ao fato de que a indústria cultural tende a impor "padrões cognitivos, estéticos e éticos" ao conjunto da população.

Novamente, pode-se constatar na bibliografia apresentada até aqui, a visão quase que equânime entre os autores comentados sobre a questão da importância da indústria cultural enquanto um agente importante no processo de dominação de classe.

Ao focar essa questão em suas análises, Octávio Ianni também credita uma importância fundamental à indústria cultural enquanto elemento essencial à reprodução das relações capitalistas.<sup>46</sup> Isto se explica porque a produção das relações em questão só ocorre quando há, concomitantemente, um processo de reprodução de valores, idéias, princípios, doutrinas, etc., que refletem necessariamente o espírito do capitalismo.

A indústria cultural, vista por Ianni sob a ótica do imperialismo internacional,

"compreende o conjunto do processo de produção e comercialização de mercadorias culturais destinadas a favorecer o funcionamento e o aperfeiçoamento das relações capitalistas de produção."<sup>47</sup>

Para o autor, a indústria cultural colabora decisivamente com as classes dominantes quando ocorrem os momentos de crise no sistema capitalista. Estas,

---

<sup>45</sup> DURHAM, E. *A dinâmica cultural na sociedade moderna*. Arte em revista, São Paulo: Kairós, n.3, p.14, 1980.

<sup>46</sup> Ver IANNI, Octávio. *Imperialismo e Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976. p.13.

<sup>47</sup> *Ibidem*. p.59.

utilizando-se dos meios de comunicação de massa, desenvolvem uma intensa campanha para evitar um possível rompimento externo, entre os países "subdesenvolvidos" e, principalmente, o capital norte-americano. Um exemplo citado pelo autor é o da grande campanha realizada em torno do "milagre econômico" brasileiro ocorrido durante o governo Médici e suas implicações, assunto que analisaremos posteriormente.

Apesar da análise de Ianni deter-se na atuação da indústria cultural imperialista num contexto internacional, ele destaca, em diversas passagens do texto, sua importância junto às classes dominantes dos países latino-americanos. Isto ocorre porque essa indústria trabalha não só ao nível das relações entre classes dominantes e capitalismo internacional, mas também entre as classes dominantes e as classes subalternas, mesmo nas questões que não estão inseridas num contexto internacional.

Ianni aponta, em sua análise, que a indústria cultural "funciona" arregimentando o complexo de instituições que compõe os meios de comunicação em prol da reposição, de forma continuada, das relações de produção. Na sua concepção,

"As idéias, as noções, os valores, os princípios e as doutrinas que codificam a visão burguesa do mundo passam a ser produzidos e multiplicados, em escala industrial e mundial, para atender às exigências da reprodução ampliada do capital. O jornal, a revista, o livro,(...), todos os instrumentos e as agências de transmissão de informações

e conhecimentos são envolvidos no amplo processo de comercialização de mercadorias culturais.<sup>48</sup>

Pode-se dizer que a análise de Octávio Ianni identifica, na indústria cultural, um caráter funcional que opera em termos de intermediação dentro do capitalismo: contribuir no processo de reprodução das relações de produção.

Por seu lado, ao analisar a questão da história da imprensa no Brasil, Nelson Werneck Sodré afirma que esta não pode ser compreendida se dissociada da própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. Nas palavras do autor,

"O controle dos meios de difusão de idéias e de informações - que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido - é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações."<sup>49</sup>

Sodré aponta a existência, no interior dessa interligação entre o desenvolvimento da imprensa e o do capitalismo, de uma relação não apenas mecânica, mas também *dialética*. Neste ponto, parece aproximar sua análise sobre a imprensa dos traços gerais da indústria cultural constatados pelos pensadores da Escola de Frankfurt, especialmente Adorno. Isto porque, para ele, a "ligação

---

<sup>48</sup> IANNI, Octávio. *Imperialismo e Cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976. p. 26.

<sup>49</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, /s.d./. p.1.

dialética" em tela pode ser constatada através da influência da difusão impressa sobre o comportamento e expectativas dos indivíduos em sociedade. Aproximando-se mais claramente de Adorno, Sodré também enxerga, por parte da imprensa, "uma tendência à unidade e à uniformidade."<sup>50</sup> Em última instância, no pensamento do autor, a imprensa tem sido diretamente controlada pelas regras gerais do sistema capitalista. Por isso, não há razões para tentar compreendê-la fora desse espectro. Citando-o novamente, com relação às atividades da imprensa,

"tudo conduz à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento. As inovações técnicas, em busca da mais ampla divulgação, acompanham e influem na tendência à uniformidade."<sup>51</sup>

Referindo-se à questão do poder da imprensa e sua correspondente estrutura de funcionamento, tratada no âmbito mais geral do chamado capitalismo monopolista, como o fez Octávio Ianni, Sodré esboça sua preocupação com relação à influência que esse poder exercia junto às massas, cuja manifestação pode ser observada já no contexto do século passado. O autor vê a atuação da imprensa potencializada pela "engrenagem" que a circunda, encarnada nas agências publicitárias em expansão, conseqüência direta do desenvolvimento do capitalismo. Por isso, essa mesma imprensa acaba submetendo sua atuação aos ditames mais gerais da ordem capitalista, como dissemos há pouco. Nesse quadro, torna-se

---

<sup>50</sup> Ibidem. p.1. Essa tese sobre a tendência "homogeneizadora" da indústria cultural foi aceita também por Ecléa Bosi em seu trabalho *Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias*. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, /s.d./.

<sup>51</sup> Ibidem. p.2.

inviável travar uma discussão sobre por exemplo a questão da liberdade de expressão. Para o autor

"É fácil avaliar a terrível força da engrenagem que se compõe de agências de notícias, agências de publicidade e cadeias de jornais e revistas, sua influência política, sua capacidade de modificar a opinião, de criar e manter mitos ou de destruir esperanças e combater aspirações. Quando se verifica que essa gigantesca engrenagem é simples parafuso de engrenagem maior, a que pertence, do capitalismo monopolista, ainda mais fácil é estimar o seu alcance e poder."<sup>52</sup>

Portanto, o pano de fundo da discussão de Sodré sobre a questão da imprensa ou dos meios de comunicação parece situar-se no âmbito mais geral do imperialismo, dada a relação dialética que este mantém, através de seus corpos de interesse, com a chamada indústria cultural.

Têm-se portanto, algumas análises convergentes quanto à natureza e à importância da atuação da indústria cultural nas sociedades capitalistas do século XX.

Tentamos expor nesta parte do trabalho a importância que os meios de comunicação em geral podem ter quando utilizados nos processos de dominação de classe posto que, estando estes meios inerentemente ligados a elas, portam e transmitem ideologias que traduzem concepções de mundo *de classes* específicas e que, por vezes, tornam-se concepções de parte ou da totalidade do conjunto das

---

<sup>52</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit., p. 6.

classes sociais de uma sociedade. A partir disso, a análise proposta sobre *Manchete* terá como quadro geral de referência os conceitos aqui considerados, fundamentais à compreensão de nosso objeto.

Em termos mais específicos, os referenciais teóricos apresentados procurarão situar nossa análise sobre a revista *Manchete* e sua atuação num período particular da ditadura militar brasileira. No entanto, torna-se necessário apresentar uma outra hipótese sobre a revista, possibilitada por uma característica singular que a diferencia de boa parte da imprensa nacional no período Médici: a de que *Manchete* constituiu-se num Aparelho Ideológico de Estado da ditadura militar.

### ***A questão dos Aparelhos Ideológicos de Estado***

Nesse sentido, penso ser possível identificar a revista *Manchete* como um dos vários Aparelhos Ideológicos de Estado, definidos por Althusser como "um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas".<sup>53</sup> *Manchete* pode ser caracterizada como um Aparelho Ideológico de Estado da Informação, que age "embutindo, através da imprensa, da rádio, da televisão em todos os 'cidadãos', doses cotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc".<sup>54</sup> Para Althusser, "enquanto o aparelho (repressivo), de Estado, unificado, pertence inteiramente ao

---

<sup>53</sup> ALTHUSSER, Louis. Op. cit. p 43.

<sup>54</sup> Ibidem. p 63.

domínio *público*, a maioria dos Aparelhos ideológicos de Estado (na sua dispersão aparente) releva pelo contrário do domínio *privado*. "<sup>55</sup> O autor afirma também que

"é por intermédio da ideologia dominante que é assegurada a harmonia por vezes precária entre o aparelho repressivo de Estado e os Aparelhos ideológicos de Estado, e entre os diferentes aparelhos ideológicos de Estado".<sup>56</sup>

Em minha opinião, essa aproximação entre a revista *Manchete* e o conceito de Aparelho Ideológico de Estado defendido por Althusser se justifica na medida em que esse órgão específico da imprensa brasileira, apesar de oficialmente não estar vinculado ao Estado militar, produziu, como procurarei expor, uma propaganda política cujo teor correspondia exatamente àquilo que o governo necessitava para criar uma imagem que lhe era convenientemente necessária. Nesse sentido, portanto, a revista *Manchete* produziu uma propaganda oficialista tão claramente favorável ao regime que se pode situá-la, na prática, como um órgão que trabalhava nos moldes oficiais. Deve-se observar que, segundo nossa hipótese, nem todos os órgãos de comunicação que atuaram durante o governo Médici e, por isso mesmo, sob as amarras da censura, podem ser qualificados como um Aparelho Ideológico de Estado. Isto porque alguns setores da imprensa brasileira não incorporaram integralmente a ideologia do Estado militar, como veremos no último capítulo desta tese. A revista *Manchete*, ao contrário, externou seu apoio integral ao governo de

---

<sup>55</sup> Ibidem. p.45.

<sup>56</sup> Ibidem p.56.

maneira muito mais explícita que a própria assessoria “oficial” de Relações Públicas do regime.

Nesse sentido, entendemos que o que faz de um órgão privado um AIE é sua forma de atuação nos processos de dominação de classe; nesses processos, o conceito formal entre o público e o privado torna-se extremamente relativo e impreciso para compreender a real natureza de suas funções. Conforme análise de Gramsci, o conceito de Estado deve ser entendido como “o conjunto dos órgãos, qualquer que seja seu estatuto formal - organizações ‘privadas’ ou aparelho de Estado -, através dos quais é exercida a influência do grupo dominante.”<sup>57</sup>

A questão dos Aparelhos Ideológicos foi tratada também por Nicos Poulantzas, embora este tenha, no tocante ao texto de Althusser, determinadas discordâncias conceituais. Para Poulantzas, o principal problema do conceito de Althusser é, em certa medida, desconsiderar, nas análises sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, a questão da luta de classes que os permeiam. O autor considera que a ação dos Aparelhos Ideológicos diferencia-se da ação dos Aparelhos Repressivos na medida em que estes últimos agem "principalmente" pela repressão, ao passo que os Aparelhos Ideológicos agem "principalmente" pela "elaboração e inculcação ideológicas".<sup>58</sup> "Principalmente" porque no âmbito do Aparelho Repressivo atua também a ideologia, bem como a repressão atua, segundo o autor, na ação dos Aparelhos Ideológicos.

---

<sup>57</sup> PORTELI, Hugues. Op.cit., p.35.

<sup>58</sup> POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p.322.

Repressão física organizada e "elaboração e inculcação ideológicas" atuam nos processos de lutas de classe de maneira necessariamente conjunta:

"...a própria dominação política não pode exercer-se única e exclusivamente pela repressão física, mas requer a intervenção decisiva e direta da ideologia. É neste sentido que a ideologia dominante, sob a forma de existência dos aparelhos ideológicos, está diretamente implicada no sistema estatal, o qual constitui, simultaneamente, a expressão, a garantia e o local concentrado do poder político".<sup>59</sup>

Ao analisar o Estado sob a ótica marxista, Poulantzas afirma, compartilhando com a versão de Gramsci sobre a questão da função da ideologia, que o papel deste, enquanto instância central, consiste em buscar manter a coesão de uma formação social e garantir, nos processos das lutas de classe, a dominação política de classe. A função dos aparelhos ideológicos destaca-se justamente aí: é através deles que a ideologia dominante "cimenta" os diferentes segmentos que compõem a sociedade.

Poulantzas afirma que o Estado desempenha também, e principalmente, uma função econômica que, em certa medida, foi ignorada por Althusser quando de sua análise sobre os AIE. A função econômica do Estado seria exercida pelo aparelho repressivo e pelos aparelhos ideológicos de Estado. Para Althusser, a atuação dos aparelhos ideológicos limita-se à esfera da reprodução das chamadas "relações de produção", ao passo que para Poulantzas, esses aparelhos desempenham também

uma função econômica junto à sociedade, e não só um papel repressivo e ideológico, como parece defender Althusser.

No entanto, a principal crítica feita por Poulantzas a Althusser consiste, como mencionei há pouco, em este ter desconsiderado a questão da luta de classe em sua análise. Isto ocorreu porque o autor não admitiu a relativa autonomia que os AIE gozam com relação ao Estado. Essa relativa autonomia, em parte decorrente da natureza juridicamente privada de parte dos AIE, permite por vezes a manifestação das *diversas* tendências ideológicas de uma formação social, fruto e decorrência natural das relações contraditórias e antagônicas do sistema capitalista que, neste caso, se expressam através da ideologia. Althusser credita a unidade dos aparelhos ideológicos à "ideologia dominante", que decorre do fato da classe dominante deter o poder de Estado, desconsiderando a variedade de ideologias existentes num corpo social, como mencionamos.

O que os aparelhos ideológicos possibilitam, segundo Poulantzas, é a hegemonia da ideologia dos grupos que compõem um bloco de poder dominante sobre as demais: é nesse momento que a ideologia desse bloco torna-se dominante e este, por sua vez, exerce sua hegemonia sobre a sociedade, posto que se consolida política e ideologicamente sobre as demais classes.

A "relativa autonomia" dos aparelhos ideológicos de Estado tratada por Poulantzas torna-se, nos casos dos Estados de exceção (como se pode caracterizar o Estado brasileiro no período Médici), extremamente limitada. Isso ocorre porque

---

<sup>59</sup> Ibidem. p.322.

esses Estados gozam de uma espécie de "autonomia" com relação à sociedade civil e, por vezes, inclusive com relação à frações dos grupos ligados às classes dominantes. Nesses momentos o caráter autônomo do Estado é em boa parte fruto de uma demanda do capitalismo que necessita de uma recomposição imperiosamente hegemônica do bloco de poder.

Por sua vez, ocorre nos Estados de exceção uma expressiva modificação nas relações entre o aparelho de Estado e os aparelhos ideológicos de Estado no que se refere especificamente à questão da autonomia desses aparelhos durante os períodos de busca de hegemonia no poder. Portanto, não se pode analisar a questão dos aparelhos ideológicos nos Estados de exceção da mesma forma que se os analisa sob outras formas de Estado capitalista.

Nos Estados de exceção há, por questões óbvias, uma acentuação da repressão física desempenhada pelo aparelho repressivo que se legitima através dos aparelhos ideológicos. Nessas situações, torna-se necessário aos Estados ampliarem seu controle sobre a elaboração e a divulgação da ideologia. Mas, nas palavras de Poulantzas:

"o que estas formas de Estado (democracias) freqüentemente não permitem, em virtude da autonomia relativa dos aparelhos ideológicos de Estado, é o exercício da intervenção ideológica particular que possa legitimar essa repressão. O recurso à forma de Estado de exceção torna-se, portanto, sobretudo necessário não tanto quanto às regras jurídicas estabelecidas interdizem essa repressão, mas quando a intervenção

ideológica que a acompanha não pode fazer-se dentro do quadro institucional de outras formas de Estado."<sup>60</sup>

Portanto, o que Poulantzas destaca na atuação dos aparelhos ideológicos nos Estados de exceção é que estes, ao ampliarem sua faixa de intervenção junto à sociedade, aumentam também seu controle sobre esses aparelhos que se tornam cada vez mais importantes para legitimar o regime ditatorial e o aumento da coerção física decorrente dele. Citando novamente o autor,

"Este funcionamento particular do Estado de exceção é assim o meio necessário para uma reorganização da hegemonia ideológica. Mas isto implica a restrição característica, em diversos graus, simultaneamente da autonomia relativa dos aparelhos ideológicos de Estado em relação ao aparelho de Estado, e daquele dos aparelhos ideológicos de Estado em si."<sup>61</sup>

Penso ser importante destacar aqui que, para, Poulantzas, o fato dos Estados de exceção fazerem uso de um controle mais intenso sobre os aparelhos ideológicos não implica numa relação de causa e efeito com relação ao aparelho de Estado. Quero dizer que para o autor as práticas repressivas do Estado de exceção não implicam num domínio hegemônico sobre os aparelhos ideológicos de Estado.

---

<sup>60</sup> Ibidem. p. 338-339.

<sup>61</sup> Ibidem. p.340.

Levando-se em consideração a discussão feita por Poulantzas e Althusser em torno da questão dos aparelhos ideológicos de Estado, penso ser possível situar a análise de *Manchete* também sob a ótica do conceito dos Aparelhos Ideológicos de Estado, principalmente o defendido por Poulantzas.

Em minha perspectiva, será possível constatar através de nossa análise sobre *Manchete* essa possibilidade, tamanha a identificação dessa revista com o projeto do governo do general Médici e à própria figura do presidente

De maneira geral, a análise que se segue sobre *Manchete* tem como referência central a hipótese da atuação dessa revista enquanto um Aparelho Ideológico de Estado, dado o caráter “oficialesco” de suas posições sobre o governo Médici, como também a total incorporação por parte desse periódico da ideologia do Estado militarizado. Nesse sentido, *Manchete* é compreendida enquanto parte integrante do sistema de comunicação estatal, contribuindo para que o governo Médici buscasse conquistar uma hegemonia em torno do modelo de desenvolvimento do regime militar que colhia, naquele momento, os frutos de uma filosofia de Estado implantada com o golpe de 64.

O conceito de hegemonia em Gramsci, como mostramos, pode aqui ser utilizado para tentar compreender o fato do governo ter se empenhado em justificar publicamente o autoritarismo político como ingrediente responsável pelo surgimento e manutenção do “milagre econômico”, vivenciado principalmente no período Médici. Deve-se considerar para o fundamento dessa hipótese as ponderações feitas acerca da relação que se pode estabelecer entre hegemonia e ditadura segundo a

ótica de Gramsci, bem como nossas considerações a respeito das especificidades que cercaram o governo Médici.

A análise de *Manchete* procurará levar em conta também a atuação dessa revista enquanto parte integrante da indústria cultural brasileira, tendo sempre como pano de fundo teórico a referência da Escola de Frankfurt. Nesse sentido, o trabalho realizado por *Manchete* leva a considerar a revista enquanto parte integrante de um sistema da comunicação que se consolidou sob o controle da ditadura militar e que, por isso mesmo, sofreu influência direta do regime. Talvez esse fator tenha contribuído para que a revista se constituísse, no período militar, num Aparelho Ideológico. Isto porque, como veremos, apesar de *Manchete* ter tido desde seu surgimento (1952) uma postura sempre “favorável” aos grupos que detinham o poder de Estado, é sob o governo Médici que ela incorpora integralmente a ideologia oficial, que os militares pretenderam e fizeram chegar à nação graças justamente a órgãos de comunicação como *Manchete*. Neste período, ela externou publicamente seu apoio ao país oficial que, sob o lema “segurança e desenvolvimento”, vivia o “milagre econômico” promovido evidentemente pela “competência” dos militares.

À luz dessas hipóteses, procuraremos compreender a atuação da revista *Manchete* no período em questão.

## Capítulo II: A Ditadura Militar no Brasil e a Aerp

*"...queriam que os mortos da guerrilha de Xambioá fossem trazidos em cortejo fúnebre, num avião Boeing, com escolta, e fossem enterrados num mausoléu no São João Batista. Mas como!? Então se faz isso com um subversivo? Morreu, enterra ali mesmo. É lógico! Eu não estava lá, mas, se fosse comandante, teria dado essa mesma ordem. Morreu? Enterra aí mesmo, para não deixar insepulto. Ora! O que é isso!? Queriam que os trouxessem com pétalas de rosa? E para sepultar no São João Batista, no mausoléu dos heróis... comunistas!? Não. Não há razão para isso."*

General Carlos Alberto da Fontoura, chefe do SNI no governo Médici, In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 87-88.

## *A Ditadura Militar no Brasil*

O processo ditatorial iniciado no Brasil em março/abril de 1964 foi resultado de uma crise que vinha se manifestando no seio do chamado Estado populista nacional<sup>62</sup>. Para entender o contexto dessa crise, é preciso que remontemos à história política brasileira posterior ao primeiro governo Vargas.

No período referente à chamada "República Democrática" brasileira (1945-1964), o Estado populista instaurado por Getúlio já na época de seu primeiro governo, manifestou, em diversos momentos e circunstâncias, uma profunda incapacidade de resolver os problemas criados pelas demandas da sociedade civil de cunho ora popular, ora burguês. Essa "incapacidade" acabava desencadeando um processo de instabilidade nas instituições públicas de poder político que, no limite, tentavam sobreviver às pressões de grupos econômicos nacionais e estrangeiros que agiam no próprio corpo político do Estado. Esses grupos refletiam uma cisão existente no pensamento político brasileiro acerca do modelo de desenvolvimento econômico a ser adotado pelo país. De um lado, os grupos de tendência nacionalista compartilhavam a idéia de que a economia brasileira deveria ter seu crescimento pautado numa certa independência frente ao capital externo. Em momento nenhum essa "independência" significou uma negação, por parte desses grupos, à entrada de capital internacional em nossa economia; ao contrário, o capital externo era tido

como imprescindível para o crescimento da economia brasileira. As ressalvas com relação a esse capital situavam-se na questão dos termos de sua entrada, ou seja, a economia brasileira não deveria submeter-se ao capital internacional e sim utilizá-lo de forma a prover um desenvolvimento nacional independente.

O outro grupo, de vertente liberal internacionalista ou, para a esquerda nacionalista, "entreguista", não manifestava maiores preocupações com relação ao ingresso desse capital. Para ele, era inevitável que o país fizesse uso do capital externo enquanto condição de seu próprio desenvolvimento. Não obstante, para os internacionalistas, não impor limites à entrada de investimentos externos no Brasil significava, como consequência, não garantir ao Estado o controle sobre os setores básicos da economia que, no limite, poderiam ser geridos pela iniciativa privada internacional, aliada ou não aos grupos econômicos nacionais, sem no entanto ameaçar a "soberania" nacional. Em suma,

"de um lado, postavam-se os nacionalistas unificados pelo sonho reformista. De outro, estavam os partidos e setores da sociedade civil que se autodenominavam antipopulistas, antiestatistas, modernos e antinacionalistas. Tais segmentos investiam na defesa de uma proposta de continuidade na internacionalização da economia capitalista brasileira e na implementação de programas econômicos liberais. Divergindo dos grupos sociais que apostavam na utopia reformista, como caminho para superação do subdesenvolvimento, entendiam esses segmentos que os reais pressupostos da modernização e do progresso estavam na internacionalização da

---

<sup>62</sup> Ver TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

economia e na redução do nível de investimento do recurso público em empreendimentos empresariais."<sup>63</sup>

O controle sobre a máquina estatal tornou-se imprescindível a esses grupos. O Estado passou portanto a ser palco e mediador desse conflito que acabou provocando, em diversos momentos, crises institucionais graves. Isto ocorria quando a cúpula que ocupava o poder de Estado tendia a incorporar majoritariamente as demandas requeridas por um grupo específico. Um exemplo que simbolizou de forma bastante clara esse "impasse" foi o do suicídio do presidente Getúlio Vargas, ocorrido em agosto de 1954, e os fatos que o cercaram.

Naquele momento, o Estado populista comandado por Vargas ameaçou um processo de radicalização com relação à sua política econômica de cunho nacionalista que vinha sendo boicotada por grupos econômicos internacionais e nacionais por conta, principalmente, da opção nacionalista protagonizada por Getúlio quando da criação da PETROBRÁS, entendida pela oposição liberal como uma opção de fato pelo nacionalismo radical. Além disso, deve-se ressaltar a oposição das correntes liberais ao trabalhismo do ministro do trabalho João Goulart. O então ministro, ao propor aumento substancial (100%) ao salário mínimo, causou intensa reação de setores das classes dominantes nacionais e dos investidores

---

p.116-120.

<sup>63</sup> NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.) *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. 1.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 58.

externos, provocando sua imediata demissão<sup>64</sup>. No entanto, a crise desencadeada por Goulart não se resolve com seu afastamento do governo, tendo em vista que a associação feita pela oposição entre Vargas e o "trabalhismo" potencialmente comunista havia se tornado irreversível.

Nesse momento, ocorre uma forte reação dos grupos liberais de oposição liderados nacionalmente pela UDN e seu representante maior, Carlos Lacerda. O resultado dessa reação - o suicídio de Vargas e a opção de Juscelino Kubitschek pela "saída internacionalista"- manifestou o quão frágil foi o Estado populista brasileiro no que se refere à sua capacidade em equacionar as pressões e demandas da sociedade civil.

No que se refere à questão da relação entre o Estado populista e a massa da população brasileira, este também se mostrava ineficiente na opinião dos grupos de direita. Esses grupos vinham se manifestando desde o final do Estado Novo no sentido de que o populismo, ao incorporar as massas trabalhadoras à política nacional, sob o pretexto de legitimar-se e de exercer controle sobre essas mesmas massas, criava a possibilidade de uma onda de manifestações de esquerda que, no limite, tenderiam a romper com os limites traçados pelo "pacto populista".

As classes dominantes brasileiras identificaram o suposto momento de rompimento do "pacto populista" com a crise desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. A posse de seu vice João Goulart (07/09/1961)

---

<sup>64</sup> A indisposição da oposição liberal com relação a Jango, manifestada desde sua posse no Ministério do Trabalho, teve seu ápice quando o Exército exige de Vargas a demissão do ministro enquanto condição para

ocorre somente sob a ordem política parlamentarista. O parlamentarismo imposto a Goulart enquanto tentativa, por parte dos setores sociais conservadores, de neutralizar a atuação do poder Executivo simbolizou, já em 1961, uma tentativa de rompimento à direita da política populista. Após a ratificação via plebiscito da suspensão do parlamentarismo (23 de janeiro de 1963), o Governo Goulart acena para uma política nacionalista nos moldes varguistas e provoca a união dos setores sociais dominantes que, sob a liderança dos militares, rompem com a frágil e instável ordem institucional brasileira. Ainda que situado no nível da retórica, o nacionalismo presente no discurso de Goulart direcionava a discussão sobre os problemas da economia brasileira no período para a delicada área do debate político-ideológico cujo tom e dimensão eram dados pela Guerra Fria.<sup>65</sup>

Os militares protagonizaram um movimento que refletia, principalmente, o descontentamento do conjunto das classes dominantes e setores das classes médias brasileiras com o governo Goulart, que naquele momento, esforçava-se em implantar suas Reformas de Base (Reforma Agrária, Administrativa, Fiscal, Eleitoral, Urbana, etc.). Para eles, a política populista, iniciada na Era Vargas e praticada por Jango como forma de conquistar o apoio popular às suas reformas, significava uma ameaça ao equilíbrio social em que repousava a democracia liberal brasileira.

---

o restabelecimento da confiança no governo por parte das Forças Armadas. Ver SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 163-166.

<sup>65</sup> Ver SINGER, Paul. *O significado do conflito distributivo no golpe de 64*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *1964*, Op. cit., p. 18-20.

Para a burguesia, essa ameaça ao equilíbrio social manifestava-se, segundo Caio Navarro, através do "avanço político dos movimentos sociais de orientação nacionalista e de esquerda"<sup>66</sup>. Esses movimentos vinham, desde a década de 60, desencadeando um processo reivindicatório que, conforme já dissemos, no entendimento da burguesia e de setores militares, acenava a uma espécie de contestação da ordem constitucional, tendo inclusive como uma de suas bandeiras a Reforma Agrária. O debate político no Brasil tendeu, desde a renúncia de Jânio Quadros, a uma polarização ideológica crescente e mobilizadora, tanto para a direita liberal aliada aos grupos internacionais quanto para a esquerda nacionalista. Para o agravamento do debate contribuíram, enquanto consequência da crise econômica que se manifestava desde o início da década de sessenta, a estagnação econômica e a inflação.

No entanto, apesar da radicalização de ambos os grupos, a ala conservadora e de direita da sociedade brasileira conseguiu organizar-se de forma mais eficiente. Prova disso foi a incapacidade de união dos setores nacionalistas de esquerda diante do golpe político que foi imposto posteriormente ao país. Segundo Navarro,

"o imobilismo das esquerdas, em geral, se explicaria em virtude de uma incorreta, pois idealista, avaliação da correspondência de forças existentes nos meses anteriores a abril de 64..."<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart...*, Op. cit., p.83.

<sup>67</sup> *Ibidem.* p.114-115.

Nos meses que antecederam ao golpe, poder-se-ia notar uma forte mobilização das esquerdas objetivando forçar o governo de Goulart a incorporar, pelo menos no nível da retórica, suas reivindicações. Segundo alguns autores, como Navarro, Jango não chegou a implementar de fato uma política econômica correspondente ao seu discurso:

"o governo Goulart representou, de um lado, a tentativa de fazer avançar a economia para um novo patamar do capitalismo brasileiro e, de outro, a procura de soluções para os graves conflitos e tensões sociais que se agudizaram a partir do período desenvolvimentista. Tais reformas, contudo, constituíram-se em simples consígnas políticas; na verdade, seja pela negativa do Congresso, majoritariamente conservador e anti-reformista, seja pela incompetência política do executivo, nunca conseguiram elas ser implementadas."<sup>68</sup>

Porém, bastou o discurso para que os setores dominantes avaliassem o populismo como um mal a ser extirpado, principalmente porque, no entendimento do conjunto das classes dominantes, o nível de politização da classe trabalhadora denunciava a necessidade do rompimento do chamado "pacto populista". Segundo Ianni,

---

<sup>68</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. "*A democracia populista golpeada*". In: ----. 1964, Op. cit., p.42.

"A politização intensiva e extensiva das massas populistas, em especial nas ocasiões de crise político-econômica, tem sido uma das principais razões do abandono do pacto populista por parte da burguesia e da classe média."<sup>69</sup>

A retórica da “ameaçadora” pressão exercida por determinados setores populares organizados junto ao governo populista de Goulart refletia, na verdade, uma preocupação dos grupos nacionais conservadores em ter forçosamente que conceder uma participação *efetiva* às classes trabalhadoras no cenário político nacional, participação que em termos práticos nunca deixou o campo do discurso populista:

“A ‘demagogia populista’ não procedia de qualquer pluralismo real: ela era uma aberta manipulação consentida das massas populares. O *povo* não possuía nem mandatários responsáveis nem campeões leais no ‘campo burguês’; e quando o jogo democrático se tornou demasiado arriscado, os verdadeiros atores continuaram o baile sem máscaras.”<sup>70</sup>

O populismo, naquele momento, ao não controlar de forma eficiente as mobilizações populares, tendia a provocar a superação dos limites institucionais vigentes. Francisco Weffort ilustra da seguinte forma esse momento:

---

<sup>69</sup> IANNI, Octávio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p.43.

<sup>70</sup> FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 340-1.

"As freqüentes greves de trabalhadores, a crescente importância dos grupos nacionalistas, a mobilização da opinião pública em torno da temática das reformas de estrutura (em particular a reforma agrária), a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo, a mobilização dos camponeses para a organização sindical ou para as 'ligas camponesas' de Francisco Julião - são alguns dos fatores que estavam a anunciar a emergência de um movimento popular de novo tipo. Este, embora tivesse seu nascimento dentro dos quadros institucionais e mantivesse relações de dependência com a política populista de Goulart, colocava problemas cujas soluções implicavam alterações de base na composição de forças sociais em que se apoiava o regime."<sup>71</sup>

Conforme análise de Florestan Fernandes, apesar dos movimentos sociais organizados de cunho popular estarem, no período que antecedeu ao golpe, longe de representar uma “ameaça” ou um “perigo imediato” à ordem burguesa, “eles encontravam uma ressonância intimidadora, e continham uma força de irradiação inesperada. Por isso, eles acabaram repercutindo e fermentando, de modo quase incontrolável, no próprio radicalismo burguês: ‘contaminaram’ estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares, vários setores da pequena burguesia etc. Além disso, infiltraram influências especificamente antiburguesas e revolucionárias nas massas populares, despertadas mas refreadas pela ‘demagogia populista’, o que estabelecia um perigoso elo entre miséria e pobreza, ‘pressão dentro da ordem’ e convulsão social.”<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> WEFFORT, Francisco. Op.cit. p.77.

<sup>72</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa...*, Op.cit., p.324.

Tratava-se, portanto, para diversos setores das classes dominantes brasileiras, de eliminar a "ameaçadora" participação das massas populares da política brasileira. Para isso, os militares implantaram, a partir de abril de 1964, um regime ditatorial que excluía, de forma gradativa e por tempo indeterminado, a classe trabalhadora do cenário político nacional.

Visto numa dimensão maior, o golpe político-militar de 1964 pode ser analisado sob a ótica da Guerra Fria:

"Durante a guerra fria, a sociedade brasileira foi levada a abandonar a estratégia de desenvolvimento de um capitalismo nacional e a adotar a estratégia de *desenvolvimento associado, ou dependente*. Esse é o signo do golpe de Estado de 1964. Em 1964 terminam drasticamente as diretrizes e as práticas destinadas a implantar o capitalismo nacional e inauguram-se as diretrizes e as práticas destinadas a implantar o capitalismo associado ou dependente. Diante da presença e predominância dos Estados Unidos da América do Norte no mundo capitalista, e em face das exigências da guerra fria comandada por esse país, o Brasil foi levado a abandonar a estratégia de capitalismo nacional e pôr em prática a de capitalismo associado ou dependente."<sup>73</sup>

A intervenção militar na política brasileira, tanto para manter quanto para romper a ordem constitucional, não tem em 64 seu único exemplo.

---

<sup>73</sup> IANNI, Octavio. *As estratégias de desenvolvimento*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). 1964, Op. cit., p. 138.

Desde o início da história política "independente" do Brasil, ainda nos tempos do Império, a tradição intervencionista das forças armadas se fazia notar<sup>74</sup>.

No entanto, é principalmente durante o período republicano, desde sua instauração, que se pode observar com mais clareza a participação militar no campo da política.

Segundo Alain Rouquié, a tendência ideológica das intervenções militares no Brasil sempre foi essencialmente conservadora. Atendo-se ao período de 1930 a 1964 da história brasileira, Rouquié analisa que

"se considerarmos o sentido das seis intervenções militares, em que não houve tomada de poder no Brasil desde 1930, poderemos observar também que as forças armadas intervieram quatro vezes contra a democracia pluralista (em 1937, 1954, 1961, 1964), e apenas duas vezes para garantir a legalidade constitucional (1945, 1955)".<sup>75</sup>

Rouquié faz uma crítica com relação ao suposto "poder moderador" que parte dos analistas e pesquisadores da história brasileira atribui às Forças Armadas. Segundo o autor, supor que as forças armadas exercem, principalmente nos momentos de crise, um poder moderador ou "conciliador" sobre a sociedade, que garanta a "ordem" e o "progresso", é partir do pressuposto de que existe, no interior de nosso aparelho militar, uma forte coesão ideológica. Ao contrário disto, o que se

---

<sup>74</sup> Ver Arquidiocese de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*. 22.ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1989. p. 53.

<sup>75</sup> ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. 2.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984. p.327.

observa na história militar principalmente no período posterior ao golpe é uma clara cisão política interna entre dois setores castrenses (grosso modo, nacionalistas e liberais), que se manifesta de acordo com o teor da crise em que eles se envolvem<sup>76</sup>.

Em verdade, se fizermos um apanhado da história brasileira, principalmente depois de 30, veremos que as Forças Armadas constituíram-se num poder acima dos poderes das instituições políticas. Prova disso, é que o poder em questão das Forças Armadas se manifestou, durante nossa experiência "democrática", também nos momentos em que o processo presidencial sucessório ocorreu num ambiente relativamente tranqüilo, como a eleição de Jânio Quadros. Mesmo nessas ocasiões, o pleito democrático passou por uma avaliação positiva ou negativa por parte das Forças Armadas. Essa "avaliação" implicava, como se pôde notar com João Goulart, numa possível intervenção junto à organização política do Estado e, no limite, na suspensão da ordem democrática. Esse posicionamento intervencionista dos militares no campo do poder no Brasil é tão presente que, alguns analistas, como Thomas Skidmore, chegam ao ponto de afirmar não ser possível no Brasil governar sem o apoio e o consentimento das forças armadas<sup>77</sup>.

Retomando a questão do golpe de 64, a tendência político-ideológica dominante que protagonizou o que o corpo militar passou a adjetivar como "Revolução", foi essencialmente a "liberal", antigetulista, cuja ideologia era oriunda

---

<sup>76</sup> Ver MARTINS Filho, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCAR, 1996.

<sup>77</sup> Ver SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

da doutrina de segurança nacional e a maior parte de seus membros integrante dos quadros da Escola Superior de Guerra.

A doutrina de segurança nacional continha a noção de que o Exército deveria ser a instituição responsável pela garantia do desenvolvimento e da segurança em praticamente todo o ocidente. Situada no âmbito da Guerra Fria, essa doutrina subsidiou ideologicamente a maior parte dos golpes militares latino-americanos, justificando a usurpação do poder pelos militares em nome da suposta garantia da "segurança nacional", potencialmente ameaçada pelo bloco de poder comunista<sup>78</sup>.

Deve-se notar que, de certa forma, a facção liberal-conservadora das Forças Armadas - que conspira contra o populismo, aplica o golpe e passa a governar o país - vem atender a uma demanda reformista do Estado brasileiro oriunda dos setores da economia em boa parte vinculados ao capital externo, como se pôde posteriormente verificar através do modelo econômico adotado pelo Estado autoritário<sup>79</sup>. A emergência ao poder desse grupo, portanto, significava, pelo menos em tese, que a partir daquele momento a economia brasileira, livre das "amarras" do populismo nacionalista que "assustava" os investidores internacionais através do discurso socializante e de critérios mais ou menos limitadores no que se refere à entrada de capital no país, integrar-se-ia definitivamente à economia capitalista internacional

---

<sup>78</sup> DREIFUSS, René Armand, DULCI, Octávio Soares. *As Forças Armadas e a política*. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.90. Ver também Arquidiocese de São Paulo. *Op.cit.* p.69-71.

<sup>79</sup> Ver Arquidiocese de São Paulo. *Op. cit.*p.60.

polarizada pelos Estados Unidos numa posição de clara submissão. Isto porque, essa "integração" consistiu numa reformulação legal na esfera do Estado para adaptar a economia brasileira às necessidades do capital externo.

Com relação ao antigetulismo, que se consolidou nas Forças Armadas enquanto tendência majoritária no período que vai do início da década de 50 até a deflagração do golpe, este fazia-se parte integrante da conjuntura política de 64 por razões claras.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que esse "sentimento" de repulsa criado em torno da figura de Vargas surge e se alimenta dos efeitos da chamada Guerra Fria. Pouco antes dela, o término da Segunda Guerra Mundial provocou no Brasil, de imediato, um profundo desgaste político no Estado Novo, tendo como consequência a queda de Getúlio em 45. Além disso,

"mesmo que diminutas e incipientes, as conquistas nacionalistas que o Estado Novo trouxera feriam interesses norte-americanos. Setores afinados com os Estados Unidos passam a conspirar para a deposição de Getúlio..."<sup>80</sup>.

No entanto, foi durante o segundo mandato de Vargas (1951-54) que os efeitos ideológicos do conflito faziam-se notar mais enfaticamente. A política populista praticada por Vargas, ao empunhar o nacionalismo enquanto bandeira, criou uma crescente identificação deste, por parte da oposição civil e militar adepta ao liberalismo norte-americano, com a ideologia do bloco "comunista", ainda que

em termos potenciais. A radicalização ideológica criada pela conjuntura internacional se fazia bastante presente na vida política brasileira. O efeito dessa conjuntura sobre o Exército, já manifestado na deposição de Vargas em 45, acentuava-se a cada crise política interna e externa e fazia crescer cada vez mais os grupos militares de oposição ao populismo:

"O agravamento do conflito entre os dois blocos teve efeito imediato sobre o Exército Brasileiro. O Brasil foi o único país latino-americano que mandou tropas para lutar ao lado das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial. Estava ainda bem vivo o sentimento de lealdade ideológica e pessoal resultante da estreita colaboração entre os militares americanos e os brasileiros durante a guerra. Como consequência, a questão do nacionalismo, anteriormente limitada em primeiro lugar a questões de medidas domésticas de economia, subitamente assumiu um significado político muito maior."<sup>81</sup>

A própria personalidade política de Vargas, de caráter eminentemente conciliatório e que nos anos imediatamente posteriores à "Revolução de 30" foi bastante eficiente na tarefa de arregimentar interesses tão díspares como os dos grupos que integraram o chamado "pacto populista", tornava-se naquele momento ineficaz diante da radicalização política imposta pela Guerra Fria. Percebia-se isso na incapacidade de Getúlio - fato não muito comum em sua história política - em governar o Brasil da década de 50, posto que o ambiente político de então requeria sobretudo uma postura de absoluta clareza diante do conflito internacional. Sua

---

<sup>80</sup> Ibidem. p.56.

tentativa de unir no governo grupos políticos notadamente antagônicos (como o PTB e a UDN), em outros tempos não causaria a instabilidade político - institucional que se fez notar no período anterior a seu suicídio.

A consolidação de uma postura antigetulista dentro do Exército parece ter ocorrido justamente quando Vargas tentou ampliar sua base de apoio junto aos grupos nacionalistas organizados<sup>82</sup>. No limite, o Exército entendeu que isso significava que Vargas, em vez de posicionar-se contra qualquer tipo de prática política que possibilitasse poder de participação dos grupos de esquerda junto ao Estado, radicalizou seu posicionamento no extremo oposto às exigências dos "novos tempos" . Aliás, as duas vezes ( 1954 e 1964) em que líderes populistas ameaçaram romper o "pacto" nacional a favor das massas populares (pelo menos na concepção das Forças Armadas), o argumento do Exército para justificar as intervenções e os conseqüentes rompimentos da ordem constitucional pautava-se sempre na obrigação, por parte das Forças Armadas, de defender a "segurança nacional" ameaçada pelos movimentos "subversivos" de esquerda não apenas mal controlados, como também "criados" e "incentivados" pelo Estado populista. Esse argumento, evidentemente, refletia o posicionamento dos militares brasileiros frente à Guerra Fria e seus desdobramentos, iniciado no governo Dutra e ratificado pela "Revolução". Como lembram Maria C. D'Araújo, Gláucio A. D. Soares e Celso Castro, desde a década de cinquenta,

---

<sup>81</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Op. cit., p.138.

<sup>82</sup> *Ibidem.* p.162.

"grande parte do esforço doutrinador das escolas militares foi voltado para a construção e sedimentação de valores contrários ao comunismo. Este esforço foi legitimado pelo conflito ideológico da guerra fria, levando a que teses anticomunistas já estivessem no centro dos acontecimentos quando do golpe de 1964."<sup>83</sup>

Desta forma, os líderes do movimento golpista de 64, em companhia de parte dos militares nacionalistas dissidentes das facções populistas que apoiaram João Goulart, pretenderam sobretudo, como mencionei anteriormente, extirpar o populismo da política brasileira e o que ele representava naquele momento. Para isso, o golpistas acabaram se favorecendo de uma conjuntura internacional oriunda da Guerra Fria totalmente avessa às práticas populistas de Vargas e de seu legado político. Como vimos, ainda que no nível da retórica, o populismo tendia a permitir um “ensaio” de participação política das massas trabalhadoras, entendido como “perigoso” e “ameaçador” pelo conjunto das classes dominantes.

### ***O pós-golpe***

A intervenção militar na vida brasileira no período que se seguiu ao golpe foi brutal. De maneira geral, pode-se afirmar que o Estado ditatorial atuou e exerceu controle sobre praticamente todas as esferas da sociedade brasileira. Segundo um dos trabalhos que analisam o período,

---

<sup>83</sup> D'ARAUJO, Maria, SOARES, Gláucio A. C., CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. 1.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.20.

“Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do que isso, as Forças Armadas, naquele espaço de tempo, detiveram, soberanas, o monopólio da coerção político-ideológica.”<sup>84</sup>

Após o golpe, no intuito de ampliar a esfera de poder do Executivo, os militares foram suspendendo aos poucos a participação política do poder Legislativo e do Judiciário. Através da promulgação do primeiro de uma série de Atos Institucionais impostos pelo regime, o governo iniciou uma mudança radical nas regras da conturbada política democrática praticada no Brasil desde 1945.

Sob o pretexto de acabar com a incapacidade dos poderes constitucionais existentes, de frear os movimentos populistas de esquerda e de promover "a restauração da ordem interna e o prestígio internacional de nosso país", o autodenominado "Comando Revolucionário" (Composto principalmente pelos militares que lideraram o golpe) rompia, logo de início (abril de 1964), com qualquer compromisso democrático, dando poderes ilimitados ao Presidente da República.

Quanto à questão da legitimidade do regime político nascido de um golpe, os militares limitavam-se a afirmar que

---

<sup>84</sup> Ibidem. p.10.

"a Revolução se distingue de todos os outros movimentos armados pelo fato de representar não os interesses e a vontade de um grupo, mas os interesses e a vontade de uma nação", e que portanto "a Revolução vitoriosa legitimava-se por si própria".<sup>85</sup>

O primeiro militar a assumir a Presidência da República após o golpe foi o então Chefe do Estado Maior do Exército e coordenador da conspiração militar que derrubou Goulart, general Castelo Branco, apoiado pela esmagadora maioria dos golpistas civis e militares. Castelo assumiu no dia 11 de abril de 1964.

Os principais objetivos do governo Castelo Branco eram tirar definitivamente de cena os grupos organizados de esquerda que haviam conseguido ampliar sua esfera de atuação no Brasil principalmente durante o governo Jango, bem como estabilizar a economia reorganizando o sistema financeiro e a dívida externa e, sobretudo, institucionalizar a "Revolução".

Em outubro de 1965, o governo baixou o AI-2, objetivando tornar mais difícil qualquer vitória eleitoral da oposição através da abolição dos partidos políticos então existentes. Os militares optaram por um sistema político bipartidário, representado pelo MDB (partido da oposição "consentida") e pela ARENA (partido do governo). Tal Ato refletia o descontentamento dos setores mais radicais do oficialato com o resultado das eleições estaduais de 1965, quando a oposição venceu em 5 dos 11 estados que disputou, chegando ao poder inclusive em Minas e Guanabara, duas regiões politicamente importantes para o governo federal.

---

<sup>85</sup> Comando Revolucionário. Ver SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo à Tancredo*(1964-1985). 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p

Em sua tentativa de concretizar seu principal objetivo, qual seja, institucionalizar a revolução, o governo impôs, em 1967, uma nova carta constitucional ao país. Essa carta, caracterizava-se, basicamente, por determinar a ampliação do poder Executivo em detrimento dos demais, Legislativo e Judiciário. A nova carta constitucional tornava também indireta a eleição para Presidente da República e sintetizava os Atos Institucionais impostos até então pelos militares<sup>86</sup>. Além disso, a nova constituição continha, além da Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional, justificada "em função da crescente obsolescência da Lei 1802, de 53, que até então regulava a matéria sem ter incorporado a posterior evolução do pensamento militar, cada vez mais voltado para as questões relativas à sublevação da ordem interna e a necessidade de dotar o Estado de instrumentos eficazes de autodefesa"<sup>87</sup>.

Em suma, o governo Castelo Branco entregou grandes poderes a seus sucessores, concedendo instrumentos extremamente arbitrários ao Executivo, neutralizando, assim, qualquer tentativa de contestação ao regime pelas vias legais.

A partir da nova carta constitucional, outorgada em 1967, o regime militar tendeu gradualmente à ditadura pura e simples e com poucos disfarces de normalidade, simulados através de esporádicos períodos de submisso funcionamento do Congresso Nacional. No entanto, é preciso notar que os períodos de

---

<sup>86</sup> Ibidem. p. 48.

<sup>87</sup> CRUZ, Sebastião C. Velasco e, MARTINS, Carlos Estevam. Op.cit. p. 23. Ver também DREIFUSS, René Armand, DULCI, Otávio Soares. "As Forças Armadas e a política". In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.90.

“funcionamento” do Congresso foram importantes ao governo na medida em que, neste momento, o regime tentava através do Legislativo formular uma espécie de “legitimação autoritária”<sup>88</sup>, ou seja, além de outros artifícios, os militares fizeram uso do Congresso Nacional para tentar associar publicamente ditadura e atuação parlamentar, buscando evidentemente criar uma imagem de que o país apesar da intervenção militar tinha seu sistema de poder funcionando normalmente.

O golpe fatal dado pelo regime aos seus opositores decorreu do chamado Ato Institucional número 5, o já famoso AI-5, editado no dia 13 de dezembro de 1968 pelo sucessor de Castelo Branco, presidente Arthur da Costa e Silva. O AI-5 acentuou a militarização do regime e resultou de uma série de manifestações de várias frentes de oposição à ditadura que vinham se avolumando desde o início de 1968:

“Não é possível relatar em poucas palavras a variedade, a quantidade e a intensidade das lutas travadas durante aqueles nove meses nos principais centros urbanos do país. Os estudantes (universitários e secundaristas) constituíram sem dúvida a vanguarda do movimento de contestação que se manifestou na forma de greves (localizadas e nacionais), comícios (organizados ou relâmpagos), passeatas (isoladas ou apoiadas pela população), choques violentos com as forças repressivas (em conflitos de rua ou invasões de escolas). A simpatia da população, o apoio da Igreja, a intelectualidade e o MDB, a influência da rebelião de maio na França, a revolta gerada pela truculência das ações policiais, tudo contribuía para que a agitação estudantil batesse às portas do mundo do trabalho. Em 22 de abril eclodiria em Minas a primeira greve operária de

---

<sup>88</sup> REIS, Fábio Wanderley. *Os Partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Símbolo. Páginas prefaciais.

grande vulto desde 1964, com a paralisação de cerca de sete mil trabalhadores. Em meados de julho, seria a vez de São Paulo parar, com a famosa greve de Osasco. Em setembro, houve novas ameaças de greve em Minas, seguidas de outras, no Rio, por parte dos bancários. No mesmo mês de setembro, os ministros militares representam junto ao presidente da República contra os discursos pronunciados pelo deputado Márcio Moreira Alves, considerados ofensivos pelas Forças Armadas. Antes e depois, sucederam-se as manifestações de temor por parte das lideranças empresariais, assim como os estados de prontidão da tropa e as reuniões de emergência do Alto Comando e do Conselho de Segurança Nacional. Em novembro, o arcebispo de Olinda, d. Helder Câmara, lança no Nordeste o movimento ‘Ação, Justiça e Paz’, organizado para lutar contra as estruturas arcaicas entre as quais se incluíam a educacional e a trabalhista... e se acrescentava... a agrária. Bombas de verdade, mas isoladas e esparsas, já haviam explodido em vários pontos do país.”<sup>89</sup>

Portanto, o ambiente político que culmina na edição do AI-5 estava extremamente tenso e desfavorável ao governo. Em função disso, no entender das Forças Armadas, as manifestações dos setores oposicionistas deveriam ser combatidas somente com nova acentuação do autoritarismo, único instrumento capaz de detê-las.

Como decorrência desse “diagnóstico” militar sobre a sociedade brasileira, esse ato institucional concedeu plenos poderes ao Presidente da República e, obviamente, ao regime para perseguir e punir aqueles que vinham se manifestando,

---

<sup>89</sup> CRUZ, Sebastião C. Velasco e, MARTINS, Carlos Estavam. Op. cit. p.33-34.

pelas vias "legais" ou não, contra o governo. Segundo alguns analistas<sup>90</sup>, aliás, a luta armada no Brasil, representando a chamada investida "ilegal" da oposição contra o regime naquele período, em muito contribuiu para criar um clima no país que sugeria certa impotência do governo para controlar essas e outras manifestações civis e a conseqüente decisão castrense de editar tal Ato. Este instrumento arbitrário de poder suspendeu todas as garantias civis em nome da guarda e do respeito à "Segurança Nacional" e, para completar, concedeu ao poder Executivo o direito de legislar. O AI-5

"abolía, por prazo indeterminado, os limites constitucionais antepostos à ação governamental. Dali para diante, o presidente passava a ter à sua disposição, um formidável arsenal de poderes excepcionais, ficando autorizado a: 1) decretar o recesso do Congresso e demais casas legislativas; 2) decretar intervenções em estados e municípios; 3) cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão; 4) remover, aposentar ou reformar quaisquer titulares de cargos públicos; 5) decretar o estado de sítio e fixar seu prazo de duração; 6) decretar o confisco de bens; 7) suspender garantias constitucionais referentes às liberdades de reunião e de associação; 8) estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões públicas"<sup>91</sup>.

Ou seja, a partir de dezembro de 68, a ditadura militar brasileira pôde ampliar a repressão sobre a sociedade civil, legalizando inclusive diversas práticas coercitivas como por exemplo a tortura, além de legislar em causa própria.

---

<sup>90</sup> Ver, por exemplo, o texto de Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins. Op.cit. p. 36.

<sup>91</sup> CRUZ, Sebastião C. Velasco e, MARTINS, Carlos Estevam. Op.cit. p.37.

### *O governo Médici e a estrutura repressiva*

É neste cenário e com esses poderes que nasce o governo do general Emílio Garrastazu Médici, Presidente do período notadamente mais autoritário da ditadura militar brasileira.

A acentuação considerável da repressão política foi um traço característico de seu governo. Em boa parte, esse fator decorre de uma certa autonomia cedida aos órgãos que compunham o aparelho repressivo do Estado brasileiro que, vendo aberta essa possibilidade, passaram a atuar contra os setores de oposição de forma absolutamente implacável. Esse caráter "autônomo" do sistema repressivo montado no período tornou-se possível porque, tal sistema,

"se previa coordenação, dava amplas brechas para que faltasse controle e para que em nome da segurança nacional, métodos e sistemáticas não regulamentares fossem melhor desempenhados."<sup>92</sup>

O sistema repressivo do Estado brasileiro foi totalmente reformulado no final da década de sessenta e começo da década seguinte e se caracterizou, sobretudo, por sua complexidade em termos de comando.

Ao lado dos Centros de Informações do Exército (CIE), da Aeronáutica (CISA) (este último criado em 1968 e reestruturado em 1970), e da Marinha

(CENIMAR), reestruturado em 1971, o sistema repressivo do regime militar, em especial no período Médici contava também com os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), com os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), os DEOPS e, no início, com a Operação Bandeirantes (OBAN). Os CODIs surgem com o objetivo de tentar coordenar as ações dos vários órgãos que compunham o "sistema", evitando possíveis contratempos entre esses órgãos e potencializando ao máximo suas capacidades de ação. Entre as funções do CODI

"incluíam-se fazer o planejamento coordenado das medidas de defesa interna, inclusive as psicológicas, controlar e executar essas medidas, fazer ligação com todos os órgãos de defesa interna, coordenar os meios a serem utilizados nas medidas de segurança."<sup>93</sup>

A OBAN<sup>94</sup>, dentre os órgãos de repressão que atuaram no governo Médici, parece ter sido o de maior autonomia, o que se explica em boa parte por sua natureza heterogênea, cuja composição resultava de uma fusão entre grupos civis e militares. A atuação da OBAN visava perseguir e "desmontar" os grupos armados de oposição ao governo agindo sempre de forma constataadamente violenta. Para Maria C. D'Araújo, "sua filiação institucional ambígua assegurou-lhe carta branca para agir e impunidade para seus atos."<sup>95</sup>

---

<sup>92</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. Op.cit. p.19.

<sup>93</sup> Ibidem. p.17.

<sup>94</sup> A Operação Bandeirantes (OBAN) foi criada em 1969 e era oficialmente composta por efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Política Estadual, Departamento de Polícia Federal, Polícia Civil, Força Pública e Guarda Civil. Essa organização oficial recebia verbas de várias empresas multinacionais, como a Ford, a GM e outros. Ver Arquidiocese de São Paulo. Op.cit. p.73

<sup>95</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina, Op.cit. p.17.

Dada sua complexidade hierárquica, segundo a qual esses órgãos repressivos deveriam subordinar-se ora aos comandantes das zonas militares e civis locais, ora ao chefe maior de suas respectivas forças, não houve, ao que parece, um comando centralizado e, por isso mesmo, diretamente responsável pelos atos repressivos. Mesmo que legalmente e em última instância os comandantes pudessem ser responsabilizados, dada a própria natureza hierárquica dos organismos militares, tal feito não interessava ao governo, que fazendo uso dessa situação conseguia, pelo menos naquele momento, abster-se de responder por esses órgãos.

Tal sistema repressivo foi usado para combater os chamados inimigos ideológicos do regime, bem como a luta armada no Brasil que se manifesta em termos cronológicos de forma mais constante justamente no período de governo de Médici.

Importante lembrar que, ao contrário do que muitos militares defendiam, a reorganização desse sistema não consiste numa reação aos movimentos de oposição à ditadura que, em decorrência da conjuntura interna e externa daquele período, manifestavam-se através da luta armada. Em verdade, a montagem e reorganização do sistema repressivo no Brasil correspondia a uma necessidade sentida pelos militares mesmo antes do golpe e já inicialmente concretizada durante o governo Castelo Branco, através da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), com a coordenação de um dos "mentores" do regime militar, general Golberi do Couto e Silva. Portanto, a reestruturação desse "sistema" remontava ao período anterior ao surgimento da luta armada no Brasil.

Um traço característico do período - que colaborava para essa relativa "autonomia" das instituições repressivas no período Médici - foi a própria falta de coesão interna das Forças Armadas que, apesar de externamente buscarem manter a imagem de um corpo militar coeso e obediente à ordem hierárquica que caracteriza essas forças, dentro dos quartéis viviam intensas tensões. Aliás, as desavenças ideológicas dentro das Forças Armadas brasileiras em torno da problemática de qual deveria ser a relação entre os militares e a sociedade civil se manifestavam, para restringir a análise apenas ao período da ditadura, desde o governo Castelo Branco.<sup>96</sup>

Outro fator relativo ao sistema repressivo do Estado militar que merece destaque é o fato de, apesar das dificuldades de comando acima apontadas, das três forças castrenses, ter sido o Exército que exerceu maior comando desse processo. Isso ocorreu porque, apesar dos centros de informação estarem subordinados cada um ao chefe de sua força, ou seja, ao ministro, o DOI-CODI estava diretamente subordinado aos comandos do Exército.

Em suma, conforme comentário de Maria D'Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro,

"O 'sistema', a comunidade de informações fazem parte de um bem articulado plano que procurou não só controlar a oposição armada mas também controlar e direcionar a própria sociedade."<sup>97</sup>

---

<sup>96</sup> Ver MARTINS Filho, João Roberto. Op.cit. p.52

<sup>97</sup> Ibidem. p.17.

Esse sistema de repressão arquitetado pelo regime e que atuou mais assiduamente durante o período Médici proporcionou a esse governo, conforme constatado em dados estatísticos<sup>98</sup>, uma liderança absoluta no que se refere à quantidade de opositores ao regime desaparecidos, torturados e mortos. Para citar apenas um dado, dos desaparecimentos constatados durante o período de 1964-1984, praticamente 80% ocorreram no governo Médici.

Além do respaldo advindo do AI-5 e das possibilidades legais de repressão abertas por ele, Médici contou também durante seu mandato com a continuidade de um processo iniciado no governo Costa e Silva de uma conjuntura econômica externa excepcionalmente favorável, em decorrência principalmente da expansão do fluxo de capitais norte-americanos<sup>99</sup> que possibilitou, por parte da nossa economia, um espantoso crescimento médio de 10% ao ano, internamente potencializado pelo intenso arrocho sobre o salário da classe trabalhadora, assunto que trataremos mais à frente.

Esses dois fatores - a legalização total e irrestrita da repressão através principalmente do AI-5, justificada em parte pelo combate à luta armada, e um relativo sucesso no setor econômico -, são elementos importantes para buscar entender o governo Médici e suas singularidades em relação aos outros governos militares.

---

<sup>98</sup> Ver D'Araujo, Maria Celina. Op.cit. e o projeto *Brasil: Nunca Mais*.

<sup>99</sup> Ver IANNI, Octávio. *Imperialismo...*, Op. cit., p.19.

## *As características políticas e a imagem do governo*

Em termos políticos, o período Médici representou, se o compararmos com os outros governos militares, para a maior parte dos brasileiros, ao contrário do que vinha se efetivando de fato, um momento de aparente "tranquilidade" e estabilidade política. Essa imagem, criada junto a uma parcela significativa da sociedade civil, pôde ser sustentada por uma combinação ímpar na história brasileira: por um lado, o governo fazia pleno uso do AI-5 para senão eliminar totalmente, pelo menos calar "legalmente" a oposição através da repressão e da censura; por outro, o regime colhia, como citamos acima, os frutos do que se convencionou chamar de "milagre econômico", mostrando à sociedade que de fato o futuro promissor de nosso país, tão exaltado pelos militares, havia enfim chegado. Sem esquecer o uso que o governo fez da conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970, fator que viria a completar os elementos que compunham o cotidiano do "país do futuro".

Em verdade, essa associação entre autoritarismo político e crescimento econômico experimentada de forma privilegiada no período Médici, refletia a filosofia de governo imposta pela ditadura militar brasileira desde 64, e que correspondia à necessidade dos setores nacionais economicamente dominantes de implantar, sob a égide do Estado autoritário, um modelo de desenvolvimento onde a associação da economia nacional ao capital externo fosse conduzida prioritariamente pelas práticas político-econômicas governamentais. Em termos gerais,

“a modernização visada sob o lema de ‘desenvolvimento com segurança’- na lapidar formulação sintética, descoberta nos Estados Unidos- dissocia-se do modelo de civilização imperante nas nações hegemônicas. Ela negligencia ou põe em segundo plano os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva, que operariam, na prática, como obstáculos à transição para o capitalismo monopolista. Na periferia, essa transição torna-se muito mais selvagem que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e a longo prazo, entre democracia, capitalismo e autodeterminação.”<sup>100</sup>

Do ponto de vista da organização política, pelo menos no que se refere especificamente à elite castrense que detinha o poder, a posse de Médici caracterizou-se pela derrubada do sistema de poder hierárquico instaurado em 1964 em prol de uma divisão “horizontal” do poder. “A nova estrutura desmonopolizava a função de direção política, entregando-a a uma espécie de colegiado. A junta, cuja presidência era exercida por rodízio entre os três ministros militares, foi a primeira materialização desse novo acordo.”<sup>101</sup>. Essa nova sistemática de poder consolidada com a ascensão de Médici permite, ao menos em parte e como pano de fundo, compreender a raiz da relativa “autonomia” cedida pelo governo aos órgãos de segurança no combate à luta armada e suas implicações no substancial aumento da repressão no período, conforme discussão que fizemos anteriormente. Talvez essa relativa “autonomia” tenha consistido numa manifestação prática desse acordo, onde

---

<sup>100</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa...*, Op. cit., p.254.

<sup>101</sup> CRUZ, Sebastião C. Velasco e, MARTINS, Carlos Estevam. Op.cit. p.40.

uma participação distributiva no sistema de repressão entre as três Armas simbolizaria nova “divisão horizontal de poder”.

Do ponto de vista do processo intramilitar, a eleição de Médici teve as seguintes características:

- “a) foi tomada pelo estrato superior da burocracia militar (os generais de 4 estrelas);
- b) obedeceu a critérios burocráticos de hierarquia e representação corporativa;
- c) impediu o risco maior para o Exército como burocracia dominante: sua desagregação pela proliferação de tendências e facções, que o predomínio da tendência nacionalista e a cristalização de uma oposição acarretariam;
- d) implicou, portanto, numa conciliação entre correntes do Exército.”<sup>102</sup>

O governo Médici representou um período do regime militar onde, no que se refere ao exercício do poder, “implantava-se um modelo relativamente estável de dominação burguesa.”<sup>103</sup> Esse modelo caracterizou-se sobretudo pelo caráter tecnocrático da administração pública, onde o Estado burocrático-militar passa a fazer uso de políticas que vão ao encontro de sua base social de apoio: “com elas se beneficia a burguesia internacionalizada, o próprio grupo militar, as classes médias ascendentes, especialmente os segmentos profissionais e tecnocráticos e, enquanto houver crescimento econômico, alguns setores das camadas populares, sempre e quando o governo sustente políticas redistributivas.”<sup>104</sup>

---

<sup>102</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político...*, Op. cit. ,p78.

<sup>103</sup> Ibidem. p.78.

<sup>104</sup> Ibidem. p.79.

De uma maneira geral, pode-se dizer que o governo em questão caracterizou-se pelo fortalecimento do poder de Estado, altamente coeso e burocratizado, cuja prioridade maior foi dar sustentação ao crescimento econômico ao mesmo tempo em que o sistema repressivo, fortalecido pela unidade das Forças Armadas oriunda do combate à luta armada, chegou a níveis de atuação singulares na história da ditadura militar brasileira. Segundo análise de Fernando Henrique Cardoso,

“Esse sistema, simultaneamente centralizado, burocrático e empresarial, tem sido capaz de gerar políticas, propor objetivos, e de mobilizar simbolicamente a população por intermédio de ideais de fortalecimento da Pátria. Ele procura legitimar-se... graças aos êxitos econômicos. As críticas à repressão são respondidas com cifras sobre o desenvolvimento...”<sup>105</sup>

No entanto, era necessário que o regime militar fizesse chegar à sociedade brasileira a sua leitura sobre o Brasil do início da década de setenta. Essa “leitura” consistia basicamente em creditar ao Estado autoritário a responsabilidade pelo dinamismo administrativo que captava investimentos e, graças à intensa repressão, garantia a ordem interna impedindo as manifestações da oposição.<sup>106</sup> Por isso, o governo Médici fez constante uso dos meios de comunicação para divulgar seus feitos e, principalmente, para criar junto à sociedade uma imagem “positiva” de si, ao mesmo tempo em que impunha extrema censura à imprensa, impossibilitando-a

---

<sup>105</sup> Ibidem. p.81.

de divulgar ao público nacional opiniões que destoavam da mística do "Brasil grande" . Essa foi a maneira encontrada pelo governo Médici para, a despeito da intensa repressão e supressão dos direitos humanos e das drásticas conseqüências para o país do destacado crescimento econômico que caracterizaram o período, tentar se fazer passar naquele momento por um governo eficiente e de imenso sucesso.

O governo Médici fez uso de sua Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e dos meios de comunicação privados para atingir o objetivo de se “comunicar” com a sociedade. Por isso, antes de tratar especificamente da propaganda produzida pela revista *Manchete*, faz-se necessário analisar as características gerais da propaganda produzida pela AERP.

---

<sup>106</sup> DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil- o governo Médici (1969-1964)*. São Paulo: Global, 1986.

## ***Aerp: a propaganda oficial do regime***

*"...formei [na Aerp] a convicção do que podem realizar os verdadeiros homens de comunicação se quiserem colocar seu trabalho a serviço da construção de um grande país."*

Octávio Costa, chefe da Aerp no governo Médici

A Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas), foi criada durante o governo Costa e Silva com o objetivo de centralizar os órgãos governamentais de propaganda<sup>107</sup>. Composta basicamente por sociólogos, psicólogos e jornalistas, foi utilizada pelo regime com maior intensidade durante o período de governo do general Médici.

Para Carlos Fico, a criação da Aerp decorre principalmente da necessidade sentida pela cúpula castrense de estabelecer um canal de comunicação entre o governo e a sociedade civil. Essa "necessidade" fundamentava-se na péssima imagem que a opinião pública guardava do regime, constatada nas pesquisas de opinião pública encomendadas pelo governo desde o início da ditadura. Segundo os assessores do governo, a sociedade brasileira estava "mal informada" sobre o trabalho que os militares vinham fazendo após a "Revolução" e, para reverter essa visão negativa da sociedade para com o regime, bastaria o diálogo entre o governo e

---

<sup>107</sup> Ver SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo...*, Op. cit.,

o povo. Tratava-se, portanto, de fazer, junto à população, um trabalho de "esclarecimento" para por fim à impopularidade do regime militar.

Conforme afirmei no início deste trabalho, a necessidade da criação da Aerp não era uma questão consensual dentro do círculo governamental, tendo em vista que poder-se-ia acusar o governo, eminentemente "revolucionário", de estar fazendo uso de uma tática propagandista característica dos governos populistas de Vargas e seu DIP ( Departamento de Imprensa).

Apesar da negação do personalismo como forma de justificar a singularidade das práticas da Aerp, algumas temáticas das campanhas dessa assessoria se assemelhavam às do DIP. Segundo Fico,

"muito embora os chefes da Aerp ... negassem constantemente qualquer semelhança com o DIP e se empenhassem em não fazer propaganda exaltando os líderes militares, a verdade é que os temas de conagração racial, do caráter positivo do povo, do trabalho, da solidariedade e outros... estavam presentes na propaganda do Estado Novo. Mesmo a ausência de propaganda personalista- sempre apresentada como prova da diferença entre a Aerp e o DIP- deve ser vista também de outro ponto de vista: seria muito difícil sustentar um tal tipo de propaganda num veículo como a TV. A maior diferença entre a propaganda do DIP e da Aerp está, aliás, na questão técnica."<sup>108</sup>

Inicialmente, a chefia da Aerp foi entregue ao coronel Hernani d'Aguiar, homem próximo do presidente Costa e Silva, e que participou do grupo que definiu

---

<sup>108</sup> FICO, Carlos. Op.cit. p.89.

inicialmente quais seriam os objetivos da Aerp: "Motivar a vontade coletiva para o esforço nacional do desenvolvimento".<sup>109</sup> Na verdade, a Aerp foi criada oficialmente para ser uma simples "assessoria" e não um "serviço nacional". O decreto de 15 de janeiro de 1968 tratava, em essência, de reformulações na estrutura da Presidência da República e, entre várias providências criava a Aerp.

Os propósitos da criação da Aerp foram bastante diferenciados tendo em vista que, além de tentar projetar uma imagem positiva do governo, caberia a ela também estabelecer, "em coordenação com os ministérios, calendário anual do executivo, assinalando fatos rotineiros ou não, suscetíveis de provocar o interesse público, seja, a criação de 'eventos' capazes de multiplicar esse interesse - o milionésimo transportado pela CAN, o imigrante n. 500.000 etc."<sup>110</sup>

Segundo Carlos Fico, com relação à Aerp,

"não se pode falar de um projeto de propaganda política muito claro - como o foi o projeto de criação do SNI - ou que empolgasse da mesma maneira os militares. Aquilo que, para os setores letrados e críticos da sociedade, parecia um arranjo de propaganda muito bem estruturado resultou, na verdade, de algumas iniciativas pessoais ou setoriais, não contando em muitos casos com a simpatia de vários grupos da oficialidade."<sup>111</sup>

---

<sup>109</sup> Ver FICO, Carlos. Op.cit.

<sup>110</sup> Brasil/Presidência da República/Aerp, 1968c: 34. apud FICO, Carlos. Op.cit.

<sup>111</sup> FICO, Carlos. Op.cit. p.93.

No entendimento de Fico, portanto, a centralização da propaganda governamental promovida pela Aerp não surge enquanto uma proposta clara de reação, por parte do governo, aos movimentos de protesto contra o regime militar, encabeçados principalmente pelo movimento estudantil. Segundo o autor, embora muitas vezes ex-integrantes da Aerp tenham afirmado que as contestações do período haviam sido uma causa determinante para a institucionalização da propaganda política, "cabe destacar que, na verdade, tais manifestações oposicionistas se intensificariam realmente em 1968, depois da criação da Aerp..."<sup>112</sup>

Apesar da Aerp ter sido aparentemente pensada por Hernani d'Aguiar, foi sob o comando de seu sucessor, Octávio Costa, que ela alcança sucesso junto à opinião pública. Isto porque o período em que Octávio Costa (Governo Médici) ocupa a chefia dessa assessoria parece ter sido, em termos conjunturais internos (crescimento econômico) e externos (baixa do preço do petróleo e aumento do fluxo de capitais investidos no Brasil advindo principalmente dos Estados Unidos), o momento mais propício à divulgação de uma imagem positiva do governo.

O coronel Octávio Costa aparentava pensar o combate à oposição armada durante o governo Médici de forma diferente da imensa maioria dos militares que ocupavam os cargos de comando do sistema repressivo. Segundo ele, havia por conta disso uma certa atmosfera de descrédito entre os militares em torno do trabalho de propaganda proposto pela Aerp. O próprio SNI e os demais órgãos que

---

<sup>112</sup> FICO, Carlos. Op.cit. p.92.

compunham a rede de informações do governo, por exemplo, viam-no com certo desprezo, e o qualificavam como sendo um "alienado"<sup>113</sup>. Para o coronel, a luta armada e o processo de progressivo aumento da repressão após 68 deveria ter sido acompanhado de um grau maior de comunicação entre o governo e a sociedade brasileira, para que o regime tentasse através da propaganda amenizar a tensão popular criada em torno daquele ambiente de radicalismo político. Esse tipo de proposta de ação governamental era praticamente desprezado pela chamada "linha dura" das Forças Armadas que via na repressão armada o caminho mais seguro e eficiente para acabar com a oposição. Nas palavras de Costa,

"Não achava que a repressão fosse o único caminho. Estava convencido de que uma campanha de comunicação que substituísse os valores da violência pelos valores da compreensão, do amor ao país, de desarmamento de espíritos, poderia contribuir, ainda que em pequena escala, para que a situação se normalizasse..."<sup>114</sup>

Em entrevista concedida a Fico, Octávio Costa sugere que, em termos gerais, a propaganda produzida pelo regime não tinha um caráter especificamente político. Fico demonstra que a propaganda da Aerp tinha um conteúdo aparentemente desprovido de uma conotação política e que revelava, sobretudo, uma preocupação do governo em não identificá-la como uma assessoria pública política.

---

<sup>113</sup> Ver entrevista de Octávio Costa concedida a Maria Celina D'Araujo, Gláucio Dillon Soares e Celso Castro publicada no livro já citado.

<sup>114</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. Op.cit. p.271.

Segundo Costa "a arte de comunicar não é a arte de vender a imagem ótima... de um governo, mas a arte de apresentá-la verdadeira".<sup>115</sup>

A estratégia retórica, portanto, consistia em negar o que o governo na verdade praticava e jamais poderia admitir pelos motivos já expostos: a ditadura estava fazendo propaganda política.

Essa propaganda objetivava amenizar o ambiente de radicalização política vivido principalmente no final do governo Costa e Silva e início do governo Médici e, conseqüentemente, criar uma aparente atmosfera de consenso em torno do "desenvolvimento" econômico daquele período ou, para ser mais preciso, "milagre econômico". Desse modo, a propaganda política do governo elaborada pela Aerp pode ser definida, em termos práticos, como uma tentativa de "propaganda política despolitizada".<sup>116</sup>

Para Fico, dedicando-se apenas a campanhas de cunho "cívico e educativo",

"a propaganda governamental pretendia se passar por inofensiva, de utilidade pública, o instrumento criador de uma atmosfera da paz, de concórdia, algo que soava enigmático vindo de um regime autoritário: 'a comunicação (...) está voltada, principalmente, para o estímulo a um estado de espírito'."<sup>117</sup> A propaganda oficial do regime tentava "levar uma palavra de concórdia, de amor; os críticos do governo estavam a serviço da discórdia e do desamor - espalhavam tristeza."<sup>118</sup>

---

<sup>115</sup> Costa, 197-d: 156. apud FICO, Carlos. Op.cit. p.95.

<sup>116</sup> FICO, Carlos. Op.cit., p.124.

<sup>117</sup> Ibidem. p.98.

<sup>118</sup> Ibidem. p.124.

Deve-se destacar a capacidade da Aerp em identificar como sendo do governo idéias de "Brasil" que na verdade pertenciam há tempos à cultura brasileira e ao imaginário popular. Aliás, uma das questões principais apontadas pela análise de Fico é a não originalidade da visão de Brasil contida nas propagandas da Aerp. A leitura do Brasil enquanto um país que, por suas qualidades naturais, pela singularidade da composição étnica de seu povo etc. projetar-se-ia necessariamente nos caminhos da construção de um grande país já se fazia presente na literatura e entre os círculos da elite brasileira desde o Brasil colonial.

Porém, para tentar transmitir um caráter não oficial à propaganda política do regime, a Aerp desenvolveu um trabalho de "re-significação" de um material histórico preexistente, fundado em mitos e estereótipos clássicos da "brasilidade". Segundo Fico, ao contrário da propaganda política estatal clássica, a Aerp não referiu o material acima citado "a um partido ou a um ditador: pretendeu dirigir-se diretamente à 'alma nacional', sem recorrer a esses 'intermediários', transparecendo assim um caráter não oficial"<sup>119</sup>

Em termos gerais, o autor defende que, grosso modo, o regime militar brasileiro criou uma propaganda política singular, que, para alcançar um ótimo grau de propagação, "se travestia de 'despolitizada', calcando-se em valores fundados num imaginário forjado por vasto material histórico"<sup>120</sup>.

Ao avaliar as poucas reflexões existentes sobre a propaganda política que o regime militar brasileiro produziu, Fico faz uma crítica ao que ele qualifica como

sendo "análises mecânicas" referentes à propaganda política. Para ele, não se pode entender essa questão a partir da ótica tradicional da manipulação ideológica, onde a propaganda constitui-se numa "máquina de controle ideológico", surgida enquanto reação do regime aos movimentos mobilizatórios da sociedade. Segundo o autor, são grandes as limitações desse enfoque, posto que

"a ênfase na intenção, isto é, na análise dos propósitos ideológicos de quem faz a propaganda, tende a originar uma explicação mecânica, que funciona em bases causais simplistas; ou seja, à mobilização social corresponderia uma reação em termos de propaganda que, por sua vez, anularia aquela mobilização."<sup>121</sup>

Penso que, independente desse órgão de propaganda ter surgido como sendo ou não fruto de uma reação do regime à sua oposição, o fato é que a Aerp alcança uma projeção que, a meu ver, a coloca como parte integrante do sistema de comunicação do governo Médici, constituído, além da Aerp, dos meios de comunicação privados controlados, em sua maioria, pelo governo. A Aerp desenvolveu seu papel de "mediadora", para usar a definição daqueles que a criaram, entre um regime nitidamente autoritário e com uma imagem perante a população extremamente negativa ou simplesmente inexistente<sup>122</sup>, e a sociedade brasileira. Evidente que esse trabalho de "mediação" deu-se em bases desiguais, tendo em

---

<sup>119</sup> Ibidem. p.129.

<sup>120</sup> Ibidem. p.129.

<sup>121</sup> Ibidem. p.16.

<sup>122</sup> Em 1968 um documento da Aerp dizia que "não existe a rigor uma imagem formada do governo".

vista que à sociedade civil cabia apenas assistir, ouvir e ler as mensagens produzidas pelos meios de comunicação. Ao unir fatores como autoritarismo, supressão de liberdades, meios de comunicação de massa modernos e com larga cobertura nacional, o regime militar brasileiro criou, como afirma o próprio Carlos Fico, "um dos maiores sistemas de propaganda política de um governo autoritário da época contemporânea"<sup>123</sup>.

A maior parte dos temas de propaganda da Aerp girava em torno da busca da construção de um otimismo com relação ao destino do país que, naquele momento, seria perfeitamente "cabível", dado o "ótimo" trabalho realizado pelos militares. Numa entrevista de Octávio Costa de 1971 publicada no *Jornal do Brasil*, parece transparecer essa questão da busca de um clima de calma e tranqüilidade num momento em que o regime se fazia tão autoritário quanto nunca:

"Ao iniciarmos o trabalho (...) constatamos que a propaganda comercial estava inteiramente contrária aos esforços do governo: vendia mensagens de violência, ódio, rebeldia e até mesmo subversão. Realizamos um esforço junto a todas essas organizações no sentido de sublinharmos essa propaganda comercial para **somar forças com o Brasil** [grifo meu] num clima de amor e participação."

Com relação à recepção dos comerciais elaborados pela Aerp por parte da população, Fico afirma que com certeza interferiam no cotidiano das pessoas, e exemplifica:

---

<sup>123</sup> Ibidem. p.117.

"Certa propaganda que marcava o retorno às aulas mostrava uma criança se vestindo e arrumando seus pertences escolares. Pesquisa posterior da Aerp detectou mudança de comportamento entre escolares, que, segundo pais e professores, 'se mostravam mais independentes e organizados'. Outro comercial que fazia paralelismo entre a feitura de uma pipa, por um garoto, e a construção de uma estrada. Em pouco tempo a Light, empresa de eletricidade, pedia à Aerp que tirasse o comercial do ar, pois aumentara consideravelmente o número de pipas, provocando acidentes na rede elétrica.<sup>124</sup>"

Na leitura de Sebastião Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins, a atuação da Aerp parece ser também significativa. Os autores reiteram o que a maior parte das análises<sup>125</sup> referentes ao regime militar que "citam" essa assessoria de propaganda sugerem: a Aerp desenvolveu, junto à população brasileira, um importante trabalho de propaganda política de caráter eminentemente favorável ao regime e que tinha como linha mestra a construção, junto à população, de uma imagem "positiva" do Brasil naquele período específico da ditadura militar. Para os autores acima citados, o regime procurava exibir, com a Aerp, uma imagem de "um país forte, dinâmico, seguro, em paz consigo mesmo". Para isso, a Aerp

"bombardeava permanentemente a população com a mística do "Brasil Grande", com as evidências dos progressos alcançados e o apelo agressivo dos projetos - impacto, procurando explorar ao máximo o efeito ideológico das políticas sociais

---

<sup>124</sup> Ibidem. p.104.

<sup>125</sup> Ver, por exemplo, SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo...*, Op. cit.,

(PASEP,PRORURAL,FUNRURAL,PROTERRA) e da grandiosidade de alguns empreendimentos...".<sup>126</sup>

Segundo Thomas Skidmore, as ações da Aerp tinham um traço de profissionalismo jornalístico inédito na história brasileira. Beneficiando-se do desenvolvimento tecnológico que munia de possibilidades os meios de comunicação naquele período, tal agência transformou-se, para o autor, "na operação de relações públicas mais profissional que o Brasil já vira."<sup>127</sup> A Aerp era composta por psicólogos, sociólogos e jornalistas, equipe que decidia os temas a serem abordados pelas propagandas do governo e, posteriormente, contratava agências de propaganda para produzir material com conteúdo preestabelecido a ser exposto em jornais, cinemas, emissoras de televisão, etc. Para o autor,

"o tema central da Aerp era a emergência do Brasil como uma sociedade dinâmica original, tendo como pano de fundo o rápido crescimento econômico, então do 10 por cento ao ano."<sup>128</sup>

Em minha visão, a Aerp consistiu, no período de governo do Presidente Médici, em comunhão com os demais órgãos da imprensa privada brasileira, numa agência de propaganda bastante importante no esforço governamental de tentar criar uma relação de causa e efeito entre autoritarismo e desenvolvimento econômico.

---

<sup>126</sup> CRUZ, Sebastião C. Velasco e, MARTINS, Carlos Estevam. Op.cit. p. 40.

<sup>127</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo...*, Op. cit., p.221.

<sup>128</sup> Ibidem. p.223.

Essa relação parece ter sido construída pela Aerp que, segundo fontes oficiais, foi criada com um objetivo aparentemente despretensioso mas, caracterizou-se posteriormente como um dos órgãos de propaganda usados pelo governo que, somado à intensa repressão política e à suspensão da normalidade constitucional, desempenharam suas funções "conciliatórias" e, ainda que nas entrelinhas, externaram a face ideológica do regime.

Nesse sentido, a AERP é entendida neste trabalho como um típico Aparelho Ideológico de Estado. Sua principal função, como tentamos demonstrar no texto, foi disseminar uma ideologia de Estado cujo teor correspondia exatamente às necessidades do governo Médici de associar publicamente autoritarismo político com “desenvolvimento” econômico, mesmo que de forma não tão explícita. A AERP disseminou uma ideologia especificamente dominante, que refletiu as necessidades de classe representadas no Estado nacional. Esse Estado militarizado e cujo modelo econômico não atendia às necessidades e demandas do grosso da população brasileira, divulgou, via meios de comunicação, uma imagem distorcida e mistificada de um país que naquele momento carecia como nunca de um governo que possuísse um projeto que atendesse aos pressupostos mínimos de uma nação moderna e pronta, conforme o discurso governamental, a integrar o rol dos países de economia capitalista avançada. Esse governo, ao contrário do que se divulgava, pôs em prática um projeto econômico cujo modelo atingia seu ápice com o “milagre econômico”, e privilegiava claramente a acumulação de capital por parte de grupos econômicos seletos em detrimento do arrocho salarial da imensa maioria da

população brasileira. Portanto, a ideologia do “país do futuro”, insistentemente divulgada pelo governo através de seus canais de comunicação, correspondia aos interesses de setores sociais específicos, cuja ideologia *de classe* buscava impregnar-se, via Estado, enquanto ideologia da totalidade das classes sociais brasileiras, onde caberíamos “todos nós, 90 milhões, homens e mulheres, trabalhando em comum na construção do futuro em que o Brasil realizaria enfim o seu destino de grandeza e glória.”<sup>129</sup>

Pelo que foi exposto neste texto, a Aerp parece ter produzido uma propaganda estatal "diferente" no que concerne especificamente à sua *forma* de falar de política. Essa "forma" consistia em fazer uso de uma propaganda de conteúdo aparentemente ingênuo, procurando legitimar-se através de uma máscara apolítica. Essa "máscara" esboçava-se na prática da Aerp de não falar, na maior parte das vezes, do regime e sim do "Brasil".

Reiterando a tese deste trabalho, seria importante lembrar que apesar da Aerp ter de fato feito propaganda política, esta não se fez de forma direta e clara. Conforme apontamos no início do texto, o governo militar recusava-se a produzir “oficialmente” propaganda política. As comparações com o DIP de Vargas seriam imediatas e, na avaliação de setores militares, extremamente prejudiciais ao regime<sup>130</sup>. Pode-se dizer que essa avaliação decorria de uma preocupação das Forças Armadas em dissociar suas práticas essencialmente “idôneas” na direção do Estado da dos grupos populistas afastados por elas mesmas; nesse sentido constatar-se-ia

---

<sup>129</sup> CRUZ, Sebastião C. Velasco e, MARTINS, Carlos Estevam. Op.cit. p.42.

pelos observadores mais atentos uma gritante contradição entre o discurso antipopulista e o uso do Estado militar a favor do regime ditatorial, como, na avaliação desses mesmos grupos castrenses, havia feito Vargas através de seu DIP. Oficialmente, o uso da máquina do Estado na manipulação da opinião pública era condenado pela quase totalidade da alta hierarquia das Forças Armadas e, nesse sentido, o máximo que poderia ser feito, via governo, era somente divulgar os feitos concretos do regime. Portanto, “se o DIP fazia propaganda de Getúlio Vargas, a AERP/ARP pautar-se ia pela ‘impessoalidade’”.<sup>131</sup> Por conta disso, “era visível alguma hesitação por parte dos militares em efetivamente consolidar um sistema de propaganda política.”<sup>132</sup> Especialmente no período Médici - como, veremos adiante, *Manchete* fazia questão de defender - militares e civis que integravam o governo pregavam acima de tudo a necessidade da “lisura” no trato da coisa pública enquanto pressuposto para ocupar cargos de destaque no Estado. Por isso, segundo o próprio filho e assessor direto de Médici,

“por que um presidente que assumiu contra a sua própria vontade, que reduziu em quase dois anos seu mandato e que não admitia que se falasse em continuísmo, ia precisar de uma máquina para exaltar sua pessoa? Será que um presidente com essas características precisaria de um DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, de Getúlio Vargas) para segurá-lo no poder por 15 anos? ... Será que era culpa de meu pai que o Brasil de seu governo estivesse batendo recordes de crescimento? Que

---

<sup>130</sup> Ver FICO, Carlos. Op.cit. p.92.

<sup>131</sup> Ibidem. p.96.

<sup>132</sup> Ibidem. p.92.

estávamos a pleno emprego? Que chegou a crescer 11% ao ano? Que conseguiu colocar a inflação a níveis de primeiro mundo?”<sup>133</sup>

Esse comentário de Roberto Médici revela de forma bastante clara a preocupação em dissociar o governo Médici do governo Vargas no que se refere à questão do uso do Estado enquanto instrumento de autopromoção.

### *Os meios de comunicação privados*

Nesse quadro, a propaganda política produzida e disseminada pelos meios de comunicação privados foi, como tentaremos expor de forma mais clara, imprescindível ao esforço governamental de criar, junto à sociedade brasileira, uma imagem "positiva" de si.

Antes de destacar a importância da propaganda disseminada pelos meios de comunicação privados é preciso que se faça aqui uma observação: o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado que nos serve como referência possível para compreender o trabalho realizado pela AERP e por *Manchete* não incide sobre a totalidade dos meios de comunicação privados existentes no Brasil do governo Médici. Tal conceito, conforme discutimos no primeiro capítulo, qualifica como AIE's da Informação aqueles órgãos de propaganda que sendo ou não “oficialmente” governamentais disseminam uma ideologia tão favorável aos grupos

---

<sup>133</sup> MÉDICI, Roberto Nogueira. *Médici, o depoimento*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995. p.70-71.

que detém o poder de Estado que , em termos práticos, pode-se situá-los como órgãos que trabalham nos moldes oficiais. Tal foi o caso, como veremos adiante, da revista *Manchete* que divulgou uma propaganda muito mais favorável e clara sobre o regime que a própria AERP (assessoria “oficial” de propaganda), tal o nível de incorporação da ideologia oficial por parte desta revista. No entanto, faz-se necessário notar que o tipo de cobertura realizada por *Manchete* era bastante diferente de outros publicados no mesmo período, sob a mesma censura e sob as mesmas amarras impostas pelo AI-5. Tal foi o caso da revista *Veja* e de *Visão* que, conforme mencionei anteriormente, não podem ser compreendidos como AIE’s. Esses semanários não incorporaram ou disseminaram a ideologia do regime militar no mesmo nível de *Manchete*, conforme analisaremos adiante.

Obviamente, as limitações impostas pelo AI-5 e pela censura dificultavam e, na maior parte das vezes, até impossibilitavam uma atuação crítica da imprensa com relação ao governo Médici, inclusive pela questão econômica da permanência no mercado. Porém, isso não significa necessariamente que um meio de comunicação devia *apoiar* o governo para poder existir durante a ditadura. Normalmente, a solução encontrada pelos semanários que não apoiavam incondicionalmente o governo para efetivar suas publicações era não tratar, nos períodos políticos de maior tensão, de assuntos polêmicos, evitando pronunciar-se a respeito para não criar um conflito com o governo que pudesse por em risco sua

sobrevivência no mercado<sup>134</sup>. Deve-se lembrar que o desenvolvimento em termos da ampliação das bases materiais dos meios de comunicação no Brasil ocorre justamente sob o controle e financiamento do Estado militar que, por isso mesmo, possuía um poder de coação não só político como também econômico.<sup>135</sup>

Feita essa ressalva, voltemos à questão da importância da propaganda produzida e disseminada pelos meios de comunicação privados durante o período em questão.

Por não ser veiculada “oficialmente” pelo governo, essa propaganda pretendia impor-se, dentre outros artifícios, pela via da credibilidade. Tal “credibilidade” decorria fundamentalmente do fato do governo supostamente não impor os conteúdos a serem publicados; para *Manchete*, as reportagens favoráveis ao governo apenas estavam “constatando” a realidade do país sob o regime militar. Esse país, “o gigante adormecido e deitado eternamente em berço esplêndido está finalmente despertando do seu sono secular para recuperar o tempo perdido e ingressar, como membro efetivo, no "Clube dos países ricos", tendo em vista que, “verificamos, já agora, que nunca fomos propriamente subdesenvolvidos. Éramos apenas mal- administrados.”<sup>136</sup>

Para o governo militar, era extremamente conveniente que esse tipo de propaganda fosse publicada pela “iniciativa privada”. Em primeiro lugar, o regime não teria que responder oficialmente pelos conteúdos publicados já que estes não

---

<sup>134</sup> Ver GAZZOTI, Juliana. *Imprensa e Ditadura: a revista Veja e os governos militares*. Dissertação de Mestrado, UFScar, 1998, p.207.

<sup>135</sup> Ver ORTIZ, Renato. *A moderna...*, Op. cit., p.114-115.

eram oficialmente produzidos e publicados pela AERP e portanto, isentar-se-iam os canais de comunicação governamentais de qualquer responsabilidade sobre as publicações. Em segundo lugar, essa propaganda consistiria teoricamente numa demonstração de apoio ao regime manifestada através de um “serviço de esclarecimento” prestado à nação por parte da imprensa nacional não vinculada ao Estado e, portanto, “imparcial”. Respaldo nessas argumentações, o governo poderia colher os frutos dessa propaganda sem maiores preocupações em ter de responder pela suposta “credibilidade” dos conteúdos publicados e sem o perigo de uma associação, por parte da opinião pública, entre o governo Médici e o governo Vargas, já que “oficialmente” a propaganda governamental pautava-se pela “impessoalidade”: falava do Brasil e não do presidente; e por outro lado, a propaganda *sobre o* presidente e o regime não era publicada pelo governo e sim pelos canais de comunicação da sociedade civil, privados.

Talvez, a partir dessa diferenciação de “funções” entre AERP e revistas como *Manchete*, seja possível afirmar que esses dois canais de comunicação- o público e o privado- mantinham vínculo bastante estreito em termos de objetivo: ambos buscaram criar uma imagem “positiva” do regime militar no período Médici, tentando associar, numa relação de causa e efeito, autoritarismo político e crescimento econômico. No entanto, penso que seria coerente concluir que os meios de se alcançar esse objetivo eram diferentes e que por isso mesmo parecia haver uma espécie de “divisão de tarefas” entre esses setores: à AERP, caberia sobretudo a

---

<sup>136</sup> *Manchete*, 1000, 19 junho de 1971, p.8-9.

função de elaborar as linhas mestras, os temas centrais, os parâmetros gerais segundo os quais a propaganda sobre o governo deveria estar pautada e, por outro lado, as empresas “privadas” de comunicação preocupar-se-iam prioritariamente em disseminar mais diretamente, sem meios-termos, a imagem que o regime pretendia ter junto à sociedade, sem destoar daquelas linhas temáticas traçadas pela AERP. Segundo reconheceu o *Jornal do Brasil*, “a AERP não era um órgão de promoção do governo ou do presidente da República: o objetivo de suas campanhas é dirigido para o interesse comunitário (campanhas de trânsito), e para a formação de uma consciência nacional, fundada em valores éticos e morais.”<sup>137</sup>

A partir da elaboração dessa estrutura, o governo Médici parece ter encontrado a saída ideal para fazer chegar à população brasileira a leitura que as Forças Armadas faziam do Brasil naquele período: ao mesmo tempo em que elas usavam o Estado, via AERP, para elaborar o teor central de sua propaganda, os meios de comunicação privados isentavam o governo de responder por ela pois, no limite, cabia a eles fazer chegar à população uma propaganda mais abertamente favorável ao regime. Enquanto a Aerp procurava divulgar que “este é o país do futuro”, *Manchete*, por exemplo, falava que o General Médici “não tem a intenção de se tornar um grande presidente. Corteja a popularidade, mas não é demagogo. Quer ser forte, mas sem prepotência.”<sup>138</sup>

---

<sup>137</sup> *Jornal da Tarde*. A Aerp não comenta seu fim, 30-8-1973. Primeiro caderno, p. 3. apud FICO, Carlos. Op.cit. p.97.

<sup>138</sup> *Manchete*, 921, 28 de Dezembro de 1969, p.28.

Chegamos aqui à problemática central de nosso trabalho: analisar o teor da propaganda política elaborada pelos meios de comunicação privados no Brasil durante o governo Médici, especificamente a produzida pela revista *Manchete*, e sua influência no projeto do regime de consolidar uma hegemonia em torno de um projeto de desenvolvimento caracteristicamente excludente, no nível da economia, e autoritário, no nível da política.

Capítulo III: REVISTA *MANCHETE*: UM APARELHO IDEOLÓGICO DA  
DITADURA MILITAR

Este capítulo tem por objetivo explicar a trajetória da revista *Manchete* durante o período Médici. Antes de tratar da questão proposta, far-se-á, num primeiro momento, uma recapitulação do que foi e produziu a revista *Manchete* até o período histórico proposto para a discussão central deste trabalho. Para que a análise fique mais clara, procurarei, na medida do possível, abordar os conteúdos divulgados pela revista sob o ponto de vista político e econômico. Gostaria de esclarecer que as diversas e por vezes extensas citações de reportagens da revista que farei ao longo deste texto se fazem necessárias na medida que elas certamente facilitarão a compreensão desta parte do trabalho.

A revista *Manchete* vem sendo publicada no Brasil desde 1952, e é propriedade do empresário Adolpho Bloch. Segundo matéria publicada por ocasião de seu falecimento<sup>139</sup>, "Adolpho Bloch, originalmente Abrasha Bloch, nasceu a 8 de outubro de 1908, em Jitomir, a 102 quilômetros de Kiev, capital da Ucrânia, filho de Josef e Ginda Bloch. O pai tinha uma gráfica nas duas cidades e orientou os três filhos homens (Adolpho, Arnaldo e Bóris) nas artes gráficas.

Aos nove anos, Adolpho assistiu aos primeiros pogrons contra os judeus e a Guerra Civil que se instalou em 1917, após a queda do czar. Durante o regime provisório de Kerenski, imprimiu o dinheiro que circularia nos primeiros tempos da Revolução Russa. Contudo, a condição de judeu fez com que, anos depois, os Bloch iniciassem a emigração, inicialmente em direção à Itália, mais tarde ao Brasil.

Ainda em Kiev, Adolpho tomou gosto não só pelas artes gráficas como pelo teatro, ajudando na impressão de cartazes e vendendo libretos com o resumo das óperas encenadas no teatro local.

Viajaram na terceira classe do 'Re d'Itália', chegando ao Rio de Janeiro em 1922. Foram morar em Aldeia Campista (zona norte da cidade). Com os poucos recursos trazidos da Rússia, Josef Bloch instalou uma pequena gráfica.(...)

Com a morte de Josef, seus três filhos (...) assumiram o comando da gráfica, e logo Adolpho revelou as qualidades que o tornariam líder.

Em 1952, vencendo a resistência dos irmãos, lançou a revista 'Manchete'- o que foi considerado um rasgo de loucura, uma vez que o mercado era pequeno e havia um gigante na praça, a revista 'O Cruzeiro', que tirava 700 mil exemplares por semana."

Adolpho Bloch morreu no dia 19 de novembro de 1985.

### ***A revista Manchete no período populista***

Uma leitura da revista desde suas primeiras edições coloca de início um problema de difícil resolução: qual seria, mesmo que superficialmente, o perfil ideológico de *Manchete*? Como traçar o perfil político de um periódico que manifestou apoio - embora em graus e contextos políticos diferentes - a projetos

---

<sup>139</sup> O texto biográfico aqui citado foi extraído de publicação da *Folha de São Paulo*, do dia 20 de novembro

políticos tão diversos como os do segundo governo Vargas, de Kubitshek e dos governos militares em geral?

Parece que o melhor caminho seria traçar o perfil da revista com base na leitura da história brasileira, onde o teor dos conteúdos publicados correspondiam, total ou pelo menos parcialmente, àquilo que os governos pretendiam divulgar à população.

Nos momentos em que o apoio aos governos em questão não se fazia explícito por parte da revista, por motivos que decorriam principalmente de questões de cunho polêmico, *Manchete* buscava uma posição de neutralidade. As raras críticas feitas aos governos geralmente se faziam presentes após seu término, compartilhando justamente com a opinião daqueles que passavam a ocupar o poder de Estado.

De maneira geral, a análise da postura ideológica do periódico revelou que *Manchete* possuía um caráter *adesista*. Seu posicionamento diante dos fatos políticos nacionais de maior (ou menor) relevância durante o chamado “período populista”, como os confusos episódios das sucessões presidenciais, sempre foi favorável àqueles grupos que ocuparam o poder. Os debates relativos às políticas de desenvolvimento a serem adotadas pelo país no período (nacionalismo ou pró-americanismo), apareceram em *Manchete* amenizados, como se não tivessem grande importância ou simplesmente não existissem. A própria discussão em torno do populismo e suas supostas contradições não foi contemplada nas páginas da revista.

---

de 1995, caderno 1, p.8.

Esses temas centrais da cotidiano brasileiro no período em questão eram, na maior parte das vezes, ignorados e substituídos por elogios às personalidades centrais da república, como o presidente Juscelino Kubitshek.

No entanto, o momento em que *Manchete* mais se identificou e incorporou o discurso dos grupos que detinham o controle sobre o Estado nacional parece ter sido o período em que os militares governaram o país. Como procurarei expor adiante, a identificação de *Manchete* com a filosofia da ditadura militar coroada com o lema “segurança e desenvolvimento” atingiu um grau tão elevado que, no limite, pode-se considerar tal periódico, apesar de juridicamente pertencer à esfera “privada” dos meios de comunicação brasileiros, como integrante do sistema “oficial” de propaganda do regime militar e, especialmente, do governo Médici. Durante esta fase, a revista “cria” um país que na verdade não existia, ou existia somente na leitura dos grupos castrenses que pretenderam “mistificar” a realidade brasileira através de órgãos de comunicação como *Manchete*.

### ***O suicídio de Vargas***

Quando a crise de agosto de 54 se abateu sobre o país e, principalmente sobre o governo de Getúlio Vargas, a revista por vezes publicou matérias de críticas a alguns personagens envolvidos, por exemplo, no episódio do atentado a Carlos Lacerda. Na cobertura sobre o atentado, *Manchete* qualificou a guarda pessoal de

Vargas como "ilegal" e seu comandante, o tenente Gregório , como o "chefe da capangagem"<sup>140</sup>.

No entanto, apesar desse tipo de crítica (feita, diga-se de passagem, num momento de extrema fragilidade de Vargas quando inclusive seus aliados, ao perceberem a eminência de sua deposição, estavam se posicionando contra ele), a revista não chegou a tecer críticas veementes ao Presidente da República, ao contrário do que a quase totalidade dos órgãos da imprensa brasileira vinha fazendo naquele momento. Ela chega inclusive a publicar e defender a versão de que Vargas desconhecia, num primeiro momento, os autores do atentado, opinião que posteriormente veio a se generalizar junto à imprensa mas que, naqueles dias, fazia-se no mínimo suspeito defender. A própria cobertura do suicídio do presidente não deixava dúvidas de que *Manchete* via Vargas com bons olhos. Segundo a revista, havia morrido um homem que em verdade queria cumprir o mandato que o povo lhe concedeu pelo voto direto. A matéria que tratava do episódio do suicídio dizia que:

"Na madrugada de 24, quando a crise parecia solucionada, o Presidente Vargas poderia dar a impressão de que apenas se preparava para repousar. Seu repouso era justo, depois de tantos dias de ansiedade e sofrimento e sobretudo depois de tão longa vida pública, sem similar na História do Brasil."

e que

" de fato dormiu, não um pouco, mas para sempre. Deus o guarde em sua infinita misericórdia."<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> *Manchete*, 122, 21 de agosto de 1954, p.11.

As reportagens destacavam sobretudo a popularidade de Vargas, divulgando amplamente os momentos do funeral em São Borja que demonstravam o "intenso sofrimento" do povo, sempre com a dramaticidade que lhe era peculiar:

"Muito próximo do momento de seu corpo baixar à terra, a emoção pareceu ainda mais intensa, pairando sobre a massa popular um pesado silêncio apenas entrecortado pelo soluço dos que não continham a sua dor."<sup>142</sup>

Imediatamente após a morte de Getúlio, a revista passava a se manifestar favorável ao governo Café Filho, que complementaria seu mandato, destacando o "pulso firme de estadista" do novo presidente e sua capacidade de articular a estabilidade necessária àquele momento de crise.

### ***O governo Kubitschek***

O governo de Juscelino Kubitschek começou a ser destacado por *Manchete* antes mesmo de sua efetivação. A viagem do então recém - eleito Presidente da República ao exterior foi amplamente divulgada em suas páginas. Sobre a passagem de Juscelino por Paris, *Manchete* destacava o fato do jornal *Le Monde* ter feito uma avaliação positiva do futuro presidente. Na ocasião foi oferecido a JK um

---

<sup>141</sup> *Manchete*, 123, 28 de agosto de 1954, p.9.

<sup>142</sup> *Manchete*, Edição Especial, 30 de agosto de 1954.

banquete na Casa da América Latina, do qual, inclusive, *Manchete* também participou.

Aliás, deve-se destacar que este não foi o único episódio em que *Manchete* acompanhou, para fins de divulgação, as viagens internas e externas de presidentes brasileiros. O que na maior parte das vezes parece transparecer é a impressão de que a revista consistia numa assessoria de propaganda governamental, tal era a forma com que ela se envolvia e tratava as questões ligadas à esfera pública e, principalmente, como já mencionamos, a prática de não se posicionar contra o governo em momentos que envolvem assuntos polêmicos. Um exemplo disto foi o episódio da composição do ministério de Juscelino. A maior parte dos órgãos da imprensa brasileira como por exemplo o *Correio da Manhã*, *O Jornal* e, obviamente, a *Tribuna da Imprensa*, via em geral o novo ministério com decepção dada, principalmente, à sua "heterogeneidade ideológica". No entanto, na mesma edição que continha opiniões de personalidades políticas sobre a questão, *Manchete* defendia timidamente o governo ao justificar que a composição do ministério de JK pautava-se no critério político de base de apoio no Congresso Nacional. Digo timidamente porque, conforme seu costume, a revista não se posicionou veementemente a favor do seu ponto de vista, posto que era grande a oposição à ele. Penso que, na verdade, o que essa postura deixa ver é que *Manchete* não visava polemizar assuntos políticos, não parecia ser essa a sua preocupação. O que em geral a revista fazia era uma propaganda "positiva" e na maior parte das vezes otimista do governo. Note-se que nessa mesma edição, que trazia a questão no novo ministério

de JK, as matérias privilegiaram os comentários relativos à recepção dada pelo governo aos "convidados ilustres" das delegações estrangeiras, à "noite de gala" em que consistiu o evento, destacando inclusive que, "embora transcorresse na mais alta clave de elegância, a festa deixou problemas aos serviços de copa...: 800 copos quebrados, centenas de talheres desaparecidos..."<sup>143</sup>. Só essa frase ocupava mais espaço que o da opinião da revista sobre o novo ministério. Basta citar que foram, nesse número, dedicadas 12 páginas só e exclusivamente ao banquete!

Ao cobrir a posse de Juscelino *Manchete* destacava:

"O povo se agita e agita as suas confusas esperanças sempre renovadas, muitas vezes, nesta República tem sido assim,...um começo assim. Que o fim seja digno deste começo, que o país retorne à normalidade. Deus guarde o Brasil e seu Presidente."<sup>144</sup>

Importante citar que o dono das empresas Bloch, senhor Adolpho Bloch era, conforme a revista destacou diversas vezes, velho amigo de Juscelino. Num dos processos de modernização técnica de *Manchete* ocorrido em agosto de 1957, especificamente a retrogravura, foi do presidente o primeiro exemplar, entregue pelas próprias mãos de Adolpho Bloch. Declarou a revista que, "foi o presidente da República quem melhor sintetizou a reação do público à nova *Manchete*"<sup>145</sup>, incluindo-a na sua leitura noturna.

---

<sup>143</sup> *Manchete*, 199, 11 de fevereiro de 1956.

<sup>144</sup> *Manchete*, 198, 4 de fevereiro de 1956, p.69.

### *As raízes do apoio ao militarismo*

A Escola Superior de Guerra, fundada em 1949, foi sempre muito bem vista por *Manchete* como um centro de estudos extremamente importante para o desenvolvimento do país. Para a revista, a ESG "é realmente um instituto de altos estudos, destinado ao conhecimento e à planificação da Segurança Nacional"<sup>146</sup>. Ela destacava o fato de que a Escola Superior de Guerra se ocupava sobretudo em defender a unidade nacional em prol de nossa segurança e creditava a ela uma neutralidade diante dos problemas nacionais que, de certa forma, a isentava de possíveis críticas civis. Conforme *Manchete*,

"A Escola Superior de Guerra é lugar de homem. As mulheres ali não têm acesso, a não ser como conferencistas. Por um ano seus alunos deixam suas atividades de rotina e se debruçam, atentamente, sobre os grandes problemas nacionais. O tema das conferências na ESG é invariavelmente a discussão dos problemas que afligem o país e suas devidas soluções."<sup>147</sup>

Portanto, a leitura que *Manchete* fazia sobre a ESG era positiva e, como se pode supor do texto, o que ela chama de "devidas soluções" para o país são, obviamente, as pensadas sob a ótica militar da Ideologia de Segurança Nacional oriunda do contexto do pós-guerra. Um aspecto referente às Forças Armadas brasileiras que *Manchete* começa a destacar nesse período e que se torna,

---

<sup>145</sup> *Manchete*, 276, 3 de agosto de 1957, p.11.

<sup>146</sup> *Manchete*, 279, 24 de agosto de 1957, p.20.

<sup>147</sup> *Manchete*, 279, 24 de agosto de 1957, p.22.

posteriormente, rotina, é o da lisura militar e de civis que compartilhavam sua ideologia diante da política nacional decorrente de seu caráter apolítico:

"A experiência da Sorbone brasileira vale justamente na medida em que os líderes que por ela passaram vierem a constituir uma elite realmente preparada para encarar as questões do país sob o prisma exclusivo do interesse nacional, sem a interferência de fatores políticos e partidários."<sup>148</sup>

Além disso, a revista via nessa Escola também, dado seu caráter apartidário, um "palmo de terra limpa", onde civis e militares, confraternizados, pudessem beneficiar a todo o país.

Em geral não só a ESG, mas qualquer organização militar merecia destaque nas páginas da revista. A Academia Militar das Agulhas Negras, por exemplo, foi tema de matéria que destacava a vida de seus aspirantes: "vendo-os passar, todos sentem que o Brasil pode confiar o seu futuro a essa juventude dedicada e consciente de seus deveres."<sup>149</sup>

Parece-me possível apontar aqui uma certa contradição no discurso da revista entre essa valorização das práticas supostamente apolíticas dos militares e o teor dos elogios feitos posteriormente à Juscelino Kubitschek.

Durante os primeiros anos do governo de Juscelino, muito pouco se lê na revista sobre o governo. Por vezes até, Murilo Melo Filho, seu redator político,

---

<sup>148</sup> *Manchete*, 24 de agosto de 1957, p.24.

<sup>149</sup> *Manchete*, 281, 7 de setembro de 1957, p.47.

acopla parte do discurso da oposição udenista em suas poucas análises sobre o governo. O apoio mais explícito ocorre nos últimos dois anos do governo JK, em muito influenciado pela construção de Brasília.

Nesse período, a revista *Manchete* destacou dois aspectos importantes da democracia que se praticava no Brasil. Em primeiro lugar, ela detectava que o processo político brasileiro do final da década de cinquenta não poderia ser regido à antiga, através do controle que os coronéis exerciam sobre o voto e outros tipos de artifícios políticos conservadores, já que o processo de industrialização havia alterado o mecanismo desses pleitos eleitorais. Nesse sentido, a democracia brasileira vinha sendo forçosamente aprimorada com o alargamento da participação popular proporcionada pelo populismo, e obrigava as máquinas partidárias a também se modernizarem:

"Após 11 anos de exercício democrático, os principais partidos se convenceram, afinal, de que o eleitorado conservador é cada vez menor, em relação à massa em vertiginosa tomada de posição... Os partidos políticos sentem que se esboroaram as surradas tradições de chefia política e que novos critérios de ação tendem a presidir as futuras consultas ao povo. Eles já se convenceram, afinal, de que ganhará mais voto aquele que conseguir ser mais populista."<sup>150</sup>

---

<sup>150</sup> *Manchete*, 298, 4 de janeiro de 1958, p.12.

Portanto, o aprimoramento da vida democrática decorrente da modernização nacional, para a revista, tendia a fortalecer sobretudo a participação das massas junto às esferas políticas de poder.

Em segundo lugar, *Manchete* elogiava o governo de JK, em seu balanço de dois anos de mandato do então presidente, além de seus méritos de ter cumprido "parcialmente" os objetivos do Plano de Metas, principalmente pelo fato do governo de Juscelino estar representando a consolidação do poder civil e da legalidade constitucional diante das já menos perigosas pressões das Forças Armadas. Nas palavras da revista,

"Chegando ao Catete, na esteira dos tanques que rolaram desde a Vila Militar até o centro da cidade, passando por cima de dois presidentes, pensou-se que ele seria um prisioneiro das implicações e dos compromissos fardados. Mas neste 31 de janeiro, já pode realmente apresentar-se ao país como o chefe supremo do governo e da Forças Armadas."<sup>151</sup>

Segundo a revista, a maior meta de Juscelino foi promover a sobrevivência e a consolidação do poder civil, "que há três anos se mostrava débil e vacilante, mas que hoje está bem plantado em meio às sôfregas erupções militares."<sup>152</sup>

É, portanto, confuso o posicionamento de *Manchete* com relação à relação entre o poder civil e militar pois, embora ela rotineiramente destaque a importância

---

<sup>151</sup> *Manchete*, 302, 1 de fevereiro de 1958, p.16.

<sup>152</sup> *Manchete*, 302, 1 de fevereiro de 1958, p.10.

do caráter apolítico das práticas militares enquanto uma credencial e de "lisura" e portanto de capacidade de resolução dos "problemas nacionais", ela se posicionava de forma claramente favorável à legalidade constitucional que, naquele momento, garantia a democracia no Brasil. Apesar de ter-se manifestado contra a crise do início do governo JK, em momento algum, pelo menos até o golpe de 64, ela se manifesta contra o populismo.

No entanto, é interessante notar que apesar de *Manchete* não ter se manifestado contra o populismo, seu apoio à filosofia e participação das Forças Armadas na discussão sobre os problemas nacionais e “suas devidas soluções” parece, pelo que aqui foi citado, que remonta ao período anterior ao golpe militar de 64. Conclui-se daí que a importância creditada por *Manchete* às Forças Armadas no que se refere ao desenvolvimento do país demonstra que o apoio dado posteriormente por essa revista ao binômio “segurança e desenvolvimento” durante o governo Médici, tem suas raízes fincadas já na década de cinquenta, período em que se estruturou no Brasil, através da ESG, a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional<sup>153</sup>, que norteou as práticas dos grupos militares que ocuparam o poder de Estado no pós-64.

O mandato de JK acaba com uma favorável e ampla cobertura da revista. A inauguração de Brasília marcou, como escrevi há pouco, o momento do apoio total e declarado ao presidente. *Manchete* destacava o "esforço" e o "empenho" de

---

<sup>153</sup> Ver Arquidiocese de São Paulo. Op. cit. p.57.

Juscelino em levar à frente o empreendimento. Um artigo de um de seus repórteres que não foi à inauguração de Brasília continha a seguinte opinião sobre o feito de JK: "...abro os jornais e não consigo mais diferenciar quem era contra e quem era a favor. Chego à conclusão de que Juscelino liquidou a oposição...".<sup>154</sup>

Novamente *Manchete* reafirma suas "boas" relações com o Presidente da República. No período de inauguração da nova capital ela publicou numa nota que "o Presidente agradeceu aos Srs. Leonardo Bloch, Pedro Jack e Murilo Melo Filho a grande ajuda desta revista para a construção de Brasília."<sup>155</sup> Além disso, a revista se gabava de dizer que "se Juscelino fez Brasília do nada, *Manchete* fez o mundo conhecer Brasília."<sup>156</sup> Segundo eles, ao contrário de muitos, a revista *Manchete* sempre acreditou na viabilização do projeto da construção de Brasília, e acreditou principalmente na "confiança de 70 milhões de brasileiros na grandeza de um país capaz de realizar cinquenta anos de progresso em cinco."<sup>157</sup>

Em resumo, o governo de Juscelino Kubitschek foi avaliado por *Manchete* como um grande sucesso: do ponto de vista político, garantiu o que eles chamaram de modernização democrática, ao conseguir fazer cumprir o mandato concedido a ele pelo voto direto em 1956; do ponto de vista econômico, Juscelino havia conseguido cumprir seu Plano de Metas e o país cresceu e se desenvolveu economicamente. Por esses fatores, *Manchete* não tinha outra coisa a fazer senão

---

<sup>154</sup> *Manchete*, 420, 07 de maio de 1960, p.81.

<sup>155</sup> *Manchete*, 421, 14 de maio de 1960, p.29.

<sup>156</sup> *Manchete*, 455, 07 de janeiro de 1961, p.7.

<sup>157</sup> *Manchete*, 455, 07 de janeiro de 1961, p.7.

agradecer a Juscelino pelo empenho, dedicação e pela realização de seu projeto. A despedida de JK foi descrita como sendo triunfal, tanto que no momento posterior à passagem da faixa presidencial à Jânio, quando JK se dirigia ao aeroporto, "o automóvel da Presidência da República seguiu em marcha lenta, pois todos queriam apertar a mão do amigo que partia."<sup>158</sup>

### ***O término do ciclo “democrático”***

Fazendo referência à nova característica da democracia brasileira, em boa parte, como disse, consolidada por JK, a posse de Jânio Quadros e João Goulart foi assim retratada por Murilo Melo Filho:

"O Sr. JK de Oliveira saiu. O Sr. Jânio Quadros entrou. E o senhor João Goulart continuou. Pela primeira vez desconstruíram-se os naipes políticos: o Presidente e o Vice-Presidente saíram de chapas opostas. Tudo isso é sinal dos tempos novos no Brasil, uma democracia que se consolidou."<sup>159</sup>

Apesar de sua breve passagem pela Presidência da República, Jânio Quadros também não teve motivos para reclamar de *Manchete*.

---

<sup>158</sup> *Manchete*, 460, 11 de fevereiro de 1961, p.27.

<sup>159</sup> *Manchete*, 460, 11 de fevereiro de 1961, p.9.

Logo no início de seu governo, por exemplo, a revista comenta, sobre o novo ministério que "trata-se de uma equipe definitiva, para entrar em ação sob o comando de um líder que sabe o que quer, quando quer e como."<sup>160</sup> No geral, o curto período Jânio Quadros foi sempre tratado com um certo otimismo, onde a "simplicidade" e a "capacidade de comando" do então Presidente eram motivos de destaque. No dia 16 de setembro de 1961, *Manchete* publica, sob o título "Os 10 dias que abalaram o Brasil", sua análise sobre o episódio da crise desencadeada pela renúncia de Jânio e o conseqüente processo de sucessão presidencial. A posse de João Goulart foi analisada por *Manchete* como sendo uma "solução democrática" para aquele momento de crise, já que garantia o direito constitucional de Jango, enquanto vice-presidente, de assumir a Presidência da República, apesar das ressalvas feitas por ela à imposição do parlamentarismo à nação.

Surpreendentemente, um dos personagens mais elogiados no processo sucessório em questão foi o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, além do grupo de militares que garantiu o respeito e o cumprimento à constituição:

"O governador Leonel Brizola foi a alma da resistência democrática no Rio Grande do Sul, mas todos os seus esforços e providências teriam sido baldados, se não fosse a decidida colaboração de um ilustre militar...: o General José Machado Lopes."<sup>161</sup>

---

<sup>160</sup> *Manchete*, 460, 11 de fevereiro de 1961, p.24.

<sup>161</sup> *Manchete*, 491, 16 de setembro de 1961, p.26.

Novamente *Manchete* se posiciona a favor da democracia e da chamada legalidade constitucional, não poupando elogios àqueles grupos ou pessoas que colaboraram para a posse de João Goulart. Noutras palavras, a revista mantinha uma postura favorável a quem detinha o poder.

Sobre o parlamentarismo, ela ponderava que tal sistema de governo não seria eficiente no Brasil, dada a sua "lentidão" administrativa. Segundo ela, como na fase do Império, também em 1961 tal tentativa de solução seria "inadequada". Assim, a revista dá ênfase em suas reportagens a várias opiniões contrárias ao parlamentarismo e destaca, dentre elas, a do ex-presidente e então senador Juscelino Kubitschek.

Com relação a Jango e às suas reformas de base, postas à discussão já no ano de sua posse, *Manchete* defende que elas são "inevitáveis", e concorda que "o momento é de ação e não mais de palavras."<sup>162</sup> Sob o título "Reformas de base ou Revolução: eis o dilema aberto à nação e aos seus líderes", a revista fazia eco aos defensores das reformas estruturais propostas pelo presidente. No entanto, o que parecia ficar claro também é que *Manchete* não concordava com a radicalização de determinados movimentos sociais como o das Ligas Camponesas, liderado por Francisco Julião pois, para ela, a força das armas não pode se sobrepor à força das leis.

Mas, apesar deste tipo de ponderação, as discussões que ocorreram no Brasil nos primeiros anos do mandato de Goulart sobre as reformas de base eram tidas

como importantes e necessárias, dada a crise econômica que assolava o país. Note-se que, até então, em nenhum momento a revista se posicionou contra a política populista mas sim contra a crise acima citada.

Nesse quadro, na edição do dia 28 de março de 1964, portanto poucos dias antes do golpe, *Manchete* fazia uma leitura relativamente tranqüila da crise e, apesar de reconhecer a dificuldade que o presidente estava tendo em implementar suas reformas de base, não as criticava. A reportagem sobre o famoso e decisivo comício de Jango do dia 13, por exemplo, não o tratou de forma desaprovadora; ao contrário, foi notadamente favorável a ele. *Manchete* destacou a eficiência do trabalho do Exército no evento e, principalmente, o apoio dado ao Presidente pelos diversos líderes nacionais e conseqüentemente pelos segmentos representados por eles naquele "ato democrático".

### ***O Golpe***

Imediatamente após o golpe, no dia 4 de abril, a revista destacava Juscelino Kubitschek como o candidato natural à sucessão presidencial e não detectava, naquele momento, a possibilidade de uma ditadura que suprimisse o voto direto por tempo indeterminado. Sobre JK, comentava Murilo Melo Filho:

---

<sup>162</sup> *Manchete*, 502, 02 de dezembro de 1961, p.11.

"Na sua concepção de obstinado otimista, o Brasil é um país tão formidável e com tamanhas possibilidades que para governá-lo basta imaginação e entusiasmo. O povo é bom, trabalhador e capaz. Torna-se necessário apenas tocá-lo com a varinha mágica da esperança e do otimismo. O que ele já fez antes faz de novo agora, ao pleitear que o Brasil lhe seja entregue para a execução do trinômio Paz, Desenvolvimento e Reformas."<sup>163</sup>

Portanto, a revista enxergava em Juscelino a personalidade política ideal para governar o Brasil e, potencialmente comprovada, para solucionar a crise política e econômica vivida pelo país.

Isso não impediu que a posse de Castelo Branco, divulgada por *Manchete* na edição do dia 25 de abril de 1964, fosse retratada com um enorme entusiasmo. Tal posse, segundo a revista, "provocou uma movimentação e um interesse jamais testemunhados"<sup>164</sup> pelo país. O discurso contido nos artigos parecia agora distanciar-se do apoio a Jango e suas reformas e da legalidade da democracia constitucional. A revista destacava as manifestações populares que comemoravam a "Revolução", e dizia que o país parecia estar se reencontrando. O relato sobre o momento da execução do Hino Nacional, na posse do novo presidente, continha o seguinte comentário:

---

<sup>163</sup> *Manchete*, 04 de abril de 1964, p.11.

<sup>164</sup> *Manchete*, 25 de abril de 1964.

"por todo o país repicavam os sinos das igrejas e soavam as buzinas de toda a espécie de veículos, anunciando aos brasileiros que uma etapa nova começava na vida republicana. Naquele momento, entre tantas e tão expressivas manifestações, reacendiam-se as esperanças dos brasileiros, desejosos de ver a nação entrar numa fase de trabalho, ordem e tranqüilidade, sem agitações e divisões."<sup>165</sup>

O golpe político-militar foi, portanto, funcional, no sentido de que ele garantiu a unidade política necessária ao país, mesmo tendo rompido com a ordem legal. A ação dos militares golpistas, indiretamente criticados no episódio da crise que configurou o período da posse de Goulart, fazia-se agora necessária e contava, se tomarmos por base o teor dos artigos publicados, com o apoio de *Manchete*.

Se fizermos uma análise do perfil ideológico de *Manchete* no período que cerca o suicídio de Vargas até o início da ditadura militar, constataremos uma indefinição que, no limite, nos impede de traçá-lo. Durante o período referido, pode-se notar no texto aqui apresentado alguns indícios que evidenciam a dificuldade de tal tarefa.

Em nenhum momento ficou claro para o leitor o posicionamento da revista diante das crises que se manifestaram no seio do Estado populista. Não se pode dizer, no entanto, que nesses períodos ela não tenha se manifestado a respeito e pelo exposto no texto nota-se justamente o contrário; a questão aqui colocada é a de que *Manchete* não tem uma postura lógica e coerente, a não ser a de querer sempre estar defendendo o projeto do grupo que ocupa efetivamente o poder do Estado brasileiro.

---

<sup>165</sup> *Manchete*, 25 de abril de 1964, p.9.

Lembre-se que a revista manteve uma relação de proximidade e, por vezes, até de exclusividade na cobertura de eventos ligados aos presidentes do período, inclusive João Goulart que, alguns dias antes do golpe, discursava no Parque Gráfico de *Manchete* para anunciar o aumento de verbas destinadas ao saneamento básico.

Parece-me viável afirmar, então, que a revista compartilhava na verdade o projeto político de quem ocupava o poder. Como, por exemplo, explicar o fato de *Manchete* ter apoiado de maneira tão veemente os empreendimentos do governo Kubitschek, a ponto de defender enfaticamente sua volta após o golpe, e ao mesmo tempo apoiar as reformas de base propostas pelo governo Goulart que, saindo da retórica, significariam a retomada da implementação de uma filosofia de Estado nacionalista aos moldes varguistas, contrariando totalmente a política econômica caracteristicamente liberal praticada por Juscelino? Como explicar também a atitude de um órgão de imprensa que não condena o nacionalismo contido nas propostas de Jango e entende o comício da Central do Brasil ocorrido em março de 64 como um "ato democrático" e alguns dias depois, no começo de abril, ratifica o rompimento dessa mesma democracia praticada por Jango através de um golpe militar, contrariando seu próprio discurso em prol da "legalidade constitucional", manifestado no episódio da crise em torno da posse desse mesmo Presidente?

Não se pode argumentar, no entanto, que *Manchete* refletia uma certa ambigüidade ideológica vivida pela política do país no período. Isto porque, desde o início do segundo governo Vargas evidenciava-se no Brasil, conforme exposto na primeira parte deste trabalho, uma acirrada polarização político-ideológica entre os

grupos tidos como nacionalistas ou como liberais<sup>166</sup>, que se refletia na vida política nacional e que, vale lembrar, teve em março de 64 seu desfecho.

Desta forma, gostaria de finalizar esta análise lembrando que o objetivo de abordar o período do auge da política populista no Brasil à luz de *Manchete* não consiste em expor, detalhadamente, a posição da revista sobre as especificidades de atos e projetos dos governos citados. O objetivo aqui buscado é o de tentar compreender a postura de *Manchete* com relação às problemáticas nacionais mais gerais.

Passemos então, a análise mais específica sobre a atuação desse órgão da imprensa brasileira durante o governo Médici.

---

<sup>166</sup> Ver NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*. In:

### ***A revista Manchete e o governo Médici***

*"Você pode olhar para os pés de um pavão  
e declarar: o pavão é um bicho feio, magro e fraco.  
Ou você pode olhar para o pavão inteiro e achá-lo  
lindo. Manchete prefere o lado bom das coisas.  
Vaiair é mais fácil do que aplaudir. Destruir é mais  
fácil do que construir."*

*Manchete, 29/05/1971.*

Ao examinar o teor das referências feitas pela revista *Manchete* ao Governo Médici, pude constatar que estas expressavam total apoio não só ao que se convencionou chamar de "Revolução de 64", mas também e principalmente ao governo do General Médici e a exatamente tudo o que se referiu a ele.

Neste período, *Manchete* incorporou um discurso claramente oficialesco, cujo conteúdo refletia, sobretudo, sua crença no projeto político e econômico do governo militar que tentava naquele momento criar junto a opinião pública um vínculo necessário entre crescimento econômico e autoritarismo político. Como apontamos anteriormente, uma análise atenta da postura dessa revista com relação aos governos populistas revelou que *Manchete*, de modo geral, não possuía um perfil ideológico claro e definido; ao contrário, na maior parte das vezes em que se propunha tratar temas polêmicos optava por um posicionamento neutro ou favorável ao governo. No entanto, a pesquisa sobre o teor dos conteúdos publicados por esse periódico sobre o governo Médici constatou que *Manchete* incorporou integralmente a ideologia do Estado militar, constituindo-se seguramente num Aparelho Ideológico de Estado. Neste período, a revista apoiou não só o modelo de desenvolvimento econômico do regime, mas também o modelo político autoritário do Estado militar.

Defendemos que o conceito de Aparelho Ideológico não pode ser aplicado para explicar a atuação de *Manchete* no período populista, apesar de, como evidenciamos anteriormente, ela não ter mantido uma postura crítica com relação a esses governos. No entanto, apesar dessa revista não ter se posicionado contra os governos em questão ela também não incorporou o discurso oficial do Estado populista em suas reportagens. Deve-se lembrar que, conforme exposto no texto, o apoio de *Manchete* ao governo Kubitschek revelou-se basicamente no final de seu mandato, quando praticamente Juscelino já colhia os frutos políticos da construção de Brasília, justamente num momento político em que tecer elogios ao presidente já havia se tornado uma espécie de “lugar comum”. Com relação ao governo Médici, ao contrário, o semanário externou sua face ideológica, através da análise oficialista dos temas referentes ao governo, desde a cerimônia de posse do presidente. Por isso, a análise de *Manchete* enquanto um Aparelho Ideológico de Estado refere-se, segundo nossa hipótese, à fase em que a ditadura brasileira é chefiada pelo presidente Médici, não recaindo portanto sobre o período populista.

***Manchete: exaltação, agradecimento e complacência com o regime político***

*"Se no teu distrito tem farta sessão de  
afogamento, chicote, garrote e punção*

*A lei tem caprichos*

*O que hoje é bom*

*Um dia vai dar no jornal..."*

*Chico Buarque (Hino da Repressão)*

A edição da revista *Manchete* do dia 15 de novembro de 1969 trouxe algumas reportagens sobre a posse do general Médici e também diversas matérias sobre a vida do recém-empossado Presidente da República e os principais objetivos de seu mandato.

A revista abre a reportagem referente ao dia da posse de Médici com o seguinte comentário:

"Até a véspera o céu era cor de chumbo. Nuvens pesadas tomavam o amplo horizonte de Brasília. Quando consultado pelo Cerimonial sobre o que faria na hipótese da chuva, o novo presidente respondeu: 'Todas as cerimônias do protocolo serão mantidas, quer chova ou faça sol.' E o sol se fez, forte, por alguns minutos, exatamente no período entre o juramento no Congresso e a posse no Palácio do Planalto. Quem cruzou a Praça dos Três Poderes e fez a pé o trajeto de um quilômetro entre os dois

edifícios sentiu na própria pele os seus efeitos. Mas quando o Presidente Médici assomou ao mesmo palanque de onde Costa e Silva, Castelo, Jango e Juscelino haviam anteriormente acenado para a capital e assistindo ao desfile da tropa, o sol voltou a esconder-se - e isto o poupou do calor intenso: um vento alentado e leve soprava do sul." <sup>167</sup>

Este trecho parece servir de referência ao tom com que *Manchete* externou sua opinião sobre o Presidente da República durante todo seu mandato. O que transparece nas análises e informações que a revista prestou ao público brasileiro é que para ela, o governo Médici era essencialmente um governo forte e conciliador. Forte no sentido de que a coesão interna do novo governo era, em função principalmente da personalidade "correta" e "serena" de Médici, inabalável na missão de, nas próprias palavras da revista, "projetar o Brasil no próximo século" tendo em vista que "o Presidente volta-se para o futuro, certo de que as ambições do Brasil como nação não podem ser medíocres". Esse objetivo "certamente" seria atingido pois, segundo a revista, "com esta equipe [o ministério], sem primeiras figuras e sem candidatos em campanha, o presidente pretende cumprir os objetivos de seu governo." <sup>168</sup>

Com relação ao caráter "conciliador" identificado pela revista no novo governo, este viria a atuar essencialmente no campo da "desnecessária" cisão entre civis e militares. A revista fundamentava esse posicionamento na

---

<sup>167</sup> *Manchete*, 917, 15 de novembro de 1969, p.4.

<sup>168</sup> *Manchete*, 917, 15 de novembro de 1969, p.8.

"disposição" do presidente em aproximar o Executivo e o Legislativo, ou seja, o governo e o Congresso Nacional. Essa "disposição" poderia ser identificada, segundo *Manchete*, já em seu discurso de posse:

"O discurso inaugural do Presidente Médici e o pronunciamento do Sr. Alfredo Buzaid, ao empossar-se no Ministério da justiça, não deixam dúvidas sobre esta disposição em que o governo se encontra de ter ao seu lado o sistema representativo como sustentáculo de execução de todos os seus projetos.<sup>169</sup>

*Manchete* parecia preocupar-se em divulgar a versão de que, a partir da posse de Médici, a responsabilidade por um possível choque entre o Executivo e o Legislativo deveria necessariamente ser creditada à intransigência e ao radicalismo de alguns parlamentares brasileiros que não queriam enxergar o "caráter democrático" do novo governo. Ela afirmava que o governo recém- instalado possuía um caráter inerentemente conciliatório, tendo em vista que a presença política de Médici desanuviou o ambiente de radicalização política entre os próprios militares no momento de maior tensão no meio castrense desde o golpe, na crise sucessória desencadeada pela doença do então presidente Costa e Silva. Este trecho deixa clara a visão sobre a personalidade de Médici que a revista expressava e que tornou, por diversas vezes, pública:

---

<sup>169</sup> *Manchete*, 917, 15 de novembro de 1969, p.12.

"...o 34-º presidente da República inaugurava seu mandato envolto **numa aura de generalizadas esperanças** : Parece até que a nação inteira está querendo confiar nele, no seu semblante sério e fechado, no riso racionado, na postura ereta, na tranqüila aparência e na agitação interior que de vez em quando faz sua pressão arterial subir perigosamente até a casa dos 20.

**O milagre foi duplo**: sair de um túnel escuro, em cujo interior se esboçava uma perigosa cisão militar, e encontrar um homem que desde seus primeiros pronunciamentos deu o tom de altitude em que pretende permanecer."<sup>170</sup>

O presidente Médici agrupava em torno de sua personalidade, segundo *Manchete*, todas as qualidades e os elementos necessários para governar o Brasil naquele momento. Ao analisar a personalidade do vice-presidente, qualificando-o como "um vice forte, líder incontestado de sua corporação"<sup>171</sup>, a revista defende que caberia ao conjunto daquele governo (principalmente o presidente e seu vice), fadado ao sucesso,

"... a tarefa de levar a VI República recém- instalada a destinos menos inglórios do que as suas antecessoras. Mas [**cultuando novamente Médici**], mesmo com o destaque oferecido ao seu vice, é evidente que o presidente Médici não tenciona abrir mão das prerrogativas de uma liderança absoluta- **bem definida e reafirmada** no discurso em que, apresentando seus ministros na televisão, enquadrados sob um comando único e harmonioso." <sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> *Manchete*, 917, 15 de novembro de 1969, p.11.

<sup>171</sup> *Manchete*, 917, 15 de novembro de 1969, p.12.

<sup>172</sup> *Manchete*, 917, 15 de novembro de 1969, p.12.

Chega a ser até gritante a contradição existente entre a imagem "conciliatória" e "democrática" que *Manchete* tentava passar para o público e a tensa realidade antidemocrática da conjuntura política da época. Como se pode esperar práticas democráticas e portanto participativas de um governo que herda - e faz questão de manter - um instrumento de repressão do porte do AI-5? D. Paulo Evaristo Arns, ao tratar do governo Médici afirma que:

"Sob o lema 'Segurança e Desenvolvimento' , Médici dá início, em 30 de outubro de 1969, ao governo que representará o período mais absoluto de repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. Desenvolve-se um aparato de 'órgãos de segurança', com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina".<sup>173</sup>

Qualquer análise das características políticas gerais do Brasil em 1969 , não pode fugir do espectro do autoritarismo. Basta recordar, conforme citado e discutido no segundo capítulo, que no início do ano seguinte, ou seja, em janeiro de 1970, o governo "conciliador" e "democrático" do Presidente Médici criou, dentre outros, organismos de repressão como a OBAN<sup>174</sup>, os DOI- CODI ( Destacamento de Operações de Informações- Centro de Operações de Defesa Interna), órgãos oficiais integrantes do sistema de repressão que passaram a ocupar "o primeiro posto na

repressão política e também na lista das denúncias sobre violações aos Direitos Humanos"<sup>175</sup>.

Com efeito, a intervenção militar nos processos políticos brasileiros tem um papel de destaque já desde o início da organização do Estado republicano. As Forças Armadas sempre estiveram presentes, enquanto força repressora, nos episódios de lutas populares que manifestavam crescente insatisfação aos caminhos seguidos pelo Estado brasileiro. Ao tratar da questão da consolidação do Estado autoritário, o autor da apresentação de *Brasil: nunca mais* defende que para implantar seu modelo econômico, foi necessário alterar tanto a estrutura jurídica do país quanto reformular o aparato de repressão e controle. Além disso, ao alterar as bases da relação entre o Executivo, o Legislativo, e o Judiciário, o Estado autoritário tornou-se cada vez mais forte, apesar da manutenção de alguns "disfarces" de normalidade.

Para citar um último exemplo da distância entre o discurso "conciliador" do governo Médici referendado por *Manchete* e suas atitudes concretas, basta lembrar da tortura, instrumento repressor rotineiramente utilizado nesta fase do regime. Nas palavras de Velasco e Cruz e Martins,

"Sob a capa da ordem, protegida da curiosidade pública pelos rigores de uma censura estúpida, mas onipresente, lavrava a guerra suja contra a luta armada; estava a tortura,

---

<sup>173</sup> Arquidiocese de São Paulo. Op. cit. p.63.

<sup>174</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). Op. cit. p.17.

<sup>175</sup> Ibidem. p.74.

erigida, então, em uma prática institucional a qual se repudiava publicamente mas se aceitava de fato, em nome dos imperativos maiores da razão de Estado..."<sup>176</sup>

O trabalho de *Manchete* ia ao encontro da preocupação da cúpula militar naquele momento em criar uma imagem do governo brasileiro de "neutralidade" diante principalmente das questões políticas. Segundo Renato Ortiz, uma das práticas do regime brasileiro no período em questão é a de tentar definir o Estado exatamente como o espaço da neutralidade. Essa prática permitia encobrir as relações de poder que ocorriam no interior do aparelho de Estado que, respaldado nessa aparente "neutralidade", buscava, sob a redoma da propaganda, apresentar-se como "democrático", apesar das práticas autoritárias do governo demonstrarem o contrário. Dentro dessa perspectiva "as categorias de 'nacional' e 'popular' são reelaboradas em função de um discurso que tende a ser o mais globalizante possível." <sup>177</sup>

Sobre a questão do posicionamento do Estado brasileiro pós-64 com relação à cultura, Ortiz aponta que

"o Estado, assumindo o argumento da unidade na diversidade, torna-se brasileiro e nacional, ele ocupa uma posição de neutralidade, e sua função é simplesmente salvaguardar uma identidade que se encontra definida pela história. O Estado aparece, assim, como guardião da memória nacional e da mesma forma que defende o território nacional contra as possíveis invasões estrangeiras preserva a memória contra a

---

<sup>176</sup> CRUZ, Sebastião C. Velasco e, MARTINS, Carlos Estevam. Op. cit. p.42.

descaracterização das importações ou das distorções dos **pensamentos autóctones desviantes.**"<sup>178</sup>

Apesar da afirmação do presidente de que queria ver o MDB atuando<sup>179</sup>, o fato é que muito pouco espaço havia para que este pudesse se manifestar por vias legais. As análises referentes ao assunto mostram que a posse de Médici simbolizou na verdade um momento muito delicado politicamente, um momento inclusive de crise interna no aparelho militar, uma espécie de recomposição do bloco do poder. Com a posse do novo presidente o regime externava mais uma vez o que Sebastião Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins, dentre outros autores, apontam como sendo uma característica geral da ditadura brasileira: a mutabilidade do regime como forma de conservação do poder. Segundo os autores,

"O movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart demonstrou possuir aquela capacidade que Maquiavel punha acima de tudo: a capacidade de conservar o poder conquistado e ampliá-lo. Por outro lado, porém, registrava-se o fenômeno da mutabilidade. Longe de ter permanecido sempre idêntico a si mesmo, o regime sofreu diversas transfigurações, ora regredindo na direção do Estado de exceção, ora progredindo na direção oposta."<sup>180</sup>

---

<sup>177</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira...*, Op. cit., p.125.

<sup>178</sup> Ibidem p.100.

<sup>179</sup> Num dos trechos do artigo da revista *Manchete* referente a posse de Médici consta o seguinte comentário: "Quanto aos senadores e deputados do MDB, o Presidente Médici nada tem a recear. Os salvados do incêndio decerto terão doravante suficiente juízo e não riscarão fósforos (como fez o Sr. Márcio Alves) para ver se tem gasolina no tanque". Poderá a oposição opor-se? O presidente da República diz que quer vê-la agindo assim." *Manchete*, 917, 15 de novembro de 1969, p.12.

<sup>180</sup> CRUZ, Sebastião Velasco e, MARTINS, Carlos Estevam. Op. cit. p. 13.

Esse aspecto relativo à capacidade de "mutabilidade" do regime brasileiro reflete um traço bastante importante da ditadura militar instaurada em 1964 analisado por João Roberto Martins Filho<sup>181</sup>: a capacidade que os grupos castrenses tinham de ativar um processo de "unidade na desunião". Trata-se, para o autor, do nítido empenho dos militares em buscar, principalmente durante os momentos de crises políticas, uma forte coesão interna nas Forças Armadas objetivando sobretudo a manutenção do regime, mesmo nos momentos em que mais se manifestavam as discordâncias ideológicas internas.

Ao abordar as crises militares do período ditatorial brasileiro, especificamente as ocorridas nos dois primeiros mandatos do regime, Martins Filho aponta a pluralidade de forças que atuavam no seio dos processos intramilitares que, embora variando de grau, tiveram uma influência determinante nos rumos tomados pelo governo militar. Ao contrário da visão dualista da maior parte da literatura sobre o assunto, que dividia os grupos militares como pertencentes ideologicamente ou aos "linha dura" ou aos "legalistas", o autor aponta um quadro maior de tendências político-ideológicas que tinham um caráter atuante nos processos sucessórios.

Pode-se considerar, portanto, que o contexto histórico que levou o General Médici à presidência da república e as perspectivas para o seu governo guardavam uma boa distância daquilo que a revista *Manchete* publicava a respeito.

Ainda se referindo à questão da ascensão de Médici ao poder, a revista impõe um tom de mero acaso ao acontecimento, no sentido de que o presidente, tomado pelo seu espírito patriótico, prorrogou sua aposentadoria para lutar pelo país que tanto amava no momento em que este requeria seus serviços. A noção de que Médici se prestava, na verdade, a um grande sacrifício ao ocupar a presidência da República estava constantemente nas entrelinhas da revista. O texto que abre a edição de 15/11/69, assinado por Zevi Ghivelder, emite a seguinte consideração à respeito:

"Há 38 anos, quando a jovem Scyla Nogueira casou-se com o jovem Tenente Emílio Garrastazu Médici sabia que seu marido já assumira um compromisso de permanente fidelidade para com o país. No entanto, por mais fantasia que ambos tivessem, jamais poderiam se imaginar, em novembro de 1969, numa capital longinquamente sonhada, vendo essa fidelidade os conduzir à condição de primeiro mandatário e de primeira-dama do Brasil. Na semana passada, quando o novo presidente concluiu sob aplausos o discurso de posse perante o congresso, seu primeiro olhar foi para dona Scyla, a dedicada companheira de quase quarenta anos. Residindo, hoje, em Brasília, o casal Médici é o centro das atenções e das esperanças de todo o país.<sup>182</sup>

Muitas vezes, porém, a revista expunha não só nas entrelinhas essa noção do "compromisso para com a pátria" do novo presidente. A intensidade com que *Manchete* tratava essa questão não parece deixar dúvidas sobre o compromisso

---

<sup>181</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit. p.134.

<sup>182</sup> *Manchete*, 917, 15 de novembro de 1969, p.3.

assumido por ela de apoio incondicional ao regime que se instalara em 64 e que agora guinava claramente rumo à ditadura pura e simples. Ditadura pura e simples que, na avaliação da revista, impunha-se como necessidade para a manutenção do que ela chamava repetidamente de "ordem democrática", garantida evidentemente por Médici, tendo em vista sua personalidade de homem "sóbrio, discreto e seguro".<sup>183</sup> Um artigo da revista de dezembro de 1969 intitulado "O Estilo Médici" é aberto com a seguinte afirmação sobre o "sacrifício patriótico" do presidente:

"Ao completar 64 anos de idade, neste 4 de dezembro, ele estaria às vésperas de uma ansiada compulsória que lhe proporcionasse o repouso merecido, após quase 50 anos de serviços prestados ao Exército. Escalara todos os degraus de sua carreira, atingira-lhe o ápice e nada mais haveria a esperar.

Como indumentária, em lugar do pijama, vestiram-lhe uma faixa. Como domicílio, em vez da fazenda de Bagé, deram-lhe um palácio em Brasília. Como serviço, ao contrário da repousante reforma, impuseram-lhe mais quatro anos de mandato."<sup>184</sup>

No decorrer dessa reportagem, a revista avalia o estilo de governar de Médici, sem nunca deixar de lembrar que seu projeto de governo objetiva fundamentalmente buscar uma conciliação entre civis e militares, mesmo que para isso o presidente tenha que ameaçar sua saúde pois, "ninguém melhor do que o General Médici conhece suas condições de saúde e sabe a facilidade com que suas

---

<sup>183</sup> *Manchete*, 921, 13 de dezembro de 1969, p.26.

<sup>184</sup> *Manchete*, 921, 13 de dezembro de 1969, p.27.

coronárias aumentam perigosamente de pressão."<sup>185</sup> A reportagem termina por concluir que, desde o golpe, parece ser a primeira vez que realmente o ambiente político estava propício a uma retomada do processo democrático. A efetivação desse processo, no entanto, dependeria essencialmente da resposta e do comportamento que a classe política iria ter no andamento do processo de "reabertura" democrática. Evidentemente que, para a revista, a responsabilidade pela volta da normalidade democrática, pelo menos entre o governo e o Congresso Nacional, transferia-se, a partir da posse de Médici para o comportamento dos opositores ao regime, dadas as qualidades contidas na personalidade do novo presidente e sua inerente e já manifestada "disposição" de reatar o diálogo democrático.

O artigo finaliza com uma espécie de "apologia" - repetida e cansativamente exposta em quase toda reportagem - à personalidade "conciliadora" de Médici:

"É óbvio que o General Médici, com tão poucos dias no governo, não tem a ilusão de se considerar um grande presidente. Corteja a popularidade, mas não é demagogo. Quer ser forte, mas sem prepotência. Considera-se um árbitro, mas não um arbitrário. Tenciona mostrar-se ao povo, mas sem exibicionismo. Sonha com a disciplina consentida, mas não imposta. Quer ser combatido, pede à Oposição que se oponha e implora aos adversários que o fiscalizem, mas não admite ser ameaçado."<sup>186</sup>

---

<sup>185</sup> *Manchete*, 921, 13 de dezembro de 1969.

<sup>186</sup> *Manchete*, 921, 13 de dezembro de 1969, p.28.

O elogio à capacidade e à retidão da personalidade do presidente Médici se estendia também a praticamente toda sua equipe de governo. Num quadro da revista chamado "Posto de Escuta" , que trazia frases de personalidades do meio político, ou de pessoas ligadas a ele, geralmente relativas às questões da política brasileira da época, *Manchete* expunha constantes elogios à personalidade e aos feitos de pessoas que ocupavam cargos públicos do alto escalão do governo federal durante o mandato de Médici. As questões pertencentes à esfera da honestidade e da política econômica do governo eram recorrentemente trazidas aos seus leitores através do uso de comentários que objetivam sobretudo transmitir a seriedade com que os militares que detinham o poder nesse período tratavam a "coisa pública", como também a singularidade do momento político vivenciado pelos cidadãos brasileiros, tendo em vista que, depois de um período de turbulência na política brasileira, chegara o momento do "entendimento responsável" entre militares e civis. Seriedade e honestidade por parte dos homens que ocupavam o poder; crescimento econômico acelerado e a busca, *por parte do governo*, de um entendimento entre civis e militares: esta era a imagem transmitida pela revista sobre o Brasil do início da década de setenta.

As frases transcritas nesta seção eram geralmente de políticos que, sendo ou não do partido do governo, apoiavam, ora de forma discreta ora de forma enfática, fatos produzidos pelo regime: "Do Ministro Júlio Barata sobre seu antecessor na pasta do

trabalho: 'O Coronel Jarbas Passarinho é um homem plural, que sempre valeu por vários homens.'<sup>187</sup>

O ministro Jarbas Passarinho foi nome de destaque para o "Posto de Escuta" da revista:

Dois assuntos que empolgam o Ministro Jarbas Passarinho: a campanha de alfabetização, em desenvolvimento no país, e a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional."<sup>188</sup>

Ou também:

"Ao ver um médico do seu ministério trajando terno de passeio na hora do expediente, o Ministro Jarbas Passarinho pediu-lhe: 'Doutor, na minha terra, médico de terno está de férias. Por favor, vista o jaleco.'<sup>189</sup>

Pode-se notar nestas frases a preocupação da revista em expor, por meio de fatos aparentemente corriqueiros, uma imagem bastante positiva sobre a figura do ministro Jarbas Passarinho: um homem trabalhador e sensível aos problemas da nação.

Outro importante nome do governo Médici várias vezes citado neste quadro é o do ministro Mário Andreazza, sempre com bastantes elogios:

"Apesar do êxito obtido no setor das rodovias, O Ministro Mário Andreazza continua afirmando com absoluta convicção que 'a maior vitória da revolução de 64 é a recuperação das ferrovias brasileiras'. "<sup>190</sup>

---

<sup>187</sup> *Manchete*, 918, 22 de novembro de 1969, p.22.

<sup>188</sup> *Manchete*, 939, 18 de abril de 1970, p.118.

<sup>189</sup> *Manchete*, 921, 13 de dezembro de 1969, p.68.

"Do Governador José Sarnei, despedindo-se do Ministro Mário Andreazza: 'Jamais esquecerei a ajuda e apoio que me deu e ao povo do Maranhão'."<sup>191</sup>

Como não poderia deixar de ser, o nome do presidente Médici esteve presente em praticamente todas as edições da revista em seu "Posto de Escuta". A revista fazia insistente reiteração do sacrifício do general Médici em ocupar a presidência, como também de nuances de sua personalidade:

"Ao convidar um amigo para seu governo e ouvir dele a resposta de que 'não esperava por isto', o Presidente Médici perguntou: 'E você acha que eu também esperava?'"<sup>192</sup>

"Confissão do Senador Lino de Matos, depois de uma conversa pessoal com o presidente da República: 'Achei-o muito simpático e comunicativo'"<sup>193</sup>

Além dos elogios às figuras do governo e ao próprio presidente, era bastante fácil encontrar neste quadro críticas àqueles - pertencentes ou não à classe política - que faziam oposição ao regime. Pode-se aqui, citar o seguinte exemplo:

"Um deputado do MDB elogiava bastante a simpatia e a elegância do novo vice-presidente da República, mas de repente fez uma ressalva: 'Acho que apenas a gravata

---

<sup>190</sup> *Manchete*, 948, 20 de junho de 1970, p.166.

<sup>191</sup> *Manchete*, 947, 13 de junho de 1970, p.126.

<sup>192</sup> *Manchete*, 919, 29 de novembro de 1969, p.137.

<sup>193</sup> *Manchete*, 939, 18 de abril de 1970, p.118.

do Almirante Rademaker está um pouco para a esquerda e, portanto, desviada do rumo'." <sup>194</sup>

Aparentemente, essas tiradas podem parecer desprezenciosas, mas uma leitura mais atenta do espaço ocupado por essa seção na revista *Manchete* permite constatar que esse espaço era, senão totalmente, pelo menos parcialmente destinado a criar uma imagem "positiva" do governo Médici alicerçada nas características já mencionadas neste texto. Gostaria de deixar claro que trata-se aqui não de constatar o apoio (forçado ou não) ao governo Médici manifestado por pessoas que exerciam funções de poder; trata-se, na verdade, de expor o *destaque* e o *grau de importância* dado pela revista *Manchete* aos fatos acima citados. Evidente que tanto numa situação democrática como - e principalmente - numa situação de ditadura militar, um governo consegue, por diversos motivos e interesses, aglutinar em torno de si quadros de apoio e afastar setores divergentes da orientação ideológica imposta por ele. O que cabe destacar, como mencionei há pouco, é a maneira pela qual um órgão específico da imprensa brasileira expôs as divergências entre os que criticaram e os que apoiaram o regime militar.

Ao fazê-lo, a revista *Manchete* estava assegurando o que Gramsci chamava de "tarefa" dos intelectuais da "imprensa marrom" junto à sociedade civil: buscar criar uma atmosfera "positiva" e consensual em torno dos atos do governo. Segundo

---

<sup>194</sup> *Manchete*, 918, 22 de novembro de 1969, p.72.

ele, "a opinião pública é o exemplo concreto das relações permanentes entre o governo político e a sociedade civil que favorece o consenso entre seus atos."<sup>195</sup>

A revista estava cumprindo seu papel junto à população de difundir uma imagem "séria" e "honestas" do governo Médici, e objetivava torná-la, no limite, senso comum. Apesar de parecer uma idéia bastante pretenciosa do ponto de vista de sua viabilidade, é preciso lembrar que o regime militar durante o período em questão, ao impor uma forte e poderosa censura respaldada no AI-5, facilitava demasiadamente o trabalho dos setores da imprensa brasileira que o apoiavam, posto que não havia um espaço mínimo nos meios de comunicação que possibilitasse uma contrapropaganda, um debate ou mesmo uma contestação à essa propaganda de tom oficialismo publicada pela revista.

Sem dúvida nenhuma, o nome mais presente do governo Médici nas páginas da revista *Manchete* foi o do Ministro da Fazenda Delfim Neto. A ele, a revista creditava boa parte da responsabilidade do crescimento econômico experimentado pelo Brasil durante o chamado "milagre econômico". Numa reportagem de abril de 1972, a sessão intitulada "Economia em Manchete" trazia o seguinte comentário sobre o trabalho de Delfim: "Grande parte dos bons resultados até agora colhidos na área econômica devem-se à ação esclarecida e patriótica de Delfim Neto e Nestor Jost"<sup>196</sup> ..."<sup>197</sup>

---

<sup>195</sup> PORTELLI, Hugues. Op. cit. p.33.

<sup>196</sup> Nestor Jost ocupava a presidência do Banco do Brasil.

<sup>197</sup> *Manchete*, 1042, 08 de abril de 1972, p.156.

Freqüentemente o ministro era elogiado pela sua "brilhante" atuação à frente do ministério da Economia já desde os tempos do presidente Costa e Silva. Numa reportagem de abril de 1970, com o título de "Quem Governará São Paulo?", o jornalista Murilo Melo Filho<sup>198</sup> assina um texto que analisa a probabilidade de sucesso de candidatos que "pleiteavam" o governo do Estado de São Paulo. A reportagem destaca a importância da eleição paulista, visto que "a revolução de março de 64 sempre teve ali a sua grande base de sustentação econômica, financeira e política."<sup>199</sup> Ao analisar a viabilidade de nomes como Lucas Garcez, Laudo Natel, Gastão Vidigal, Heli Meireles, Miguel Reale etc., entre outros, a reportagem acaba por concluir que o melhor nome para ocupar o posto de governador do Estado de São Paulo era, sem dúvida nenhuma, o do ministro Delfim Neto. O repórter deixa ainda no ar um certo "lamento" pela impossibilidade do ministro integrar a lista de "candidatos" ao cargo, pois seu nome foi vetado pelo presidente da república.<sup>200</sup> O texto termina com a seguinte ponderação:

"O ministro, neste caso [no de ocupar ou não o cargo de governador], é um soldado do presidente. Poderá continuar no seu posto ou poderá aceitar o governo de São Paulo, se num ou noutro lugar seus serviços forem considerados indispensáveis e insubstituíveis.

---

<sup>198</sup> Murilo Melo Filho assinava regularmente na revista *Manchete* matérias de apoio explícito ao governo Médici e sua equipe. Em abril de 1972, ele lança um livro chamado "O Milagre Brasileiro", cujo prefácio é de autoria do então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto.

<sup>199</sup> *Manchete*, 939, 18 de abril de 1970, p.148.

<sup>200</sup> O presidente Médici afirmou numa declaração que todos os seus ministros estavam proibidos de se candidatar a qualquer cargo eletivo e que deveriam permanecer em seus postos. Este fato foi inclusive interpretado pela revista como mostra de lisura e do desinteresse político por parte dos ministros do presidente.

De qualquer maneira, um dado é indiscutível: como técnico ou como político, o Sr. Delfim Neto apresenta-se hoje ao país como um líder consagrado."<sup>201</sup>

O destaque que a revista dava ao desempenho do ministro Delfim Neto era, dependendo da edição, até maior que o dado ao presidente da república. No entanto, eram raras as vezes em que se pode encontrar algum elogio ao ministro dissociado dos feitos do governo Médici. Aliás, o vínculo ideológico e político entre a *Manchete* e o regime militar parece bastante nítido e, por vezes até declarado. Prova disso é uma reportagem publicada na revista no dia 20 de junho de 1970, destacando um jantar de homenagem oferecido pela revista à Escola Superior de Guerra. Durante o jantar, o Sr. Adolpho Bloch (dono da empresa Manchete) ao saudar os 180 convidados declarou que:

"da Urca partiram grandes idéias e soluções" e que "As viagens que os senhores fazem através do Brasil, visitando as grandes indústrias e obras, são de fato o melhor caminho para conhecer o nosso desenvolvimento. Ao contato com a nossa grandeza, os senhores compreendem que as soluções devem ser grandes".<sup>202</sup>

Ao agradecer à homenagem, o presidente da ADESG ressaltou "os grandes serviços" prestados pela revista *Manchete* na divulgação das atividades da ESG. Por fim, informa que o General de Exército Augusto Fragoso discursou e entregou à Adolpho Bloch uma medalha comemorativa dos vinte anos da Escola.

---

<sup>201</sup> *Manchete*, 939, 18 de abril de 1970, p.149.

Esse "vínculo" entre o governo e os militares não parecia limitar-se apenas ao campo político. Alguns analistas do período em questão<sup>203</sup>, destacam o fato de que o Estado autoritário sustentava as atividades dos empresários que detinham as redes de comunicação no Brasil. Isto ocorria porque o governo, através de suas agências, controlava economicamente o mercado brasileiro de propaganda, tendo em vista que o Estado era um dos seus maiores anunciantes dessa rede. Assim sendo, o Estado militarizado, além de promover a instalação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil, conforme já destacado neste trabalho, exercia também, enquanto anunciante, um controle decisivo sobre o teor do material cultural comercializado em nosso país. Essa questão deve ser entendida como parte integrante do processo que os economistas brasileiros caracterizaram como "reorientação" da economia nacional pós-64. Essa "reorientação" consistia, na verdade, em inserir a economia brasileira no processo de internacionalização do capital, consolidando aqui o chamado capitalismo tardio. Referendada pelo II PND, isso possibilitou uma ampliação dos setores de bens de consumo de massa.

Dessa forma, paralelamente ao desenvolvimento da produção de bens materiais do parque industrial brasileiro, intensifica-se a produção de bens culturais.

Dados da época<sup>204</sup>, apontam que a publicidade brasileira no período de 1970 a 1974 cresceu surpreendentemente, superando até as taxas de crescimento nesse setor das economias mais avançadas, como a italiana, a holandesa e a australiana.

---

<sup>202</sup> *Manchete*, 948, 20 de junho de 1970, p.152.

<sup>203</sup> Ver, por exemplo, ORTIZ, Renato. *A moderna tradição...*, Op. cit.

<sup>204</sup> ARRUDA, Maria Arminda. *A Embalagem do sistema*. Tese de mestrado, FFLCH, USP, 1978.

Retornando à tese central desse trabalho, o regime militar, ao preocupar-se com o incentivo e o desenvolvimento dos meios de comunicação, principalmente durante o governo Médici, deixava transparecer sua intenção de utilizá-los como um dos instrumentos de criação de consenso em torno de seus atos. Citando Renato Ortiz, o governo estava, naquele momento, reconhecendo

"a importância dos meios de comunicação de massa, sua capacidade de difundir idéias, de se comunicar diretamente com as massas, e, sobretudo, a possibilidade que têm em criar estados emocionais coletivos."<sup>205</sup>

Se fizermos uma análise das características ideológicas gerais da revista *Manchete* neste período, destacar-se-ia um traço bastante conservador em suas análises sobre o Brasil e o mundo. Penso ser importante destacar esta questão, pois a análise que venho fazendo neste texto se refere a um governo que, no limite, tem suas ações direta ou indiretamente influenciadas por um contexto político mais geral decorrente da Guerra Fria. Ao se referir a episódios internacionais onde eram manifestadas posições políticas relativamente bem definidas de esquerda, a revista acabava redimensionando suas causas e efeitos, traduzindo-os como sendo fruto de ideologias "superadas" e "inviáveis" para o mundo moderno. Ao relatar um episódio relativo a um choque entre estudantes franceses e a polícia no início da década de 70, o repórter Carlos Freire comenta que:

---

<sup>205</sup> ORTIZ, Renato. *A moderna tradição...*, Op. cit., p.114

"Em outros tempos, maio era o mês das flores e das manhãs ensolaradas em Paris, mas agora parece transformar-se no período mais fértil para contestações, pedradas, depredações, barricadas e batalhas campais entre estudantes e policiais. Como se quisessem reviver os graves distúrbios de maio de 68 quando fizeram tremer as bases do governo do General De Gaulle, grupos de estudantes maoístas e trotskistas saíram às ruas na semana passada e promoveram novas agitações...Mas desta vez o movimento não contou com o mínimo apoio. Por isso, os dois mil manifestantes não conseguiram resistir por muito tempo ao cerco perfeito realizado por 10 mil policiais franceses."<sup>206</sup>

Essa postura cética com relação aos movimentos de esquerda estava quase sempre presente nas páginas da revista. O tom desaprovador e a análise desprovida da totalidade dos elementos que possibilitariam uma compreensão mais apurada dos fatos expostos pareciam ser os instrumentos de *Manchete* para redirecionar e manipular os retratos da época.

Um episódio que ilustra significativamente bem a postura da revista com relação à cisão político-ideológica que ocorria no mundo no início dos anos 70, é a cobertura dada por ela à visita feita pelo presidente Médici aos Estados Unidos em dezembro de 71. Um tom eufórico permeava a análise sobre o encontro entre Médici e Nixon . Para seus enviados especiais, após esta visita,

"Os nossos descendentes irão verificar que este encontro modificou os rumos das relações entre o Colosso do Norte e seus vizinhos do Sul do continente. Os Estados

---

<sup>206</sup> *Manchete*, 947, 13 de junho de 1970, p.15.

Unidos se mostram decididos a consultar as repúblicas do hemisfério, no planejamento de sua política mundial. As normas tradicionais da diplomacia norte-americana mudaram agora. Este é o momento da entrada do Brasil no cenário grande da política internacional."<sup>207</sup>

A reportagem traz, além dos elogios feitos por Nixon ao "milagre brasileiro", que

"O acaso simbolizou, melhor do que qualquer ato, a unidade de pontos de vista entre os presidentes Médici e Nixon, fazendo-os andar de passo certo, no salão azul da Casa Branca, momentos antes de trocarem seus discursos."<sup>208</sup>

O artigo fazia uso do encontro para reiterar a tese do "Brasil grande" que, a partir daquele momento, poder-se-ia considerar uma grande nação também externamente, tendo em vista o reconhecimento do sucesso brasileiro pelo líder da maior e mais poderosa nação capitalista do planeta. O repórter avalia que:

"O importante desta visita é que , no plano das relações brasileiro-americanas, encerrou um nefasto ciclo do qual não temos nenhum motivo de saudades: aquela fase de queixas, reclamações, pedidos, exigências, em meio a períodos de excessiva arrogância entremeados com outros de demasiada humildade," pois "...não somos mais um sócio menor e, sim, uma nação com bastante maioria política e mental para ter justas ambições em termos mundiais..."<sup>209</sup>

---

<sup>207</sup> *Manchete*, 1026, 18 de dezembro de 1971, p.8.

<sup>208</sup> *Manchete*, 1026, 18 de dezembro de 1971, p.7

<sup>209</sup> *Manchete*, 1026, 18 de dezembro de 1971, p.14-5

Nessa edição, *Manchete* não deixou de publicar que um de seus enviados especiais para a cobertura do evento, o jornalista e então Diretor-Executivo da revista, Murilo Melo Filho, foi apresentado ao presidente Nixon por Médici como "um grande jornalista brasileiro"<sup>210</sup>.

Outro traço bastante conservador de *Manchete* pode ser notado na forma de aparição do trabalhador brasileiro em suas páginas. Em primeiro lugar, a revista parecia não se preocupar em criar e manter um espaço em suas edições voltado ao público abaixo da classe média. A classe trabalhadora não era contemplada nas páginas de *Manchete* senão como mera coadjuvante no cenário político-econômico nacional, cujos principais personagens e líderes com poder decisório, "preparo" e "competência" não integravam o seu mundo. Em sua cobertura sobre o "milagre econômico", por exemplo, a revista não considerou o arrocho salarial que se impunha aos trabalhadores de baixa renda enquanto uma das bases de sustentação do enganoso "milagre". Ao contrário, como veremos adiante, o crescimento econômico verificado durante o governo Médici foi abordado principalmente em seus pontos positivos. Na maior parte das vezes, as referências ao "trabalhador brasileiro" procuravam identificá-lo como parte integrante de uma sociedade em pleno desenvolvimento, "docilmente" empenhada na construção do "Brasil grande". Aos trabalhadores que se "destacavam" pelo "empenho", "disciplina" e "produtividade", por exemplo, *Manchete* fazia questão de parabenizar em pequenas notas; quanto aos

grupos que, na medida do possível, se manifestavam contra o governo, a revista fingia ignorar sua existência.

Para finalizar, gostaria de mencionar uma propaganda publicada pela revista em novembro de 1969. O anúncio era sobre um televisor PHILIPS e tinha a seguinte frase de destaque: "Na câmara de torturas o TV Philips 550 resistiu a tudo". Em seguida, a propaganda descrevia de forma detalhada os procedimentos feitos com a televisão para provar que, de fato, ela era a mais resistente do Brasil e que, por ter passado pela "câmara de torturas", possibilitaria ao consumidor a "certeza de estar comprando um aparelho que não vai lhe dar dor de cabeça".<sup>211</sup> O anúncio contém ainda uma foto da televisão com uma corda solta ao seu lado.

Apesar do comercial não ter sido elaborado especificamente pela *Manchete*, o fato dela publicar (várias vezes) uma propaganda forte, que sugere uma certa "funcionalidade" para a prática da tortura não pode ser interpretado, dentro de um contexto ditatorial, apenas como fruto de uma prática estritamente comercial da revista que, no limite, apenas vendia um espaço para propaganda. Ao contrário, penso que deve ser creditada uma boa parcela de responsabilidade à *Manchete* sobre esse tipo de publicação, naquele que foi um dos períodos mais singulares da história brasileira.

Espero que as citações feitas aqui tenham contribuído para identificar certos traços de conservadorismo contidos nas publicações da revista.

---

<sup>210</sup> *Manchete*, 1026, 18 de dezembro de 1971, p.9.

<sup>211</sup> *Manchete*, 918, 12 de novembro de 1969, p.78-9.

Como se fez notar ao longo do texto, *Manchete* manifestou total apoio político ao governo do presidente Médici.

Por um lado, exaltou permanentemente as qualidades da personalidade do então presidente da República, por outro, justificou o autoritarismo ditatorial enquanto "necessidade" para a manutenção da "paz" e da "tranqüilidade" que o país segundo ela estava vivendo graças à intervenção militar na vida nacional. *Manchete* procurou justificar o autoritarismo do governo incorporando justamente o discurso do Estado militarizado: o autoritarismo político era necessário para a “segurança” e o “desenvolvimento” do país. Prova disso, era o crescimento econômico que o país vinha experimentando, “sem precedentes” na história brasileira. O trabalho de *Manchete*, ao disseminar a ideologia que associava autoritarismo e desenvolvimento econômico demonstra empiricamente o que os teóricos que pensaram a problemática dos Aparelhos Ideológicos de Estado afirmaram: os AIE's, apesar de juridicamente privados, agem, através dos meios de comunicação, disseminando doses cotidianas de uma ideologia tão claramente favorável aos grupos que detém o poder público que, na prática, pode-se situá-los no âmbito dos organismos “ideológicos” do Estado.

Passemos então, à leitura de *Manchete* sobre a economia brasileira do início da década de setenta.

## ***Ditadura militar e crescimento econômico: a concretização do otimismo***

*"Ninguém segura este país"*

Slogam divulgado pelo governo durante os anos do "milagre econômico"

Para *Manchete*, o regime parecia estar colhendo, no final da década do golpe e início da década seguinte, os frutos - que posteriormente traduzir-se-iam em crédito e fortalecimento político - proporcionados pelas especificidades da "ordem econômica" imposta pelo governo militar.

Nas páginas da revista, o balanço do ano de 1969 foi bastante promissor. Segundo ela, os termômetros financeiros permitiam projetar um excelente crescimento econômico para a década seguinte. Em um quadro chamado "Negócios em *Manchete*", publicado no final de 1969, a revista enumerava diversos dados que serviam de argumento para comprovar seu otimismo sobre o governo Médici manifestado em praticamente todas as reportagens publicadas por ela referentes à economia brasileira. Os dados do mercado financeiro no ano que findava eram extremamente encorajadores:

"Estamos terminando o ano de 1969, que, em toda a história do mercado de ações, apresentou os resultados mais espetaculares..."

"Em situação bastante excelente os bancos cariocas e paulistas, que devem acusar resultados mais do que satisfatórios."<sup>212</sup>

O crescimento vivido pelo Brasil no final da década de 60 e que se estendeu ao início da década seguinte, convencionalmente conhecido como "milagre econômico", foi constantemente vinculado pela *Manchete* à "Revolução de 1964". Os artigos referentes ao crescimento econômico que se manifestava normalmente no aumento das "grandes obras nacionais", eram didaticamente explicados como sendo fruto da experiência, dedicação e honestidade dos governos pós-"Revolução", que objetivavam defender sobretudo os interesses da nação e, conseqüentemente, de todos os brasileiros. Os "resultados concretos" do crescimento não deveriam, segundo a revista, ser entendidos e interpretados como sendo um "milagre", mas "apenas como o fruto de muita luta, esforço e trabalho"<sup>213</sup>, que refletia "... o penoso esforço feito ao longo desta década para recuperar uma economia e um país que se haviam deteriorado por muitos anos de insânias e desvarios."<sup>214</sup>

Desprovidas de qualquer embasamento histórico, as análises sobre o "milagre econômico" feitas pela revista soavam muito mais como propaganda política dos governos municipais, estaduais e federal. As reportagens pareciam pretender passar a idéia de que a busca pelo desenvolvimento e pelo progresso nacional havia se iniciado após o golpe, tamanho era o ufanismo com que essas

---

<sup>212</sup> *Manchete*, 921, 13 de dezembro de 1969, p.146.

<sup>213</sup> *Manchete*, 1144, 23 de março de 1974.

<sup>214</sup> *Manchete*, 1144, 23 de março de 1974.

questões eram tratadas. Quando os textos se referiam aos governos anteriores aos da ditadura, geralmente continham críticas ao "paternalismo" do Estado e à corrupção que acabaram impedindo que o país atingisse o patamar de desenvolvimento econômico alcançado no início da década de 70. Aliás, é bastante contraditória a crítica que a revista normalmente fazia ao "paternalismo" do Estado, tendo em vista que o crescimento econômico deste período, tão elogiado pela Manchete, tinha no Estado uma de suas bases essenciais. Ao discutir o processo de industrialização recente no Brasil, Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo comentam sobre o processo de articulação dos setores da economia no desenvolvimento dos setores de bens de capital e de insumos pesados que, o ritmo de expansão de capacidade da indústria,

"... depende de como se articulam a lógica da concorrência intercapitalista das grandes empresas internacionais do complexo metal-mecânico e da capacidade do setor público de promover investimentos complementares, tanto na órbita das grandes empresas públicas industriais, quanto na esfera dos investimentos públicos convencionais em transportes e energia." <sup>215</sup>

Portanto, o que a revista considerava como "paternalismo estatal" foi, também durante o governo Médici, plenamente utilizado pelo setor público.

---

<sup>215</sup> TAVARES, Maria da Conceição, BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil*. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.123 (Leituras Afins)

Um dos temas econômicos preferidos da revista já no início da década de 70 era o do Plano Nacional de Habitação. Esse plano era citado por ela como prova de que o que faltava ao Brasil para que se construísse habitações principalmente populares, era vontade política e um comando austero sobre as políticas estatais, o que aliás vinha sendo feito pelos governos municipais e estaduais durante o período presidencial de Médici. Numa reportagem sobre as atividades do BNH em 1970, ao relatar algumas considerações do presidente do órgão, a *Manchete* discorria que, antes da criação do BNH:

"Só os privilegiados obtinham financiamento. Era o regime do protecionismo político implantado no país. Não havia possibilidade de concretização do sonho da casa própria... Mas a coisa mudou: agora os brasileiros têm a possibilidade de serem proprietários de suas casas."<sup>216</sup>

Segundo a reportagem, os grandes resultados do Plano Nacional de Habitação em todo país e, principalmente em São Paulo, era a resposta aos "incrédulos e derrotistas" - ratificação feita pela revista sobre uma análise do assunto elaborada pelo presidente regional da entidade.

A reportagem conclui com uma explicação bastante pitoresca sobre o suposto "sucesso" do BNH", dada pelo seu presidente: "A resposta só pode ser

---

<sup>216</sup> *Manchete*, Edição Especial, 25 de janeiro de 1970, p.209.

uma: a continuidade do trabalho da equipe do Banco Nacional de Habitação, sob o comando firme de seu presidente Mário Trindade."<sup>217</sup>

Um outro setor da economia brasileira em que o governo se respaldava para colher o fruto político proporcionado com a fórmula propaganda e crescimento foi o hidrelétrico, amplamente divulgado pela *Manchete*. Ela abordou essa questão numa edição especial sobre o "surpreendente" crescimento da economia paulista, publicada no dia 25 de janeiro de 1970. É importante lembrar que, à época do "milagre econômico", o estado de São Paulo foi, por motivos óbvios, a região brasileira que externou de forma mais consistente os efeitos do crescimento, dadas as suas especificidades em comparação com outros Estados brasileiros. Para se ter uma idéia do potencial da economia paulista em comparação com as de outros estados, basta citar que, segundo dados da época, a produção industrial do município de São Paulo, englobados os municípios satélites, era superior à de todos os estados brasileiros juntos.

Um dos trechos da reportagem acima citada discute a importância das obras das Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), enquanto principal responsável pela construção de grandes usinas que, a curto prazo, supririam a demanda por energia elétrica não só no estado de São Paulo mas também em todo Brasil. O governo brasileiro demonstrava com isso, segundo a reportagem, sua preocupação em resolver os possíveis problemas dos setores de base da economia, que porventura viessem a ocorrer enquanto reflexo do ritmo de crescimento imposto pelo

---

<sup>217</sup> *Manchete*, Edição Especial, 25 de janeiro de 1970, p.211.

"milagre". Por outro lado, o governo parecia estar provando mais uma vez que o otimismo com relação ao futuro do país era plenamente justificável e que, dado os números "incontestáveis" do crescimento, os opositores ao regime deveriam ser considerados inimigos do país. O governo passaria, a partir de então, a canalizar - evidentemente com o aval e o apoio da revista em questão - para o terreno especificamente econômico as avaliações sobre o desempenho do presidente da república. Consta ainda na reportagem sobre a CESP uma frase de Médici que demonstra a forma como o governo redimensionava os efeitos do "milagre", usando-o até certo ponto como justificativa para o autoritarismo ímpar daquela fase do regime militar:

"Após inaugurar, no dia 9 de janeiro de 1970, as três novas unidades geradoras de Jupia - cada uma com 100 mil quilowatts, o Presidente Garrastazu Médici, empolgado com a grandiosidade do conjunto Hidrelétrico de Urubupungá, disse, num improviso, que ali estava 'uma contestação eloqüente a todos os derrotistas que não acreditam no Brasil'."<sup>218</sup>

Para o governo portanto, "acreditar no Brasil" era também sinônimo senão de apoio, pelo menos de reconhecimento do crescimento econômico propiciado aos brasileiros pelos homens da caserna. No limite, a idéia transmitida naquele momento pelo regime era a de que os militares estavam fazendo o "melhor possível" e os "impatriotas" que não estavam acreditando no governo deveriam pelo menos não

atrapalhar o "esforço nacional" comandado por este. Para ficar somente num exemplo da arrogância dos militares e sua equipe com relação à sua "capacidade" para "dirigir" a nação, poderíamos citar uma avaliação do ministro da Fazenda referente a um dos problemas da economia brasileira durante seu mandato: os efeitos "negativos" do "milagre econômico", sentidos principalmente no final de 1973 com o aumento da inflação, eram diagnosticados oficialmente pelo governo e transmitidos pelas agências de propaganda sob orientação do ministro Delfim Neto, como sendo fruto da incapacidade da sociedade brasileira em "avaliar" corretamente o valor da produção, distribuição e venda de produtos adquiridos no mercado. Assim, como comenta Carlos Fico, "o problema da inflação aparecia basicamente como 'culpa' da sociedade, que praticava preços inadequados."<sup>219</sup> A campanha publicitária "Diga não à inflação" incentivava uma postura "fiscalizadora" por parte da população que, para o ministro, era a grande culpada pela subida do índice inflacionário.

Durante esta edição relativa ao estado de São Paulo, além de demonstrar constantemente a fundamental importância do apoio dado pelo governo federal ao estado, a revista esboça claramente seu apoio aparentemente "incondicional" ao governador Abreu Sodré. Isto pode ser constatado claramente na forma com que ela avalia as realizações de seu mandato e seu "importantíssimo" trabalho em conjunto com o governo federal. As reportagens apontam vitórias administrativas nas principais áreas de atuação do estado: saúde, transporte, habitação (já citada

---

<sup>218</sup> *Manchete*, Edição Especial, 25 de janeiro de 1970, p.56.

neste texto), educação etc. Mais uma vez, a revista traduzia o crescimento econômico paulista como sendo fruto de uma boa administração (conforme vinha ocorrendo no nível da federação) e, quase sempre se referia aos governantes anteriores de forma pejorativa. Na página que abre as reportagens que analisam a administração Abreu Sodré e sua filosofia de governo consta a seguinte menção "indireta" feita a ele:

"Um diagnóstico razoável [referindo-se aos problemas decorrentes do crescimento do Estado e suas possíveis possibilidades de resolução] implica numa fantástica e ininterrupta confrontação de números, disponibilidades, necessidades e previsões. Mas o xis do problema é a filosofia administrativa por trás do diagnóstico - pois, antes do atendimento às reivindicações do homem e da máquina, é preciso pensar com coragem, firmeza e sacrifício."<sup>220</sup>

Um assunto abordado com razoável destaque sobre os empreendimentos do governo em questão foi o dos transportes. A construção do metrô paulista apareceu como um dos exemplos de sucesso na parceria entre governo estadual e federal. Segundo a revista,

"... inicia-se a ... etapa destinada a colocar a cidade em dia - o que há pouco tempo parecia impossível, pois o atraso em obras de infra-estrutura era de trinta anos. O governo federal, há dias, forneceu o aval necessário para que, apoiada em empréstimos

---

<sup>219</sup> FICO, Carlos. Op.cit.

<sup>220</sup> *Manchete*, Edição Especial, 25 de janeiro de 1970, p.134.

externos de até 110 milhões de dólares, se construa a primeira linha norte-sul do metrô no prazo de quatro anos, até 1974."<sup>221</sup>

Segundo a *Manchete*, essas obras só estariam sendo realizadas porque ao assumirem o poder, os militares eliminaram progressivamente os impedimentos legais a esse tipo de projeto. Em função desses impedimentos legais - criados e mantidos pelos governantes anteriores - a "cidade ficou atrasada 20 ou 30 anos por uma discriminação tributária prejudicial, revogada pela revolução de 1964."<sup>222</sup>

Nesta edição, *Manchete* dá um grande destaque às obras de saneamento básico realizadas "em ritmo acelerado" pelo governo paulista. São enumeradas diversas cidades que estariam obtendo excelentes benefícios com a "vontade política" do governo Médici em solucionar de vez o problema do atraso desse setor de infra-estrutura dos estados brasileiros, principalmente o de São Paulo. A reportagem observa de forma enfática que essas obras resolveriam o problema do saneamento básico no estado para no mínimo até o próximo milênio, posto que

"A partir de abril de 1964, com as reformas introduzidas no país, amplas perspectivas vêm-se abrindo para o desenvolvimento efetivo de programas de saneamento básico."<sup>223</sup>

---

<sup>221</sup> *Manchete*, Edição Especial, 25 de janeiro de 1970, p.136.

<sup>222</sup> *Manchete*, Edição Especial, 25 de janeiro de 1970, p.175.

<sup>223</sup> *Manchete*, Edição Especial, 25 de janeiro de 1970, p.78.

A revista responsabilizava também o governo paulista por "ordenar mais racionalmente"<sup>224</sup> a estrutura da rede de escolas primárias e secundárias de São Paulo que, também na área da educação, demonstrava estar "pulsando hoje no ritmo do Brasil de amanhã."<sup>225</sup> Segundo *Manchete*, no início da década de 70 o governo brasileiro estava promovendo uma verdadeira "revolução" na área da educação no país. Isto se fazia notar pelo aumento do número de matrículas no estado de São Paulo, decorrentes da implantação da escolaridade obrigatória.

Portanto, a "filosofia" de governo de Abreu Sodré, aliada à "competência" e à "vontade política" do governo Médici eram as principais responsáveis pelo bom desempenho da economia brasileira e, em particular a paulista, naquele início de década.

Segundo um texto de Murilo Mello Filho publicado pela revista em junho de 1971, graças aos militares,

"Existe hoje uma sede de Brasil, dentro e fora do nosso país. Dir-se-ia que o gigante adormecido e deitado eternamente em berço esplêndido está finalmente despertando do seu sono secular para recuperar o tempo perdido e ingressar, como membro efetivo, no 'Clube dos países ricos',

tendo em vista que,

"Verificamos, já agora, que nunca fomos propriamente subdesenvolvidos. Éramos apenas mal- administrados."<sup>226</sup>

---

<sup>224</sup> *Manchete*, Edição Especial, 25 de janeiro de 1970, p.33.

<sup>225</sup> *Manchete*, Edição Especial, 25 de janeiro de 1970, p.91.

<sup>226</sup> *Manchete*, 1000, 19 de junho de 1971, p.8-9.

Esse tipo de avaliação sobre os possíveis elementos que poderiam compor uma explicação razoável sobre os motivos que levaram ao chamado "milagre econômico" é visivelmente parcial e inconsistente. Sabe-se, de longa data, que os motivos que levaram a economia brasileira a tal crescimento estão inerentemente ligados a fatores exógenos à nossa economia, apesar de, em termos endógenos, ela ter demonstrado uma boa capacidade de expansão impulsionada pelas reformas constitucionais do governo Castelo Branco que "adequaram" legalmente a economia brasileira à entrada de capital externo, viabilizando posteriormente, o "milagre econômico". Referindo-se ao "milagre" brasileiro, Octávio Ianni afirma que

"O 'milagre' brasileiro, dos anos 1968-73, da mesma forma que o milagre alemão, anteriormente, na década dos cinquenta, e o japonês, na década dos sessenta, foram em boa parte produzidos pelo capitalismo norte-americano e as suas agências de propaganda."<sup>227</sup>

Ao tratar da reorganização da economia mundial no pós-guerra, Luciano G. Coutinho e Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo assinalam que houve uma "superexpansão sincronizada de todas as economias capitalistas no período 71-73, sob a liderança dos Estados Unidos."<sup>228</sup> Isto leva a crer que o processo que conduziu ao "milagre" foi determinado muito mais por fatores externos ao Brasil,

---

<sup>227</sup> IANNI, Octávio. *Imperialismo e Cultura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976. p. 19.

<sup>228</sup> BELLUZO, Luiz Gonzaga, COUTINHO, Renata.(org.) Op.cit.p.07.

tendo em vista a origem global desse crescimento. O "milagre" careceu assim da singularidade que a *Manchete* tentou imputar a ele. Tratava-se portanto de um *boom* de crescimento do sistema capitalista, e não da "capacidade e dinamismo" do ministro da Fazenda e da "vontade política" dos militares brasileiros.

Apesar dos dados divulgados pelo governo e amplamente reafirmados por *Manchete* sobre o aumento considerável de investimentos do setor público nas áreas sociais durante o governo Médici, as estimativas referentes ao assunto feitas por pesquisadores sobre o período em questão revelam um quadro bem mais modesto. Já é notadamente sabido que o "milagre econômico" não se estendeu ao campo do atendimento às necessidades básicas da população brasileira. Como comenta José Serra, é inquestionável

"a política social 'regressiva' do regime militar brasileiro entre 1964 e 1974: baixos reajustes salariais fixados pelo governo, enfraquecimento da estabilidade no emprego, duras restrições à liberdade sindical e contenção dos gastos públicos com finalidades sociais."<sup>229</sup>

Os investimentos feitos pelo governo nos setores sociais do Brasil do início dos anos setenta parecem situar-se mais no nível da propaganda do que propriamente no nível da realidade. Vários estudos já apontaram os limites desse

---

<sup>229</sup> SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra*. In: BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello, COUTINHO, Renata. Op.cit. p.64.

crescimento da economia brasileira no que tange à questão social e aos supostos benefícios trazidos por ele à população de baixa renda. As estimativas afirmam, ao contrário, que em decorrência do modelo de crescimento em que se inseriu o "milagre", houve em verdade um acentuado agravamento das disparidades sociais no Brasil. Segundo Vilmar Faria,

"Um crescimento de tal magnitude, ocorrendo a ritmo tão acelerado na periferia da economia capitalista mundial, não poderia dar-se sem que tivessem lugar, por um lado, profundas modificações quantitativas e qualitativas na estrutura espacial, demográfica e social do país e, por outro, o agravamento de antigos e o surgimento de novos desequilíbrios setoriais, regionais e sociais."<sup>230</sup>

Gostaria de lembrar aqui a tese de Fernando Henrique Cardoso que demonstra claramente que quando se fala em *modernização* ou *crescimento* econômico de um país não se está falando necessariamente em *desenvolvimento* do mesmo. Isso se explica, grosso modo, na medida em que uma economia pode atingir índices de crescimento consideráveis sem que haja uma distribuição mais ou menos equitativa desse crescimento. Modernização e crescimento econômico com proporcional distribuição de renda, caracterizaria, segundo essa tese, uma situação de desenvolvimento real de uma sociedade. Como lembra o próprio Fernando

---

<sup>230</sup> FARIA, Vilmar. *Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos*. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.122. (Leituras Afins)

Henrique, a experiência autoritária em nosso país (1964-1984), mostrou o descompasso significativo entre crescimento econômico e equidade.

Essas citações foram feitas aqui com o objetivo de poder expor, da maneira mais clara possível, que a leitura feita e divulgada pela revista *Manchete* sobre a economia do Brasil no governo Médici parece distanciar-se demasiadamente da realidade. A revista priorizou, nesta fase, o fato do Estado brasileiro estar, sob o comando dos militares, pondo em prática um projeto que ela considerava como sendo de desenvolvimento, que vinha atender às "reais" necessidades do povo brasileiro. Por "desenvolvimento" a revista entendia somente a possibilidade, que na época se apresentava concreta, de ampliação do número de pequenas, médias e grandes obras patrocinadas pelo Estado que, no limite, modernizariam a estrutura econômica brasileira. Segundo palavras da própria revista, "o desenvolvimento de São Paulo se traduz em obras: na multiplicação de fábricas, escolas, usinas hidrelétricas, estradas, hospitais e na contínua modernização das cidades do estado."<sup>231</sup>

Sem dúvida, nossa economia naquele início de década sofreu uma modernização imposta pelo acelerado e vertiginoso ciclo de expansão vivido pelo capitalismo mundial, conforme já citamos no texto. O que questiono aqui é o fato da *Manchete* elaborar e divulgar uma propaganda segundo a qual os efeitos do "milagre" estariam beneficiando irrestritamente todos os setores sociais, principalmente os mais carentes. Esse argumento continha uma funcionalidade para

a revista na medida em que ela passou a fazer uma propaganda do governo cujo cerne era justificar o autoritarismo político como sendo necessário ao "desenvolvimento" do país. Esse tipo de argumento propagandístico aliás, nada possuía de original, tendo em vista o vasto uso feito dele pelos meios de comunicação e principalmente pelo governo. Eram bastante questionáveis, além da justificativa, os efeitos do crescimento divulgado por ela, assim como a interpretação da revista sobre a natureza daquele crescimento, como mencionamos anteriormente.

Durante o período final do mandato de Médici e no conseqüente processo sucessório, a revista *Manchete* avaliou de forma bastante positiva, em diversas matérias, o trabalho do governo que estava se encerrando.

Como não poderia deixar de ser, o governo Médici foi amplamente exaltado como sendo, senão o principal, pelo menos o que merecia maior destaque após a "Revolução" de 64 pelo concretismo de suas realizações, principalmente nos campos da política e da economia. As reportagens sentenciavam constantemente o difícil futuro do sucessor de Médici, pois este seria empossado num contexto bastante incomum da história republicana brasileira, já que herdava, em termos gerais, uma situação promissora e que demandava uma extrema competência política e administrativa para mantê-la. Mais uma vez creditando o crescimento econômico e o clima de "tranqüilidade política" à competência daqueles que

---

<sup>231</sup> *Manchete*, Edição Especial, 25 de janeiro de 1970, p.105.

ocupavam então o poder e não às circunstâncias externas e internas, a revista afirmava também que:

"Sobre os ombros do próximo presidente, vai recair um legado terrível: o de substituir o general Emílio Médici, que chega ao fim do mandato no auge do prestígio, da popularidade e da respeitabilidade. Está gravada na retina do povo brasileiro a imagem de um presidente popular sem ser popularesco... Seu sucessor terá de fazer muita força e realizar bastante por esse país, pois do contrário restará uma enorme saudade."<sup>232</sup>

Sem a menor sombra de dúvida, para a revista *Manchete* o mandato do general Médici se encerrou prematuramente e deixou bastante saudade. Sintetizando, a revista em questão projetou para seus leitores a imagem de um governo que primava por contar com um líder competente, dedicado e patriota, que soube melhor do que ninguém escolher sua equipe de trabalho, merecedora de tantos adjetivos quanto os dados ao seu chefe. Essa fórmula só poderia proporcionar ao Brasil um período de extrema prosperidade e tranqüilidade: uma economia crescendo cerca de 10% ao ano, superando até mesmo o crescimento de muitos países de "primeiro mundo" somado ao clima de "tranqüilidade" política proporcionado pela repressão que, naquele momento, se fazia notadamente necessária e eficiente, já que somente ela poderia garantir tal prosperidade. Segundo um artigo sobre a sucessão de Médici,

---

<sup>232</sup> *Manchete*, 1092, 24 de março de 1973, p.27.

"O próximo presidente terá de garantir a continuidade deste clima de paz, de trabalho, de sossego e tranqüilidade, que tem sido responsável em grande parte pela recuperação nacional."<sup>233</sup>

Nota-se, portanto, que o Brasil do presidente Médici vivenciava sucessos e realizações que o projetavam como uma nação forte e pronta para ingressar com sucesso no segundo milênio. Nas páginas de *Manchete*, éramos, de fato, o país do futuro.

\* \* \*

---

<sup>233</sup> *Manchete*, 1092, 24 de março de 1973, p.26.

## Capítulo IV: UM CONTRAPONTO NECESSÁRIO

*"O Evangelho dos tempos novos ensina que o  
caminho da felicidade política é a estrada da  
obediência."*

*Visão, 24/03/1971*

### ***Um contraponto necessário***

Este capítulo objetiva sobretudo fazer um contraponto à análise da revista *Manchete* enquanto um Aparelho Ideológico de Estado no governo Médici. O exame de dois órgãos da imprensa brasileira no mesmo período - *Visão* e *Veja* - permite que este trabalho avance no sentido de demonstrar porque o conceito de aparelhos ideológicos de Estado não pode ser aplicado ao conjunto dos meios de comunicação nacionais. Em outras palavras, buscaremos nesta parte do trabalho, através de uma análise comparativa, mostrar por que o referencial teórico usado até aqui para compreender o que foi *Manchete* torna-se impreciso se o tomarmos como referência para outros exemplos. Consideradas as diferenças em termos de postura com relação ao governo militar entre *Visão* e *Veja*, a análise que se segue sobre essas revistas revelou-se bastante importante para os fins deste trabalho.

## *Revista Visão*

Com o objetivo de fazer um contraponto à *Manchete* do regime militar, gostaríamos primeiramente de expor, em linhas gerais, algumas características da postura da revista *Visão*<sup>234</sup> durante o período de governo do presidente Médici.

Faz-se necessário esclarecer que, tendo em vista o objetivo acima citado, as considerações que se seguem não pretendem analisar de forma detalhada o conjunto das matérias de *Visão* no período proposto. Pretendem apenas propor empiricamente a discussão sobre a possibilidade de um órgão de imprensa não atuar organicamente a favor do governo militar, ainda que sob a vigência do AI-5.

A opção por *Visão* enquanto um contraponto à *Manchete* deve-se ao fato de que, de maneira geral, essa revista manteve um discurso bastante diferente sobre o governo Médici. Ao meu ver, essa diferença pode ser identificada através da forma com que *Visão* expunha os problemas governamentais à nação como também da postura guardada por ela diante desses problemas.

Tal contraposição permite afirmar que a postura ideológica da revista *Manchete* durante o período Médici foi mais uma *opção* editorial que uma *imposição* por parte do regime. Ou seja, um breve exame sobre o posicionamento de um outro órgão da imprensa brasileira diante de alguns fatos no mesmo período permite pensar que o apoio de *Manchete* a Médici não foi uma consequência direta e

---

<sup>234</sup> Integravam na época o corpo de redação da revista Zuenir Ventura, Ziraldo Alves Pinto, entre outros. *Visão* tinha como colaboradores nomes como Antônio Callado, Ferreira Gullar, Rubem Braga, Wladimir Herzog, entre outros.

inevitável das limitações legais impostas pelos militares às manifestações públicas de contestação ao governo e sim uma *opção* dos proprietários da revista. O referencial construído em torno de algumas posições tomadas por *Visão* no período em questão revela que, se não era possível contestar frontalmente o regime militar, o apoio explícito a ele não era uma regra seguida pelos meios de comunicação em geral. Ideologicamente falando, revistas como *Visão* e *Veja* não incorporaram integralmente a “visão de Brasil” do Estado militar.

Para iniciar esta breve exposição, tomemos como ponto de partida o posicionamento de *Visão* diante de três fatos que antecederam o período principal da análise mas que, indo além das especificidades imediatas que os cercaram, em boa parte contribuem para o entendimento das raízes do governo Médici: a Constituição de 1967, a gradativa consolidação do "endurecimento" do regime com a eleição do Marechal Costa e Silva e o início do chamado "milagre econômico".

No episódio da elaboração e imposição da carta constitucional utilizada pelos militares durante todo período ditatorial, a constituição imposta por Castelo Branco em 1967, a revista expõe, numa longa reportagem, as *diversas* opiniões que as principais correntes políticas nacionais tinham em relação às novas leis nacionais. Como se sabe, a "institucionalização" do regime trouxe, como uma de suas características principais, um aumento substancial da capacidade de ação do poder Executivo em detrimento, principalmente, do poder Legislativo. De uma maneira geral, esse aspecto da Constituição de 67 foi um dos mais criticados pela

oposição ao governo no Congresso Nacional e fora dele, críticas compartilhadas inclusive por setores políticos que apoiaram o golpe.

Tal crítica foi apresentada por *Visão* na edição do dia 27 de janeiro de 67. Nela, aparece clara, na forma de entrevista, a opinião de políticos que não mais apoiavam o governo e criticavam a nova carta, como por exemplo as considerações feitas por Afonso Arinos: "O que eu não aceito é a limitação política do poder Legislativo, a imposição de uma tutela do Executivo sobre o Legislativo na parte política."<sup>235</sup> A reportagem parece preocupar-se sobretudo em *expor* as opiniões a favor ou contra o governo militar, independente de tomar partido perante a opinião pública. Mais que isso, nas entrelinhas, o artigo consiste numa crítica clara à nova carta constitucional.

No que se refere à ascensão de Costa e Silva ao poder, *Visão* externou, em alguns episódios, o suposto "endurecimento" do regime, consequência inevitável, segundo analistas da época, da ascensão da linha dura ao comando do país. Mesmo antes da posse do novo presidente, a revista já manifestava dúvidas sobre a vontade de Costa e Silva de alterar algumas características da política econômico- financeira do regime, considerada por ela inadequada.<sup>236</sup>

Com relação à questão política do governo que se iniciava, o periódico avaliava negativamente a possibilidade do aumento gradativo do autoritarismo do regime. Uma das dúvidas colocadas por *Visão* sobre o governo Costa e Silva era a seguinte:

"Trata-se, basicamente, de saber se o governo Costa e Silva será fatalmente conduzido à pacificação nacional ou, ao contrário, ao extremo endurecimento, até desaguar numa ditadura militar rasgada."<sup>237</sup>

Na mesma edição, *Visão* fazia críticas ao fato de que, mesmo antes do início do regime militar, a pressão exercida por alguns setores das Forças Armadas brasileiras sobre o nosso sistema político geralmente tendia a suplantar o que ela chamou de "formalismo jurídico-institucional"<sup>238</sup>. De certa forma, a revista estava fazendo uma crítica à fragilidade de nossa estrutura política diante das pressões militares que, principalmente a partir de 64, criaram, enquanto decorrência óbvia do governo ditatorial, uma séria instabilidade entre os poderes, variando de grau e intensidade de acordo com o grupo castrense que estivesse ocupando o poder de Estado.

No que se refere ao início do crescimento econômico que caracterizou o período Médici e que se manifesta já no final do governo Costa e Silva, ao contrário do que o governo diagnosticava, *Visão* discordava em relação ao otimismo circundante. Segundo ela,

"Nenhum observador da cena política nacional encontrará fatos promissores indicativos de um desdobramento satisfatório dos atos subseqüentes do Governo Costa e Silva. Os sinais de preocupação revelados pelo empresariado não são de natureza

---

<sup>235</sup> *Visão*, 30, 27 de janeiro de 1967, p.15.

<sup>236</sup> *Visão*, 30, 24 de fevereiro de 1967, p.11.

<sup>237</sup> *Visão*, 30, 24 de fevereiro de 1967, p.11.

artificial ou de inspiração oposicionista. Revelam menos uma ansiedade presente e mais uma angústia em relação à falta de perspectivas para o futuro."<sup>239</sup>

No início do governo Médici, *Visão* trazia novamente a questão da economia brasileira sob o comando dos militares, especificamente o problema da forma de intervenção que o Estado militar fomentava na relação entre o capital externo e interno<sup>240</sup>. Ao colocar esse problema, a revista procura discutir qual seria a melhor forma de governo - autoritário ou democrático - para conduzir essa relação. O desenvolvimento do país requeria a mediação de um Estado democrático e participativo, com características políticas opostas à do país naquele momento. Esse posicionamento de *Visão* destoava da propaganda que o regime vinha fazendo, cuja característica maior era creditar justamente ao modelo político autoritário a responsabilidade pelo crescimento econômico.

Nota-se que esse periódico põe em discussão temas relevantes do período tratado e, muitas vezes, registra suas opiniões contrárias às do governo ditatorial.

Um outro tema bastante difícil de ser tratado durante a presidência de Médici e que *Visão* trouxe - embora de forma discreta - em suas páginas foi o da relação entre o Estado militar e os direitos humanos no Brasil. A revista "lembrava" no começo de 1971, ao tratar dos sequestros políticos que

---

<sup>238</sup> *Visão*, 30, 24 de fevereiro de 1967, p.11.

<sup>239</sup> *Visão*, 33, 22 de novembro de 1968, p.59.

"o governo continua a ser acusado de vilipendiar os direitos e as garantias da pessoa humana, enquanto engrossa - com os próprios presos banidos do território nacional - o contingente dos que se dedicam a desacreditar no exterior o regime brasileiro."<sup>241</sup>

Além disso, defende também que o Estado de Direito é "obrigação elementar - e que deveria ser prioritária - do governo para com a nação." Postura bem diferente de *Manchete* que, como mostramos, justificava o autoritarismo militar e a conseqüente supressão dos direitos civis no governo Médici como medidas necessárias, dadas as circunstâncias do período, e responsáveis inclusive pelo clima de "tranqüilidade" e desenvolvimento que segundo ela pairava nos ares brasileiros no início dos anos setenta.

Em março de 1971, *Visão* fazia sérias críticas à falta de autoridade dos novos governadores eleitos naquele ano, chamados por ela de verdadeiro "Ministério Estadual". Segundo a revista, o governo Médici "nada tinha a temer" com relação aos novos governadores já que, praticamente escolhidos pelo governo militar, os novos nomes nada mais tinham a fazer senão "rezar a cartilha" do governo federal, previamente apresentada a eles. O artigo ironiza o processo da sucessão estadual afirmando que "o evangelho dos tempos novos ensina que o caminho da felicidade política é a estrada da obediência."<sup>242</sup> A crítica ao intervencionismo militar no nível estadual era clara e endereçada:

---

<sup>240</sup> *Visão*, 36, 09 de maio de 1970, p.9.

<sup>241</sup> *Visão*, 38, 17 de janeiro de 1971, p.17.

"Os 22 governadores, escolhidos um a um pelo Presidente da República, ratificados sem hesitação pelas submissas câmaras estaduais, começam os respectivos mandatos-um jogo de quatro anos cujas regras eles já receberam prontas, como o seu próprio direito de jogar foi antecipadamente condicionado à obediência às normas superiores do juiz inquestionável: o Poder Central."<sup>243</sup>

Portanto, a postura de *Visão* sobre o tipo de intervenção exercida pelo regime militar sobre a política brasileira naquele período é de clara discordância e descrédito. Assumindo um discurso caracteristicamente liberal, a revista não usa meios termos para criticar diretamente o regime militar, em sua fase áurea, no tocante ao autoritarismo e à repressão. Isso reafirma uma das teses defendidas aqui de que, o grau de apoio dado por *Manchete* ao governo Médici e a associação feita entre tal revista e o referencial teórico dos AIE's não se aplica à totalidade dos meios de comunicação que atuaram no período tratado. Ao contrário, as características gerais das matérias de *Visão* sobre os temas aqui expostos evidenciam que não houve uma identificação automática desta revista com a ideologia do Estado militar.

A leitura de *Visão* durante o período histórico do governo Médici denuncia que, no mínimo, o regime não tinha neste órgão de imprensa um canal de apoio junto à sociedade brasileira. Ao contrário, a impressão deixada por ela em suas análises sobre os aspectos gerais do governo Médici - autoritarismo político e

---

<sup>242</sup> *Visão*, 24 de março de 1971, p.29.

<sup>243</sup> *Visão*, 24 de março de 1971, p.29.

crescimento econômico - é a de um esforço em tentar fazer chegar ao seu público leitor uma versão diferente daquela abertamente ufanista pregada pelo regime.

## ***Revista Veja***

Uma análise da postura da revista *Veja* durante a ditadura militar, especificamente durante o governo Médici, também permite perceber que a condição de Manchete enquanto um AIE diferia da de outros meios de comunicação no Brasil da época.

Gostaríamos de destacar que os comentários que se seguem sobre a revista *Veja* e as características gerais de sua atuação durante o regime militar, em especial no governo Médici, têm como referência básica a pesquisa realizada por Juliana Gazzotti.<sup>244</sup>

Tal como na análise feita anteriormente sobre a revista *Visão*, procuraremos destacar a postura da revista *Veja* diante de alguns temas centrais acerca do regime militar que, em geral, provocaram conflitos entre o governo e parte da imprensa brasileira, fundamentalmente a questão da tortura e do restabelecimento da democracia no país.

De maneira geral, *Veja* assumiu durante a ditadura militar uma postura favorável às políticas econômicas, principalmente as do governo Médici e Geisel e, por outro lado, um posicionamento crítico com relação ao autoritarismo político do regime. Isso ocorreu porque tal revista acabou se favorecendo com o desenvolvimento da indústria cultural no Brasil, promovido pelo Estado militar

através de suas políticas econômicas, ao mesmo tempo em que a censura e as limitações gerais impostas pelo AI-5 impediam-na, de certa maneira, de atuar no mercado divulgando ao seu público de forma eficiente o que se passava no país.

Ao analisar um editorial de *Veja* publicado em 1978, quando a revista comemorava seus 10 anos de existência, Juliana Gazzotti aponta que:

“Na economia, a revista sente-se à vontade: ela floresce e cresce, vende mais e publica mais propaganda, aumenta o número de páginas e de leitores e assinantes. Um sucesso editorial que se consolidou juntamente com o desenvolvimento da indústria cultural no país. Já em relação à política, com o fim do AI-5, *Veja* celebrou a abertura ‘tranqüila’ do regime militar, com a manutenção da ordem. Por isso, a ditadura não é mais necessária, ou seja, o desenvolvimento econômico pode continuar sem um regime repressivo que fere a liberdade de informação.”<sup>245</sup>

Ou seja, a revista *Veja* não deu apoio integral ao regime militar: em termos de política econômica, ela beneficiava-se com o regime enquanto parte integrante da indústria cultural; politicamente, no entanto, tal semanário guardou uma postura crítica em relação à ditadura porque esta a impedia, através da censura, de publicar sobre temas polêmicos que em geral envolviam direta ou indiretamente o governo militar.

---

<sup>244</sup> GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSCar, 1998.

<sup>245</sup> *Ibidem*. p.175.

Um dos assuntos tratados por *Veja* que evidenciam uma postura crítica dessa revista com relação à ditadura brasileira foi a tortura. Segundo a autora acima citada, as “reportagens sobre as torturas aos presos políticos representam o maior momento de crítica ao regime militar realizado por *Veja*.”<sup>246</sup> Ao denunciar, já em 1969, as violências e torturas efetuadas nos porões da ditadura brasileira, a revista tocava num assunto extremamente delicado para o regime. Isto porque, evidentemente, numa situação de extrema censura e sob o AI-5, ao denunciar a tortura, ela estava no mínimo contestando a versão oficial do governo de que no Brasil não se praticavam tais atos, principalmente em presos políticos. Segundo o governo, o presidente Médici era radicalmente contra a prática das torturas durante o seu governo, tendo inclusive proibido sua prática: “não aceito tortura, nem que se maltrate ou se mate preso. Não aceito de jeito nenhum”.<sup>247</sup> Esse comentário do presidente da República foi reproduzido numa entrevista dada pelo General Carlos Alberto da Fontoura, chefe do SNI durante o governo Médici. Segundo o general, o presidente externou sua posição sobre as torturas publicamente, “em duas ou três reuniões ministeriais, com o meu testemunho e de todos os que lá estavam: ele não admitia, absolutamente, tortura, martírio ou mortes em prisões”<sup>248</sup>.

Independente do regime ter feito uso de torturas em seu combate contra a oposição, o fato é que, em termos oficiais, nenhum setor do governo admitiu que ocorriam “excessos” nos cárceres políticos. Aliás, conforme discutimos

---

<sup>246</sup> Ibidem p.81.

<sup>247</sup> Ver D’ARAÚJO, Maria Celina . Op.cit. p. 95-6.

<sup>248</sup> GAZZOTTI, Juliana. Op.cit. p.96.

anteriormente, a imagem que o governo Médici pretendeu passar à população era a de um governo forte, responsável pelo “milagre econômico” vivenciado por um país que se modernizava em ritmo acelerado. Não compunha a “mística” do “país do futuro” o uso que o governo vinha fazendo do seu sistema repressivo para eliminar a oposição armada ou mesmo a oposição “legal”. De certa maneira, ao expor esse tipo de questão, *Veja* colocava o dedo numa das “feridas” do regime militar, fazendo chegar ao país uma versão sobre o sistema repressivo militar bem diferente daquela fornecida pelos canais de comunicação oficialistas como, conforme nossa hipótese, a revista *Manchete*. Além disso, deve-se ressaltar que nesse episódio, *Veja* aproveitou para cobrar do presidente da República a liberdade de imprensa, argumentando que além da denúncia sobre os “excessos” cometidos nas prisões, uma imprensa livre colaboraria com o governo na tarefa de punir os culpados.<sup>249</sup>

Apesar de condenar a luta armada, durante o governo Médici *Veja* denunciou por diversas vezes a prática das torturas:

“a revista assumiu a existência de torturas nas prisões realizadas pelos militares e condenou, principalmente, esta prática utilizada em jovens estudantes. A condenação do uso da tortura pelo semanário era condizente com os seus princípios como a volta dos direitos legais dos cidadãos.”<sup>250</sup>

---

<sup>249</sup> Ibidem. p.78-81.

<sup>250</sup> Ibidem. p.86.

Outro tema que *Veja* abordou com constância durante o regime militar foi a questão do restabelecimento da democracia no país.

Ainda que de maneira conservadora, no sentido de não contestar a proposta de redemocratização “responsável” para o país defendida pelo regime<sup>251</sup>, a revista *Veja* defendeu a volta do funcionamento das instituições democráticas durante todo período ditatorial:

“o desejo de volta às instituições democráticas era sempre defendido pela revista nos momentos em que este assunto estava mais presente e discutido nos círculos militares e também na sociedade civil, como na época das sucessões presidenciais. Com isso, a revista não era imparcial: ela posicionava-se em relação aos fatos da época.”<sup>252</sup>

Em outras palavras, durante o regime militar, mesmo com os impedimentos legais impostos aos meios de comunicação em geral, a revista *Veja* procurou manter uma postura relativamente crítica com relação ao autoritarismo político do governo, mesmo sofrendo forte censura, como no início do governo do presidente Geisel<sup>253</sup>.

É importante lembrar que a questão do restabelecimento da democracia no país no início da década de setenta, era combatida pelos militares sob o argumento de que, dado o posicionamento radical adotado pelas “esquerdas”, o país e, principalmente, os grupos que se opunham ao regime, ainda não estavam

---

<sup>251</sup> Ibidem. p.205.

<sup>252</sup> Ibidem. p.11.

<sup>253</sup> Ibidem. p.182.

“preparados” para o exercício democrático<sup>254</sup>. Por isso, segundo a cúpula militar que governava o país, além da impossibilidade da redemocratização, tornava-se imprescindível a acentuação do autoritarismo para conter o avanço da oposição legal (Congresso) e “ilegal”(armada).

Novamente, portanto, *Veja* se dissociava do discurso oficial.

Nesse sentido a revista parece um exemplo claro de que era possível, mesmo no período lembrado como o mais autoritário de toda ditadura e dentro dos limites impostos pelo governo, fazer imprensa no Brasil sem, necessariamente, ter que fazer chegar à sociedade somente a ideologia do Estado autoritário. Se, do ponto de vista do crescimento econômico, a revista *Veja* posicionou-se a favor do governo, “em algumas questões específicas (como a censura, a tortura, e a campanha pelas eleições presidenciais diretas), *Veja* entrou em conflito com os militares.”<sup>255</sup> Em outras palavras, o apoio dado por esse semanário à política econômica do regime militar não se estendeu, por outro lado, ao campo do autoritarismo político.

Acreditamos, com isso, ser possível afirmar que *Veja* não pode ter sua atuação durante o governo Médici qualificada como a de um Aparelho Ideológico de Estado, conforme uma das hipóteses que, ao nosso ver, possibilitam compreender a

---

<sup>254</sup> Em recente depoimento, Roberto N. Médici, filho e assessor de Médici na presidência da República, reproduziu a opinião de seu pai sobre a política brasileira no início de seu governo: “Minha intenção é pacificar o país e, ao final do meu governo, devolver o poder aos civis. Se isso não for possível, se, ao final de meu mandato, o país ainda estiver no estado de ebulição em que o encontrei ao assumir, só me restará devolver o bastão ao Alto Comando que, seguramente, indicará um general da ativa para me substituir. Se, no entanto, conseguir pacificar, vou trabalhar para fazer um civil meu sucessor. E se as coisas estiverem a meio caminho, vou indicar um general da reserva para fazer a transição a um governo civil”. Segundo Roberto Médici, seu pai não restabeleceu a democracia porque, “a seu juízo, o país ainda não estava pacificado. Embora a atividade urbana da guerrilha tivesse sido dominada, ainda existiam focos no despovoado norte do Brasil”. Por isso, “a tarefa a que se havia proposto, de pacificar o país, estava ainda incompleta”. Ver MÉDICI, Roberto Nogueira. Op.cit. p.31-2.

atuação de *Manchete*. Isto porque ela *não incorporou e disseminou integralmente* a ideologia do Estado militar. As críticas feitas ao regime pela revista provocaram inclusive uma acentuação da censura sobre suas publicações e criaram, em determinados momentos e episódios, uma preocupação do governo com o que a revista publicava. Prova disso é que *Veja* “foi censurada em várias ocasiões e de maneiras diferentes.”<sup>256</sup>

Deste modo, podemos afirmar que a atuação de *Visão* e de *Veja* no período ditatorial brasileiro, especialmente no que se refere às questões mais polêmicas que cercaram o período de governo de Médici, constitui exemplo importante de setores da imprensa nacional que se afastaram ideologicamente, cada um a seu modo e em graus diferentes, da mística criada pelo governo militar sobre o “país do futuro”, veiculada por diversos setores dos meios de comunicação brasileiros, como a revista *Manchete*.

Assim, ao nosso ver, a comparação feita aqui entre *Manchete*, *Visão* e *Veja* permite reafirmar nossa tese central.

---

<sup>255</sup> GAZZOTTI, Juliana. Op. cit. p.206.

## CONCLUSÃO

A revista *Manchete* foi analisada neste trabalho basicamente a partir de três referenciais teóricos.

Primeiramente, procurou-se compreender a atuação de *Manchete* enquanto órgão integrante dos meios de comunicação no Brasil que buscou, à sua maneira, contribuir com o projeto do governo Médici de conquistar uma certa *hegemonia* em torno de seus atos. O objetivo do regime militar de associar crescimento econômico e autoritarismo político, em termos de causa e efeito, era notadamente o de construir um consenso mínimo em relação ao seu projeto de desenvolvimento. A justificativa para o autoritarismo imposto à sociedade brasileira foi, portanto, o suposto “sucesso” do modelo de desenvolvimento implantado pelo Estado que, apesar do

---

<sup>256</sup> Ibidem. p.179.

acelerado crescimento econômico decorrente de fatores internos e externos à nossa economia, promovia concentração de renda e, portanto, deixava à margem do “milagre” a maior parte da população nacional. Por isso, era necessário que o governo fizesse chegar à sociedade sua visão do Brasil naquele momento. Para alcançar tal feito, segundo nossa tese, o regime militar fez uso dos meios de comunicação públicos e privados. Nesse sentido, analisamos especificamente a atuação da revista *Manchete*, semanário cuja característica ideológica não se dissociava da ideologia de Estado do “país do futuro”.

Em segundo lugar, procuramos compreender e explicar o trabalho de *Manchete* enquanto parte integrante da chamada indústria cultural brasileira a partir de um quadro mais geral de referência, o do conceito de indústria cultural, elaborado por alguns pensadores da Escola de Frankfurt, especialmente Adorno e Horkheimer. O período da ditadura militar no Brasil correspondeu também ao período de estruturação, crescimento e consolidação da indústria cultural nacional. Foi sob a égide do Estado militar que os meios de comunicação no Brasil receberam concessões e apoio dos setores públicos. Portanto, a indústria cultural nacional se desenvolveu atrelada à ditadura militar que, também por esse motivo, acabou colhendo os frutos desse controle. Vimos que esses “frutos” foram colhidos em graus diferentes, tendo em vista que o apoio ao regime manifestado pelos meios de comunicação não foi uniforme. Enquanto alguns setores da imprensa deram apoio integral à ideologia do regime, outros, apesar da censura, dissociaram seu discurso

da filosofia estatal e procuraram, cada um a seu modo e dentro dos limites possíveis, criticar o autoritarismo político.

Em terceiro lugar, apontamos a possibilidade de identificar a revista *Manchete* no governo Médici como um Aparelho Ideológico de Estado, conceito criado por Althusser e, para os fins desse trabalho, principalmente por Poulantzas. Mostramos que tal identificação pode ser feita se tomarmos como referência o tipo de identificação e o vínculo ideológico que a revista manteve com o projeto político e econômico do Estado militar. Demonstramos que, apesar de *Manchete* ter manifestado, desde o final do segundo governo Vargas, uma tendência a apoiar os grupos que ocupavam o poder, foi no período militar e, mais intensamente durante o governo Médici, que *Manchete* incorporou integralmente a ideologia do Estado militar, justificando o autoritarismo político como forma de viabilizar o “desenvolvimento do país”, constituindo-se de fato num Aparelho Ideológico de Estado da Informação, disseminando integralmente a ideologia elaborada pelo grupo castrense que ocupava o poder de Estado. À semelhança da assessoria “oficial” de relações públicas (Aerp), vimos que *Manchete* atuou no período em questão como um órgão de comunicação nitidamente estatal, tal o seu grau de identificação ideológica com o regime. Apontamos também a possibilidade de se compreender o “trabalho” realizado por *Manchete* como parte integrante de um sistema de propaganda que tinha na Aerp sua linha ideológica mestra: a órgãos da imprensa privada como *Manchete* coube promover uma propaganda mais clara e direta ao presidente da República; ao governo, através de sua Aerp, coube disseminar uma

propaganda que falasse do Brasil, e não de Médici. Com isso, o governo poderia abster-se de responder pela propaganda personalizada, divulgada por alguns órgãos da imprensa privada, ao mesmo tempo em que os militares estariam livres de uma possível associação por parte da opinião pública entre seu sistema de propaganda e o DIP de Getúlio Vargas, já que, ao contrário do DIP, a propaganda “oficial” produzida pela Aerp não promovia o grupo que ocupava o poder e sim o país.

Por fim, procuramos mostrar, através da análise sobre as revistas *Visão* e *Veja*, que o exemplo de *Manchete* enquanto um Aparelho Ideológico de Estado, ou seja, enquanto um órgão de comunicação de natureza privada que, por seu grau de incorporação da ideologia do grupo que detém o poder de Estado e sua conseqüente contribuição nos processos de dominação de classe, pode ser compreendido como integrante do aparelho estatal, não corresponde à realidade da totalidade dos meios de comunicação no governo Médici. Nesse sentido, buscamos demonstrar por que *Manchete* pode ser qualificada como um Aparelho Ideológico de Estado e *Visão* ou *Veja* não. Essas revistas, ao contrário de *Manchete*, não incorporaram integralmente a ideologia do regime. *Veja*, por exemplo, apesar de apoiar o projeto econômico da ditadura não concordou com o modelo político que, por ser autoritário, dificultava seu trabalho ao impedir, através da censura, a divulgação de fatos polêmicos ocorridos no período.

A análise sobre os textos publicados por *Manchete* revelou que estes não pareciam deixar, em nenhum momento, que pairassem dúvidas sobre seu apoio incondicional ao regime militar neste período. Deve-se notar que o partidatismo ao

presidente Médici não decorreu nem se consolidou a partir de constatações feitas durante seu mandato sobre sua suposta competência; ao contrário, manifestou-se o apoio já nas cerimônias de posse, demonstrando assim uma clara e intencional tentativa de desprender suas ponderações da realidade brasileira de então, muito menos doce, tranqüila e otimista que a divulgada em suas páginas.

Poder-se-ia questionar, por exemplo, a possibilidade de qualquer órgão da imprensa na época guardar uma postura crítica com relação ao governo, posto que os limites impostos pelo AI-5 impediriam tal proeza. No entanto, havia a possibilidade de fazer imprensa no Brasil mantendo uma postura relativamente neutra; ou seja, a proibição e a censura impostas à sociedade brasileira e que recaíam principalmente sobre manifestações de qualquer espécie contrárias ao regime não justificam necessariamente atitudes de *apoio* ao processo desencadeado pelo golpe político-militar de 1964, que fez externar no período Médici sua face mais autoritária e repressora. Essa questão parece ter ficado clara no texto que expõe algumas posições tomadas por outros órgãos da imprensa brasileira, total ou parcialmente contrárias às de *Manchete*.

Nossa tese central defendeu, portanto, que o posicionamento de *Manchete* durante o período aqui abordado não pode ser entendido como sendo fruto de uma contingência "necessária" ou "natural" requerida por aquele momento histórico. Ao contrário, parece-me que tal periódico *optou por compartilhar* com o projeto político e econômico da ditadura militar chefiada naquele momento por Médici,

integrando-se ao sistema de propaganda do Estado autoritário enquanto um  
Aparelho Ideológico da ditadura militar.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. *A Indústria Cultural*. In: Adorno. São Paulo: Ática, 1977. (Grandes Cientistas Sociais).

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3.ed. Lisboa: Editorial Presença, /s.d./ 120p.

ARANTES, Paulo Eduardo (org.) "Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno". São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, COUTINHO, Renata.(org.)  
*Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*.3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. vol.1.228p. (Leituras Afins)

BOSI, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias*. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*.

----. *O Modelo Político Brasileiro*.2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

CONH, Gabriel (org). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1977.

COSTA, Octávio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1970, Primeiro Caderno, p.3, 24 de Abril.

CRUZ, Sebastião Velasco e, MARTINS, Carlos Estevam. *De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura*. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

D'ARAÚJO, Maria Célia, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. 1.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

----. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. 1.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DREIFUSS, René Armand, DULCI, Octávio Soares. *As Forças Armadas e a política*. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.87-117.

DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil- o governo Médici(1969-1974)*. São Paulo: Global,1986.

DURHAN, E. *A dinâmica cultural na sociedade moderna*. Arte em revista, São Paulo: Kairós, n.3, 1980.

FARIA, Vilmar. *Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos*. SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 1.ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1974.

----. *O significado da ditadura militar*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe*. 1.ed. Campinas: Editora da UNICAMP. P.141-148.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas,1997.

FOLHA de São Paulo, São Paulo, 1995, Caderno 1, p.8, 20 de novembro.

GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares*. São Carlos: UFSCar, 1998. 215p. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, 1998.

GRAMSCI, A. *Política, Poder e Partido*. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Graal, 1978.

IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

----. *As estratégias de desenvolvimento*. In: TOLEDO, Caio Navarro de(org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

----. *Imperialismo e cultura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

LAZARFELD, Paul F., MERTON, Robert K. *Comunicação de Massa, gosto popular e ação social organizada*. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1977.p.236.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: A Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Mandacaru, 1990. 165p.

----. ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986. 138p.

MÉDICI, Roberto Nogueira. *Médici, o depoimento*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

NEVES, Lúcia de Almeida. *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*. In: TOLEDO, Caio Navarro de(org.). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. *Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). 1964: visões críticas do golpe. 1.ed. Campinas: Editora da UNICAMP,1997. P.23-28.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

----. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 142p.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. 1.ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1978.

REIS, Fábio Wanderley. (org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Símbolo, 1978.

*REVISTA MANCHETE*. Rio de Janeiro: Bloch, 1954-74.

*REVISTA VISÃO*. 1967-74

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SADER, Emir. *Gramsci: sobre poder, política e partido*. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 166p. (Leituras Afins)

SERRA, José. *Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra*. In: BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SINGER, P. I. *O "milagre brasileiro" : causas e conseqüências* . Cadernos Cebrap, n.6.

----. *O significado do conflito distributivo no golpe de 64*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 512p.

----. *Brasil: de Castelo a Tancredo(1964-1985)*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 608p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 261p. (Leituras Afins).

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64* 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.123p.

----. *Ideologia do desenvolvimento; análise de uma instituição*. Assis: UNESP, 1973.

Tese ( Doutorado ) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1977.

----. *A democracia populista golpeada*. In: ----. *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.